

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 37, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo, Câmpus de Tocantinópolis, aprovado pela Resolução Consepe nº 06/2014.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo, Câmpus de Tocantinópolis, aprovado pela Resolução Consepe nº 06/2014, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS (ATUALIZAÇÃO
2018).**

Anexo da Resolução n° 37/2018 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

TOCANTINÓPOLIS/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 37/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO, CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
(ATUALIZAÇÃO 2018).**

TOCANTINÓPOLIS/TO
2018

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LINGUAGENS E CÓDIGOS (ARTES E
MÚSICA)



TOCANTINÓPOLIS, TO
2019

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LINGUAGENS E CÓDIGOS (ARTES E
MÚSICA)

Projeto Pedagógico do Curso
de Licenciatura em Educação
do Campo - Linguagens e
Códigos – Artes e Música, da
Universidade Federal do
Tocantins - UFT, Campus de
Tocantinópolis.

Tocantinópolis, TO
2019

Administração Superior

Reitor

Luís Eduardo Bovolato

Vice-Reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitora de Graduação

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Maria Santana Ferreira Dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

SUMÁRIO

1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	8
1.1 A Universidade Federal do Tocantins no contexto regional e local	10
1.2 Missão institucional	13
1.3 Estrutura organizacional	14
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	17
2.1 Nome do curso	17
2.2 Grau acadêmico	17
2.3 Modalidade do curso	17
2.4 Endereço do curso	17
2.5 Ato legal de autorização do curso	17
2.6 Número de vagas	17
2.7 Turno de funcionamento	17
2.8 Integralização do curso	18
2.9 Data e semestre letivo do início do funcionamento do curso	18
2.10 Diretor do Câmpus	18
2.11 Coordenador do curso	18
2.12 Relação nominal do quadro docente efetivo do curso	18
2.13 Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	19
2.14 Histórico do curso: sua criação e trajetória	20
3. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	23
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	26
4.1 Administração acadêmica	26
4.2 Coordenação acadêmica	27
5. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	28
5.1 Justificativa	28
5.2 Objetivos do curso	34
5.2.1 Objetivo Geral	35
5.2.2 Objetivos Específicos	35
5.3 Perfil profissiográfico	35
5.4 Competências, atitudes e habilidades	36
5.5 Campo de atuação profissional	37
5.6 Organização curricular	38
5.6.1 Conteúdos curriculares	38
5.6.2 Abordagem da educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004)	39

5.6.3 Abordagem da política nacional de Educação Ambiental	40
5.6.4 Língua Brasileira de Sinais LIBRAS - (Decreto nº 5.626/2005)	40
5.6.5 Abordagem dos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas	40
5.6.6 Abordagem do tema da diversidade	40
5.6.8 Abordagem da Educação Especial	41
5.6.9 Abordagem do tema das políticas públicas	41
5.6.10 Apresentação dos componentes curriculares em cada Núcleo de formação	41
5.7 Matriz Curricular	47
5.8 Adaptação Entre Estruturas Curriculares Equivalência	54
5.9 Migração para a nova estrutura	57
5. 10 Ementário	58
5.10.1 1º Semestre	58
5.10.2 2º Semestre	63
5.10.3 3º Semestre	68
5.10.4 4º Semestre	73
5.10.5 5º Semestre	79
5.10.6 6º Semestre	84
5.10. 7 7º Semestre	89
5.10.8 8º Semestre	93
5.10.9 Disciplinas Optativas	95
5.11 Metodologia	107
5.12 Interface pesquisa e extensão	113
5.12.1 Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho Acadêmico	113
5.12.2 A Pesquisa Socioeducacional	114
5.12.3 Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (GEPEC)	115
5.12.4 Núcleo de Educação do Campo, Agroecologia e Cartografia Social.	117
5.12.5 Grupo de Pesquisa em Artes Visuais e Educação (GPAVE)	117
5.12.6 Grupo de Estudos e Pesquisa da Cena	118
5.12.7 Fóruns Temáticos de Estágio Supervisionado	118
5.13 Interface com programas de fortalecimento do ensino:	119
5.14 Interface com as atividades complementares	120
5.15 Estágio curricular obrigatório e não obrigatório	120
5.16 Prática profissional	121
5.17 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	122
5.18 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	122

5.18.1 Avaliação Discente	124
5.18.2 Avaliação Docente	125
5.19 Avaliação do projeto do curso	126
5.20 Autoavaliação e Avaliação externa	127
6. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	127
6.1 Regime de trabalho	127
6.1.1 Atividades do corpo docente	128
6.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	130
6.3 Produção de material didático ou científico do corpo docente	132
6.4 Formação acadêmica e profissional do corpo docente	136
6.5 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso	137
7. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATORIAIS	138
7.1 Laboratórios e instalações	138
7.2 Área de lazer e circulação	140
7.3 Instalações administrativas	140
7.3.1. Setor administrativo	141
7.3.2. Auditório	141
7.4. Bloco de salas de aula	141
7.4.1. Instalações sanitárias	141
7.4.2. Áreas de convivência	142
7.5. Transporte	142
7.6 Alimentação	142
7.7 Estacionamento	142
7.8 Comunicação	143
7.9 Copiadoras	143
7.10 Gabinetes de trabalho para professores	143
7.10.1. Sala de professores e sala de reuniões	143
7.11 Biblioteca	143
7.11.1 Periódicos Especializados	144
7.12 Recursos audiovisuais	145
7.13 Acessibilidade para pessoas com deficiência (Decreto nº 5.296/2004)	146
7.14 Sala de direção do Câmpus e coordenação de curso	146
8. REFERÊNCIAS	146
9. ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	150
9.1 Regimento do Curso	150

9.2 Regulamento do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação – Linguagens e Códigos - Artes e Música Universidade Federal do Tocantins - Câmpus de Tocantinópolis	157
9.3 Diretrizes do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Linguagens e Códigos - Artes e Música da UFT/ Câmpus Tocantinópolis	172

1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.1 A Universidade Federal do Tocantins no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que elevem o nível de qualidade de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicâmpus, possui 7 (sete) câmpus universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), conforme figura a seguir:

Imagem 1: Mapa do Tocantins com os câmpus da UFT assinalados



Fonte: Site institucional www.uft.edu.br

A UFT, com seus sete câmpus, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicâmpus, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicâmpus, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infraestruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicâmpus, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só Câmpus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

1.2 Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2014-2022), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverá estar voltada para:

1. o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

2. a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
6. o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
7. a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

1.3 Estrutura organizacional

Conforme alterações do Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, pela resolução nº 16 de 19 de novembro de 2015, a Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico, da UFT são os seguintes. Segundo o Art. 8º do Estatuto Fundação Universidade Federal do Tocantins são órgãos da Administração Superior: I - Assembleia Universitária; II - Conselho Universitário; III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; IV - Reitoria; V - Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT).

I- Assembleia Universitária

Art. 9º. A Assembleia Universitária será constituída: I - pelos membros do corpo docente; II- pelos membros do corpo discente; III- pelos membros do corpo técnico-administrativo. Parágrafo Único. A Assembleia Universitária será dirigida por uma mesa diretora presidida pelo Reitor.

II - Conselho Universitário

Art. 12. O Conselho Universitário é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a atuar como instância de deliberação superior e de recurso. O Conselho Universitário será constituído pelo: I – Reitor, que será seu presidente; II – Vice-reitor; III – Pró-reitores; IV – Diretores de Câmpus; V– 04 (quatro) representantes da comunidade docente; VI– 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; VII– 15% (quinze por cento) de técnico-administrativos tendo como referência a representação docente.

III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Art. 15. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica.

Parágrafo Único - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a seguinte constituição: I - Reitor, que será seu Presidente; II – Vice-reitor; III – Pró-reitores; IV- Coordenadores de cursos de graduação presencial e a distância e de pós- graduação stricto sensu; V – 02 (dois) representantes da categoria docente; VI - 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; VII - 15% (quinze por cento) de técnicos administrativos tendo como referência a representação docente.

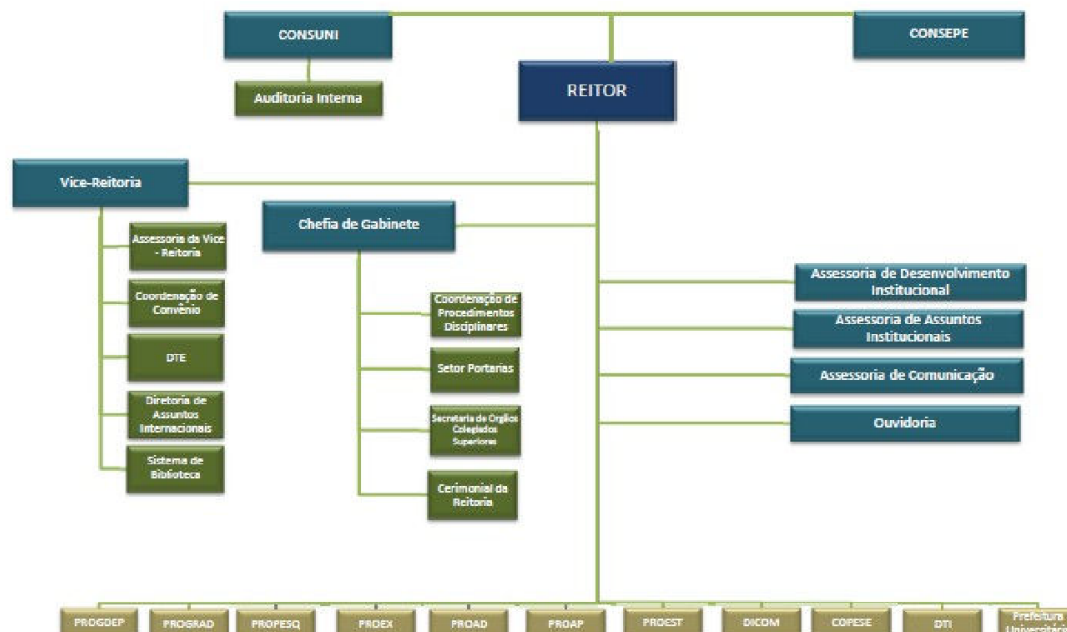
IV - Reitoria

Art. 17. A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão de poder executivo, de coordenação, de fiscalização e de superintendência das atividades universitárias, tendo a seguinte composição: I- Gabinete do Reitor; II- Gabinete do Vice-reitor; III -Pró-reitorias; IV - Procuradoria Jurídica; V – Assessorias Especiais; VI – Diretorias; VII – Prefeitura Universitária; VIII – Copese; IX – Hospitais Universitários; X – Institutos; XI – Fundação de Pesquisa; X – Editora Universitária; Parágrafo Único - O Regimento Geral da Universidade disporá sobre a estrutura e a competência dos setores que compõem a Reitoria.

V - Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT)

Art. 22 - O Conselho de Desenvolvimento da UFT é um órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. Parágrafo Único - O Conselho de Desenvolvimento da UFT tem a seguinte constituição: I - o Reitor, que será seu presidente; II - um representante do setor industrial do Estado do Tocantins; III - um representante do setor de comércio e serviços; IV- um representante agropecuário do Estado; V- um representante das pequenas e microempresas; VI - um representante da imprensa; VII- um representante do Governo do Estado; VIII- um representante do Legislativo do Tocantins; IX - um representante do Sindicato dos Trabalhadores; X - um representante do fórum dos movimentos sociais; XI - um representante dos discentes; XII um representante dos docentes; XIII- um representante dos técnico-administrativos. (NR) Art. 23 - O Conselho de Desenvolvimento da UFT se reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocado pelo Reitor. A UFT possui na sua estrutura sete unidades Universitárias denominadas de câmpus, que conforme o Art. 24 do Estatuto obedecerão às normas fixadas no Regimento Geral da Universidade e nos seus próprios regimentos. O Art. 25 cita que o terá como órgão deliberativo um Conselho Diretor, formado: I - pelo Diretor do Câmpus , seu presidente; II – Vice-Diretor; III– pelos Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu; IV– 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; V- 15% (quinze por cento) de servidores técnico-administrativos tendo como referência a representação docente; §1º O Conselho Diretor do Câmpus, a seu critério poderá seguir a mesma normativa do Consepe no que se refere a sua composição. Segundo o Regimento da Universidade (art. 26) o Conselho do Diretor é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa.

Imagem 2 - Organograma gestão superior da UFT



Fonte: Relatório PROAP, 2015.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do curso

- Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música

2.2 Grau acadêmico

- Licenciado em Educação do Campo: Linguagens e Códigos – Artes e Música

2.3 Modalidade do curso

- Presencial

2.4 Endereço do curso

Universidade Federal do Tocantins – UFT
 Câmpus Universitário de Tocantinópolis
 Av. Nossa Senhora de Fátima, nº1588
 Tocantinópolis – TO
 Fone/Fax: (63) 3471-6004

2.5 Ato legal de autorização do curso

- Código E-MEC: 1316023
- Criação: Resolução nº 10 do Consuni, em 25 de setembro de 2013
- Autorização: Resolução nº 6 do Consepe, em 22 de janeiro de 2014
- Reconhecimento: Portaria Normativa MEC nº 23, de 21/12//2017 – DOU de 22/12/2017, Seção 1, p. 35.

2.6 Número de vagas

- 40 vagas/ano **em uma entrada** em processo seletivo organizado pela Copese -UFT.

2.7 Turno de funcionamento

- Matutino e Vespertino

2.8 Integralização do curso

- Limite mínimo: 8 semestres
- Limite máximo: 12 semestres

2.9 Data e semestre letivo do início do funcionamento do curso

- 22 de abril de 2014/ 1º semestre de 2014

2.10 Diretor do Câmpus

- Prof. Dr. Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo

2.11 Coordenador do curso

- Prof. Dr. Leon de Paula

2.12 Relação nominal do quadro docente efetivo do curso

- Prof. Dr. Anderson Fabrício Andrade Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1770439148935766>
- Profª Dra. Cássia Ferreira Miranda
<http://lattes.cnpq.br/5068830609282977>

- Prof. Dr. Cícero da Silva
<http://lattes.cnpq.br/5585665868293431>
- Prof. Dr. Gustavo Cunha de Araújo
<http://lattes.cnpq.br/3011641878605040>
- Prof. Me. José Jarbas Pinheiro Ruas Junior
<http://lattes.cnpq.br/7940410678686273>
- Prof^ª Ma. Juliane Gomes de Sousa
<http://lattes.cnpq.br/1282304746705083>
- Prof. Dr. Leon de Paula
<http://lattes.cnpq.br/2237916938799397>
- Prof^ª Ma. Luana Mara Pereira
<http://lattes.cnpq.br/4400725819013730>
- Prof^ª Ma. Mara Pereira da Silva
<http://lattes.cnpq.br/1451689057646187>
- Prof. Dr. Marcus Facchin Bonilla
<http://lattes.cnpq.br/2714284008542070>
- Prof. Dr. Maciel Cover
<http://lattes.cnpq.br/9524897911810266>
- Prof^ª. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida
<http://lattes.cnpq.br/6357708608591766>
- Prof^ª Ma. Rosa Adelina Sampaio Oliveira
<http://lattes.cnpq.br/3521841299142502>
- Prof. Me. Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus
<http://lattes.cnpq.br/3179954829992698>
- Prof. Me. Ubiratan Francisco de Oliveira
<http://lattes.cnpq.br/1787664600494455>

2.13 Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

O presente PPC foi atualizado pelos integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Educação do Campo:

- José Jarbas Pinheiro Ruas Junior – Mestre em Musicologia
- Juliane Gomes de Sousa – Mestra em Educação

- Luana Mara Pereira – Mestra em Educação
- Mara Pereira da Silva – Mestra em Música
- Rejane Cleide Medeiros de Almeida – Doutora em Sociologia
- Rosa Adelina Sampaio Oliveira – Mestra em Artes Cênicas
- Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus – Mestre em Geografia

Membro complementar do NDE

- Hemerson Ferreira dos Santos Júnior (Técnico)
- Claudimara Rodrigues Gomes (Discente)

2.14 Histórico do curso: sua criação e trajetória

Em 2009, a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Tocantinópolis, aprova um projeto de formação de professores do campo, denominado curso de Pós-graduação *Lato Sensu* – Especialização e aperfeiçoamento em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Envolvimento Social no Tocantins, ministrado a educadores/as e coordenadores/as pedagógicos/as vinculados ao Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra nos municípios do Estado. Sendo o Ministério da Educação (MEC/Secad) e a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (Seduc) parceiros na formação de 116 professores que atuaram diretamente com os jovens do campo. O programa foi proposto ao MEC pelos movimentos sociais. Estes estiveram presentes cotidianamente na condução do programa, contando com a presença de muitas lideranças, que também eram professores/as. A primeira turma do programa concluiu a formação em dezembro de 2012. A segunda turma, contou com cerca de 60 professores.

Durante os encontros de formação de professores, realizaram debates sobre Políticas e Ações em Educação do Campo e envolveu a participação das organizações sociais, movimentos sociais, Seduc e UFT. O debate girou em torno da constatação do descaso com a educação dos camponeses como uma negação de política social por parte do Estado. Defendeu-se, então, como proposta, a construção de uma educação do campo como política pública de educação. Construiu-se uma proposta pelos movimentos sociais a partir do fórum de

Educação do Campo para debater e propor ações para políticas públicas de Educação (MEDEIROS, 2017).

No Fórum de Educação do Campo do Estado (FEECT) foi redigida uma carta em que se apresentou a intencionalidade educativa, política e formativa dos movimentos e organizações sociais. O Fórum procurou articular sujeitos coletivos de sua composição, norteado pelo princípio da autonomia em relação ao Estado. O seu objetivo é exercer a análise crítica e a ação política independente, desde a elaboração das políticas públicas de educação do campo até a sua consolidação no Tocantins, em articulação com o movimento nacional pela educação do campo (MEDEIROS, 2017).

Nesse sentido, as ações políticas conferem a esse Fórum um espaço potencializador da construção da educação do campo no Estado. E os atores sociais no Fórum decidiram organizar a I Conferência Estadual de Educação do Campo no Tocantins, na qual os movimentos e organizações sociais do campo (MAB, MST, Fetaet, PJR, CPT), assim como a Seduc, a EFA de Porto Nacional e a Universidade Federal do Tocantins - Câmpus de Tocantinópolis, organizaram a I Conferência. Militantes dos movimentos sociais do campo e demais instituições públicas realizaram 12 conferências regionais e a I Conferência Estadual entre os dias 09 e 10 de julho de 2012, para debater o tema “Por uma política de Educação do Campo no estado do Tocantins”.

As conferências apontaram para uma realidade marcada pelo fechamento das escolas e transferências dos alunos para escolas urbanas, condições físicas e pedagógicas de funcionamento das escolas, em todos os níveis de ensino, que não atendem à realidade do campo, currículo inadequado à educação do campo, desconsiderando a cultura, identidade e saberes dos camponeses. (CARTA, 2013, mimeo).

Afirmou-se nesse encontro uma agenda de luta pela implementação de uma educação do campo que de fato tenha relação com a identidade e a cultura camponesas. Um documento foi apresentado ao final da conferência propondo a criação de um grupo de trabalho composto pela UFT, IFTO, Unitins, Movimentos sociais, Seduc e Undime que, partindo das proposições da I Conferência, elaborasse uma proposta de educação do campo para o Estado. Aponta-se, também, a partir desse encontro, para a organização do curso de Licenciatura em

Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música da Universidade Federal de Tocantins (UFT), em Tocantinópolis.

O fator relevante que contribuiu para a materialização do curso no Câmpus de Tocantinópolis foi a demanda dos trabalhadores e trabalhadoras do campo manifestada pelas organizações sociais localizadas no Bico do Papagaio, especialmente os assentamentos da reforma agrária (364 projetos de assentamentos com 24 mil famílias assentadas), com os quais também há parcerias para a realização de projetos de pesquisa e extensão, além de ter estudantes em cursos de graduação oriundos dessas e de outras comunidades camponesas. E especialmente como síntese da agenda criada a partir da I Conferência Estadual de Educação do Campo em 2013 para construir o curso em Tocantinópolis. (MEDEIROS, 2016).

Sobre o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música, inicialmente os movimentos sociais defendiam que o curso atendesse as quatro áreas do conhecimento. Entretanto, o edital do MEC trazia as áreas do conhecimento separadas. E, a área de códigos e linguagens devido ao momento conjuntural da Universidade, foi a opção construída, acreditando que em editais futuros haveria a possibilidade de inserção de outras áreas, especialmente a de ciências agrárias. Assim, o MST e MAB, UFT Tocantinópolis (Professora Rejane Medeiros (curso de ciências sociais e professor Flávio Moreira (*in memoriam*), curso de pedagogia), organizaram o projeto que foi enviado ao MEC e aprovado.

O edital público de criação das Licenciaturas em Educação do Campo é uma demanda dos movimentos sociais do campo e, assim o MEC cria o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), com o objetivo de apoiar a implementação de cursos regulares nas instituições públicas de ensino superior, especificamente para formação de educadores para a docência em escolas do campo nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio (FREITAS, 2011). Quando pauta seu projeto pela escola e formação de professores, o movimento que luta por uma educação do campo disputa princípios, valores e práticas ao ocupar a esfera pública. Para Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 227),

Uma das principais características e diferenças das políticas públicas de educação do campo pautadas pelos movimentos sociais e sindicais refere-se à sua participação e protagonismo, na concepção e elaboração de tais políticas. Durante a primeira década de sua história, dada a correlação de forças à época, o Movimento da Educação do Campo foi capaz de garantir este princípio, tendo forte participação na concepção e elaboração do Pronera (MOLINA, 2003), no Residência Agrária (MOLINA, 2010), no Saberes da Terra (ANTUNES-ROCHA, 2010), na construção e participação em instâncias executivas, como a Comissão Pedagógica Nacional do Pronera e consultivas como a Comissão Nacional de Educação do Campo (Conec), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação.

O MEC consolidou, mesmo com as experiências piloto em curso, outras ações voltadas para a educação do campo. Lançou o edital de Convocação nº 09, de 29 de abril de 2009, convocando outras Instituições de Ensino Superior (IES) a apresentarem projetos de cursos de LEdoC, visando, sobretudo, a

Estabelecer critérios e procedimentos para fomento de cursos regulares de Licenciaturas em Educação, para a formação de professores, para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas localizadas em áreas rurais, mediante assistência financeira às Instituições Públicas de Ensino Superior – IES (BRASIL, 2009).

A partir dessa concorrência, 32 universidades ofertaram a Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música. Mas, por se tratar de um edital que autorizava apenas o funcionamento de uma turma específica, gerou-se o problema da continuidade e da permanência dos cursos nas IES. Portanto, isso gerou conflitos com os movimentos sociais e as IES que ofertavam os cursos.

Com a conquista dos movimentos da assinatura do Decreto n. 7352/2010, que instituiu a Política Nacional de Educação do Campo, se impôs a exigência da elaboração de um Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) para dar materialidade às ações nele previstas, e institui-se então, em 2012, um outro grupo de trabalho para dar conta desta tarefa, o qual também contou com a participação de membros dos movimentos sociais e sindicais para conceber as ações que integrariam o referido Programa (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 238).

O MEC lançou o Edital SESU/SETEC/SECADI nº 02/2012, cujo objetivo era ampliar a oferta de vagas dos cursos já existentes e selecionar outras 32 IES

para 35 novos cursos, voltados para a formação dos professores do campo. A proposta de matriz curricular foi organizada de forma multidisciplinar com os componentes curriculares a partir de quatro áreas do conhecimento: Artes, Literatura e Linguagens; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza, Matemática; e Ciências Agrárias.

Apesar da forma interdisciplinar, muitas contradições aparecem no edital de chamada pública para os novos cursos. As áreas de conhecimento apresentam-se separadas, o que dificultou o entendimento para elaboração do projeto. A UFT apresentou o projeto na área de Códigos e Linguagens: Artes visuais e Música.

3. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As Políticas de Graduação devem estar articuladas e corresponder às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um

processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável a interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão.

Diante do exposto, entende-se que o elemento aglutinador das Políticas de Graduação desta Universidade é o presente Projeto Pedagógico Institucional (PPI), tomando como base a articulação das políticas desenvolvidas para o ensino, pesquisa, extensão e gestão da UFT.

Este PPI da UFT foi construído considerando a grande crise vivida pela sociedade capitalista no final da década de 1970, o que intensifica o processo de reforma do modelo de Estado (passagem do Estado de Bem-Estar Social para um Estado Neoliberal) e implantação de um novo modelo de produção (passagem do modelo Taylorista/Fordista para um modelo Toyotista). Nessa perspectiva, a última década do Século XX e início do Século XXI tem sido palco de intensa convulsão social e econômica, provocando fortes transformações nas políticas econômicas, sociais (aí incluída a educação) e nas questões epistemológicas, exigindo mudanças na formação profissional do cidadão para atuar nesse novo contexto social. Nesse cenário, um currículo adequado parece passar pela perspectiva de um ensino articulado com a pesquisa e com a extensão. Dessa maneira, os elementos curriculares adquirirão novas formas, os conteúdos serão apreendidos compreensivamente e a relação aluno-professor se dará no modo sujeito-sujeito; as metodologias serão variadas e ativas, a avaliação refletirá a análise do processo, considerando-se o alcance dos objetivos e a reorganização de ações e conceitos fundantes.

Todo esse leque de possibilidades educativas precisa, todavia, ser desenvolvido tendo como norte a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Nacional de Graduação (PNG), os movimentos sociais organizados, os fóruns internos como o FEPEC e as demandas produtivas.

A UFT construiu o seu PPI tendo como diretriz a interface com as políticas acadêmicas de gestão, de desenvolvimento institucional, de assistência, de recursos humanos, de informações e de relações nacionais e internacionais.

Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino.
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) ressignificando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem.
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporem a ele, no presente e no futuro.
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno.
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade.
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber.
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser

transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento.

- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado.
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 Administração acadêmica

Seguindo orientações dispostas no Regimento Geral da UFT, o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música está vinculado ao Câmpus de Tocantinópolis. De acordo com o Regimento da UFT, o Diretor de Câmpus, deve ser eleito pela comunidade acadêmica, para um mandato de quatro anos. Tem competência para atuar nas seguintes ações:

- 1) Representar o Câmpus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta representação não couber a outro membro do Câmpus por disposição regimental;
- 2) Promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Câmpus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- 3) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Câmpus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- 4) Integrar o Conselho Universitário;
- 5) Encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Câmpus;
- 6) Apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Câmpus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;

- 7) Delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto;
- 8) Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência e representar, perante o Reitor, contra irregularidades ou atos de indisciplina;
- 9) Exercer o controle disciplinar do pessoal pertencente ou ocasionalmente vinculado ao Câmpus;
- 10) Determinar a abertura de sindicância;
- 11) Superintender, coordenar e fiscalizar as atividades do Câmpus, executando e fazendo executar as disposições estatutárias e regimentais, assim como qualquer outra determinação emitida pelos órgãos superiores da Universidade;
- 12) Deliberar sobre a distribuição das tarefas docentes e de pesquisa, quando, por qualquer motivo, não o tenha feito o Conselho Diretor de Câmpus.

4.2 Coordenação acadêmica

A coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música tem como instância institucional o Colegiado do Curso. Este é composto por todos os docentes, técnico e representantes discentes.

O Colegiado do Curso é o conselho consultivo e deliberativo, onde são tratadas todas as questões acadêmicas e institucionais que dizem respeito a docentes, discentes e ao próprio Curso. Os discentes representam 30% (trinta por cento) do Colegiado e os docentes 70% (setenta por cento), conforme a legislação (Lei 9.192/95).

A coordenação será eleita para um mandato de dois anos. No que se refere a atuação do coordenador, este deverá apresentar no início de sua gestão um plano de ação ao colegiado do curso de Educação do Campo.

As atribuições do coordenador conforme orientações regimentais da UFT são:

- Atuar junto ao corpo discente, orientando-o quanto às suas matrículas, procurando as possíveis soluções às dificuldades acadêmicas eventualmente apresentadas por estes;

- Buscar atender às solicitações documentais e de execução da Universidade via Reitoria e Pró-reitorias, permitindo o correto fluxo de informações e documentação;
- Planejar e avaliar as atividades acadêmicas dos semestres subsequentes, atendendo às suas necessidades básicas para o exercício pleno da atividade docente;
- Manter contato com os segmentos externos à Universidade, sempre que solicitado, viabilizando a integração Universidade-sociedade organizada;
- Participar juntamente com os docentes das atividades do colegiado de curso ou equivalente: tanto o coordenador quanto os respectivos docentes compõem o colegiado do curso;
- Reunir semanalmente com representantes da comunidade acadêmica para tratar de assuntos pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão do curso, vinculadas ao ensino de graduação.

5. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

5.1 Justificativa

A criação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música faz parte de uma ampla ação do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política foi formulada pela antiga Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), posteriormente denominada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), através da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGED).

Em 2002, com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com a realização, a partir de 2004, de 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo, a Secad/MEC iniciou diferentes ações visando o fortalecimento da educação do campo no Brasil. Dentre essas,

duas ações merecem destaque: a criação do Programa Saberes da Terra, cujo objetivo é garantir a educação dos jovens e adultos do campo através da rede pública de ensino e com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo; e a construção de um Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

Esses dois programas partem de uma problemática inter-relacionada, qual seja, para se ampliar a inclusão da população do campo na rede pública de ensino é preciso uma organização curricular e metodológica adequada à realidade do campo. Para isso é necessário a existência de profissionais da educação do campo qualificados para contribuir e desenvolver práticas pedagógicas condizentes com essa organização curricular e metodológica. Por isso, um Plano de Formação desses profissionais precisa basear-se numa metodologia particular que propicie a concretização das escolas do campo que se desejam construir/ transformar.

Frente a esse desafio, em 2006, o MEC lançou o edital para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) com comprovado envolvimento na formação de educadores do campo e na experiência em projetos de gestão compartilhada com sujeitos do campo para a construção de uma graduação em Licenciatura em Educação do Campo. Essas Ifes foram da Bahia (UFBA), de Sergipe (UFS), de Brasília (UNB) e de Minas Gerais (UFMG). Nesse sentido os cursos de Educação do Campo têm se expandido nacionalmente, abrangendo todas as regiões do Brasil.

Um olhar histórico, sobre a questão da educação destinada a população residente no meio rural nos leva a um entendimento de um momento de passagem da educação rural a educação do campo.

Existe uma contribuição histórica na educação do campo advinda dos estudos de Calazans (1993), Munarin (2006, 2008), Molina (2006), Arroyo (1999, 2013), Caldart (1998, 2004), Fernandes (2002), entre outros, que mostram como o desenvolvimento de projetos educacionais para o campo esteve ligado a projetos de desenvolvimento econômico, objetivando o fortalecimento do capitalismo no campo. Esse processo fica bastante evidente, à medida que somente aparecem as primeiras escolas no meio rural quando se ampliam as necessidades do mercado agrícola e, com isso, a necessidade de mão-de-obra especializada. Por outro lado, também situam possibilidades de avanços possíveis em cada contexto em que produziram suas análises.

Inspirada no dispositivo legal da educação como direito, instaurado a partir da Constituição de 1988, ocorre a Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo”, conforme mencionado por Damasceno e Beserra (2004), importantes contribuições teóricas, com a marca da luta dos movimentos sociais, portanto fruto do engajamento de seus sujeitos/autores que têm formulando sínteses desse processo, além de encaminhar uma agenda de compromissos a todos os cantos do País e uma passagem político-ideológica da educação rural (herdeira de um passado de negação) para a educação do e no campo, construída a partir das necessidades de seus atores¹.

O movimento “Por Uma Educação do Campo” gerou desdobramentos em políticas públicas, como a instituição da Coordenação-Geral de Educação do Campo (CGEC), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC). A CGEC, juntamente com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), organizou, em 2005, o Primeiro Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação do Campo. Em agosto de 2008, ocorreu o segundo encontro dessa natureza. Nesse sentido surgiram grupos de estudos e pesquisas nas universidades que têm contribuído para o avanço desse debate.

Todo esse movimento social do campo provocou alterações significativas no cenário nacional e encaminhou objetivamente propostas e políticas públicas no contexto do reconhecimento e da aceitação das especificidades e diversidades no campesinato brasileiro, que merecem e devem ser considerados na educação do campo.

O marco institucional e legal que deflagra o debate da universalização educacional está referenciado na Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais (Brasil, 1988). Nessa mesma direção, o decreto 7352 de 04 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera), apresenta no seu art. 1º:

¹ Kolling, Ir. Nery e Molina, 1999; Arroyo e Fernandes, 1999; Benjamin e Caldart, 2000; Kolling, Cerioli e Caldart, 2002; Arroyo, Caldart e Molina, 2004; Molina e Jesus, 2004.

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010).

Entretanto, apesar de consideráveis melhorias no tocante ao acesso à educação, ainda é visível a permanência dos problemas da baixa qualidade dos sistemas de ensino e garantia de acesso aos povos do campo. Nesta perspectiva, segundo Silva (2005), uma das restrições para o alcance da universalização com qualidade e o aumento dos índices de conclusão do ensino fundamental se encontra relacionada à efetividade da educação presente no meio rural brasileiro.

É no meio rural que se encontram os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade brasileira. O meio rural tem uma população (nesse espaço residente) de aproximadamente 30 milhões de brasileiros, isto é, apesar da intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas, cerca de 15,65% da população do nosso país encontra-se vivendo no meio rural (IBGE, 2010).

Apesar de o contexto educacional brasileiro apresentar iniciativas e expectativas por parte do Estado e da sociedade voltadas à educação das populações rurais – algumas com enfoque instrumental e outras, de fato, partindo do reconhecimento das particularidades culturais e singularidades do povo do campo – Arroyo (2004) afirma que no Brasil não houve políticas públicas de educação que viessem a atender às reais necessidades dos camponeses.

Assim, faz-se imprescindível salientar a necessidade de uma mudança paradigmática da educação rural para a Educação do Campo. No paradigma da Educação do Campo busca-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor (CALDART, 2009).

O Projeto ora apresentado pretende implementar uma política educacional voltada para a população do campo com atendimento de suas particularidades. Para tal, o projeto educacional estabelece transversalidade com a dinâmica da realidade social, para cumprir em primeira instância sua função social em detrimento de sua função instrumental.

O objetivo é promover uma educação, formação e profissionalização alternativas, mais apropriadas à realidade do campo, de modo a incentivar a permanência do jovem na sua própria região, criando alternativas de trabalho e renda. O ensino no campo, tradicionalmente, não contempla as especificidades e as necessidades da população que vive no meio rural.

Neste sentido, alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo. Com vistas o atendimento a esse objetivo, o curso busca trabalhar a partir da Pedagogia da Alternância enquanto pressuposto metodológico que envolve a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Como práticas de alternância compreendem-se as experiências pedagógicas inovadoras na formação de jovens do campo. Esses jovens são camponeses, muitas vezes à margem dos benefícios sociais, na busca por alternativas educacionais que atendam às suas necessidades e aos desafios colocados pelo momento histórico familiar. A proposição da alternância ocorre no âmbito das relações pedagógicas e visa a desenvolver na formação dos agricultores situações de interação entre o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, portanto, a *práxis* (MEDEIROS, 2016).

A alternância coloca em interação diferentes atores com identidades, preocupações e lógicas também diferentes, agrupando de um lado a escola e a relação com os saberes científicos e, de outro, a família e a pequena produção agrícola (MACHADO; CAMPOS; PALUDO, 2008). É com base nessa proposta que se desenvolve a metodologia no curso de Educação do Campo.

A proposta é desenvolver um processo de ensino-aprendizagem contínuo em que o discente percorra o trajeto comunidade – universidade – comunidade. Inicialmente, em sua realidade, o discente se volta para a observação, pesquisa e descrição da realidade socioprofissional do contexto no qual se encontra. Em seguida, vai à universidade, onde socializa, analisa, reflete, sistematiza, conceitua e interpreta os conteúdos identificados na etapa anterior; e por fim, volta para sua realidade, dessa vez com os conteúdos trabalhados de forma a experimentar e transformar a realidade socioprofissional, de modo que novos conteúdos surgem, novas questões são colocadas, podendo ser novamente trabalhadas no contexto escolar.

De um modo geral, a Pedagogia da Alternância pauta-se na experiência prática do discente, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e também, com membros da família e da comunidade na qual vive, sujeitos que podem fornecer-lhe ensinamentos sobre aquela realidade. Portanto, trata-se da valorização dos saberes produzidos pelos povos do campo em um processo de interação entre escola-família-comunidade.

Assim, este projeto pretende pensar a política pública educacional a partir de uma mudança paradigmática, que toma a Pedagogia da Alternância como alternativa de escolarização para o meio rural, que possibilite ao acadêmico ter acesso à universidade e, ao mesmo tempo, contribui para a sua permanência (se assim desejar) junto à família, à sua cultura e às atividades produtivas. Ou seja, como unidade conceitual e metodológica de práticas sustentáveis de possibilidade de permanência do povo do campo.

Nesse contexto, este Projeto justifica-se pela motivação em compreender como o setor educacional se desenvolveu no Brasil, principalmente, no que se refere a educação no/do campo. A população rural no Brasil enfrenta graves problemas de educação. Docentes sem formação necessária, a falta de apoio às iniciativas de renovação pedagógica e a existência de currículos deslocados das necessidades e das questões do campo prefiguram dentre um amplo mosaico de contradições que produz graves consequências sociais e humanas (BRASIL, 2007).

O campo detém especificidades de uma realidade social, política, econômica e cultural bastante complexa, que se caracteriza por diferentes espaços e dinâmicas socioeconômicas. Nesta perspectiva, as formas específicas de organização do tempo e do espaço de aprendizagem escolar, preconizadas pela Pedagogia da Alternância, constituem uma alternativa possível para o cumprimento do direito à educação e para o enfrentamento das problemáticas que envolvem não só a educação formal dos moradores do campo.

A realidade verificada na Região Norte, não difere do quadro observado em âmbito nacional. A Região Norte ocupa desde o ano 2000 o segundo lugar dentre as regiões do país, com maior percentual de residentes na área rural, ficando atrás apenas do Nordeste brasileiro. A consequência da não observância da população que vive no campo produz resultados socioeconômicos graves. A formação não voltada para as especificidades do campo também se reflete em

baixos índices de produtividade pelo uso de técnicas inadequadas à realidade de cada região.

Neste contexto, o recorte deste Projeto justifica-se pela necessidade de avançar com a universalização da educação em uma região carente de condições socioeconômicas capazes de promover uma melhoria da qualidade de vida das populações residentes.

Na atualidade, é necessário resguardar as populações rurais nas comunidades que habitam e trabalham, oferecendo ações sociais, qualidade de vida e cidadania, assim como orientações quanto ao processo produtivo. Assim sendo, estas comunidades poderão permanecer nestes lugares contribuindo desta forma com a redução da migração campo – cidade, prática ainda existente, em menor proporção, no espaço amazônico como um todo (IBGE, 2015); bem como oportunizar uma reflexão não distanciada de suas relações de produção econômica e de suas identidades socioculturais.

Com a proposição da Licenciatura em Educação do Campo² pretende-se “preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno”. Para isso, o Curso deve formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, como propiciar as bases de organização do trabalho escolar e pedagógico, a partir de estratégias de formação para a docência multidisciplinar em uma organização curricular por áreas do conhecimento.

5.2 Objetivos do curso

Pretende-se formar um profissional capaz de: (I) exercer a docência multidisciplinar, a partir da área de conhecimento propostas, a saber: Códigos e Linguagens; (II) participar da gestão de processos educativos em espaços escolares e não escolares; (III) atuar na gestão de projetos nas comunidades rurais e tradicionais, para além da prática escolar.

²As informações a seguir são oriundas do documento intitulado Licenciatura (Plena) em Educação do Campo, encaminhado pelo MEC às IFES que apresentaram proposta ao Procampo. Esse documento foi aprovado pela plenária do GPT de Educação do campo em 6 de abril de 2006 e na plenária da Câmara Temática de Formação do MEC em 07 de abril de 2006.

5.2.1 Objetivo Geral

Realizar uma formação contextualizada na área de Artes e Música que possibilite ao discente de Licenciatura uma identidade na área de formação de educadores/as politicamente comprometida com a cultura, as lutas sociais e com o campo brasileiro.

5.2.2 Objetivos Específicos

- Formar professores para o exercício da docência na área de conhecimento Códigos e Linguagens nos anos finais do ensino Fundamental e Ensino Médio com ênfase em Artes e Música em consonância com a realidade social e cultural específica das populações que trabalham e vivem no e do campo;
- Propiciar a formação de sujeitos autônomos e criativos capazes de propor soluções para questões relacionadas à sua realidade na perspectiva da emancipação social e política;
- Proporcionar uma reflexão político-pedagógica crítica da educação para o trabalho, que considere as culturas, saberes e fazeres dos povos do campo;
- Contribuir na construção de alternativas de gestão e organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo;
- Promover durante todo o percurso formativo do Curso ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão orientadas para e pelas demandas educacionais, políticas e sociais das comunidades do campo num diálogo permanente entre o Tempo-Espaço Universidade e o Tempo-Espaço Comunidade.

5.3 Perfil profissiográfico

O perfil do Licenciado em Educação do Campo está estruturado de forma a garantir uma formação que possibilite ao egresso atuar de forma interdisciplinar na área de conhecimento Códigos e Linguagens em espaços educativos escolares e não escolares. Dessa forma, o licenciado estará apto para atuar na disciplina de

Artes nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, bem como na gestão de processos educativos.

O Curso propicia ampliação do conhecimento teórico-prático articulado à realidade dos povos do campo e das comunidades tradicionais; oferece sólida formação de base generalista, crítica e ética, possibilitando ao discente aprofundamento na área de conhecimento proposta e estimulando sua autonomia nos estudos, assim como a capacidade de observar e perceber as novas demandas educativas do seu campo de atuação.

A formação deverá proporcionar recursos para que o estudante adquira o domínio dos conteúdos e a compreensão crítica do processo educativo; conheça as novas tecnologias e as utilize como instrumento de emancipação dos povos do campo e das comunidades tradicionais; contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola e tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

5.4 Competências, atitudes e habilidades

O curso deve proporcionar as competências, atitudes e habilidades coerentes com seus objetivos e com o perfil profissional. Em um curso desta natureza que forma o licenciado em educação do campo, tendo como base a docência para atuar como professor multidisciplinar, pretende-se desenvolver no estudante a capacidade de:

- Atuar como educador/a de modo contextualizado na área de Artes e Música em diferentes espaços educativos com conhecimentos técnicos específicos relativos a esta área;
- Descrever, analisar e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;
- Utilizar formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados;
- Compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;
- Articular os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica nos contextos escolares e não escolares;

- Propor formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais concebendo-as como espaços educativos;
- Analisar processos políticos, econômicos, sociais, históricos, geográficos, ambientais e culturais nos diversos âmbitos e tempos no intuito de compreendê-los para posicionar-se criticamente;
- Manter-se informado sobre as transformações sociais e sobre os novos conhecimentos produzidos, de forma a definir e redefinir o seu papel de educador;
- Demonstrar autonomia intelectual no exercício de sua atividade ao tomar decisões e apresentar soluções alternativas no tratamento das questões educativas;
- Buscar articulações que permitam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico;
- Vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- Implementar, coordenar e executar programas, projetos, formas de gestão democrática na escola e experiências vinculadas a processos formais de escolarização e processos não-formais de práticas alternativas em educação;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras, combatendo as diversas formas de desigualdade e violência, respeitando os Direitos Humanos;
- Atuar como agentes interculturais, com vistas a valorização e o estudo de temas relacionados à educação do campo.

5.5 Campo de atuação profissional

O campo de atuação do Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música pode abranger as seguintes áreas:

- Docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, preferencialmente em escolas do campo, de acordo com o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, nas disciplinas de artes visuais, música e teatro;
- Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação do campo e escolas rurais;
- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;
- Atuação pedagógica em comunidades rurais, tanto no desenvolvimento do trabalho pedagógico com famílias, grupos sociais, cooperativas, associações e movimentos sociais junto às lideranças e equipes, quanto na implementação técnica e organizativa de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável;
- Atuar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos do campo em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

5.6 Organização curricular

5.6.1 Conteúdos curriculares

O processo de formação acadêmica da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) tem como ponto de partida o resgate e estudo dos elementos que

compõem a memória, saberes, valores, costumes e práticas sociais e produtivas dos sujeitos do campo e comunidades tradicionais, para, a partir da prática da pesquisa por eixos temáticos, fomentar a análise e compreensão acadêmica interdisciplinar das características socioculturais e ambientais que demarcam o território de existência coletiva desses sujeitos. Com isso, o Curso assume como princípios pedagógicos:

- A formação contextualizada;
- A realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo e fonte de conhecimentos;
- A pesquisa como princípio educativo;
- A indissociabilidade entre teoria e prática;
- O planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade];
- Os alunos como sujeitos do conhecimento;
- E a produção acadêmica para a transformação da realidade.

Da mesma forma que o curso exige do educando um exercício teórico-metodológico pautado na pesquisa inter e pluridisciplinar, a ação docente também deverá se pautar numa perspectiva pedagógica que permita o rompimento das barreiras disciplinares.

Os professores que atuam no curso devem pautar suas ações docentes nos eixos que orientam a formação do educando. Assim sendo, a cada momento inicial de etapa, haverá encontros de planejamento integrado envolvendo os docentes que atuarão naquela etapa nas diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de estreitar o diálogo em torno do eixo que norteia aquela etapa do curso. O curso compreende espaços de encontros, ações de intervenções comunitárias, momentos de imersões culturais e grupos de pesquisa que devem favorecer ações integradas entre professores e áreas de conhecimento.

Além disso, a cada início de etapa, o professor deve socializar o percurso teórico-metodológico a ser adotado, por meio da apresentação do programa de disciplinas, de acordo com a orientação dos núcleos e as problemáticas por eles endereçadas. O que se espera, portanto, é a construção de possibilidades de trabalhos coletivos no interior da universidade e para além dela, no sentido de ressignificar práticas docentes em prol de um Projeto de Educação do Campo.

5.6.2 Abordagem da educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004)

Essa temática será abordada na disciplina de mesmo nome como integrante da matriz curricular com oferta prevista para o 7º período. Embora essa temática seja trabalhada na disciplina supracitada, ela permeará todo o curso a partir do diálogo com outras atividades.

5.6.3 Abordagem da política nacional de Educação Ambiental

Essa temática será abordada na disciplina de mesmo nome como integrante da matriz curricular com oferta prevista para o 3º período. Embora essa temática seja trabalhada na disciplina supracitada, ela permeará todo o curso a partir do diálogo com outras atividades.

5.6.4 Língua Brasileira de Sinais LIBRAS - (Decreto nº 5.626/2005)

Essa temática será abordada na disciplina de mesmo nome como integrante da matriz curricular com oferta prevista para o 5º período. Embora essa temática seja trabalhada na disciplina supracitada, ela dialogará com a discussão de educação inclusiva e educação especial.

5.6.5 Abordagem dos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

Essa temática será abordada tanto na disciplina EJA, como na Educação e Legislação. Embora essa temática seja trabalhada nas disciplinas supracitadas, ela permeará todo o curso a partir do diálogo com outras atividades.

5.6.6 Abordagem do tema da diversidade

Essa temática será abordada na disciplina Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VI. Embora essa temática seja trabalhada na disciplina supracitada, ela permeará todo o curso a partir do diálogo com outras atividades.

5.6.7 Abordagem dos Direitos Humanos

Essa temática será abordada nas disciplinas Movimentos Sociais e Educação e Legislação. Embora essa temática seja trabalhada nas disciplinas supracitadas, ela permeará todo o curso a partir do diálogo com outras atividades.

5.6.8 Abordagem da Educação Especial

Essa temática será abordada nas disciplinas Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VI e Educação e Legislação. Embora essa temática seja trabalhada nas disciplinas supracitadas, ela permeará todo o curso a partir do diálogo com outras atividades.

5.6.9 Abordagem do tema das políticas públicas

Essa temática será abordada na disciplina Educação e Legislação. Embora essa temática seja trabalhada na disciplina supracitada, ela permeará todo o curso a partir do diálogo com outras atividades.

5.6.10 Apresentação dos componentes curriculares em cada Núcleo de formação

- Núcleo I: Núcleo de estudos de formação geral - aglutinará os conteúdos acadêmicos referentes à dimensão pedagógica; aos fundamentos da educação do campo e ao desenvolvimento da identidade das populações do campo³ a partir do seu território, história e memória; à compreensão dos aspectos que envolvem o desenvolvimento da aprendizagem em geral e o desenvolvimento da linguagem oral e escrita; ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa em educação; à compreensão das características e práticas próprias da agricultura camponesa; e à compreensão das questões que envolvem a realidade do campo no Brasil e na Amazônia.

Disciplinas	Teórica	Prática	PCC	Total
--------------------	----------------	----------------	------------	--------------

³ Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (Brasil, 2010)

Leitura e Produção de Texto I	45h	15h	0	60h
Movimentos sociais	45h	15h	0	60h
História de Vida	45h	15h	0	60h
Filosofia da Educação	45h	15h	0	60h
Sociologia da Educação	45h	15h	0	60h
História da Educação e História da Educação do Campo	45h	15h	0	60h
Instrumentos Pedagógicos de Alternância	45h	15h	0	60h
Iniciação científica	60h	0	0	60h
Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão I	30h	0	0	30h
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	45h	15h	0	60h
Legislação e Educação	60h	0	0	60h
Fundamentos da construção de conhecimentos em música	60h	0	0	60h
Práxis Sonora I	30h	15h	15h	60h
Estética e Poética Camponesa	45h	15h	0	60h
Arte e Educação	60h	0	0	60h

Teatro-Educação I	15	0	45h	60h
Teatro-Educação II	15	0	45h	60h
História do Teatro I	45h	15h	0	60h
História do Teatro II	45h	15h	0	60h
Carga Horária do Núcleo	825h	180h	105h	1110h

- Núcleo II: Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos - aglutinará os conteúdos específicos referentes a área de conhecimento de artes visuais, teatro e música, focando os estudos necessários à construção de conhecimentos e habilidades docentes especializadas por área; à reflexão epistemológica de cada área; ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa por área; e a compreensão de aspectos da realidade do campo em acordo com aquilo que é próprio da área.

Disciplinas	Teórica	Prática	PCC	Total
Leitura e Produção de Texto II	45h	15h	0	60h
Estado, Sociedade e Questões Agrárias	45h	15h	0	60h
Cartografia social	45h	15h	0	60h
Educação Ambiental	45h	15h	0	60h
Psicologia da Educação	45h	15h	0	60h
Didática Geral	30h	0	30h	60h

Avaliação da Aprendizagem	45h	15h	0	60h
Educação para relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira	45h	15h	0	60h
Metodologia do Ensino de Artes	0	0	60	60h
Abordagens Metodológicas da Educação de Jovens e Adultos	0	0	60h	60h
Práxis Sonora II	30h	15h	15h	60h
Práxis Sonora III	30h	15h	15h	60h
Práxis Sonora IV	30h	15h	15h	60h
Gestão Escolar	45h	15h	0	60h
Gestão de processos comunitários	45h	15h	0	60h
Laboratório de Teatro I	15h	45h	0	60h
Laboratório de Teatro II	15h	45h	0	60h
Práticas pedagógicas em Educação do Campo	45h	15h	0	60h
Laboratório de Artes Visuais I	15h	45h	0	60h
Laboratório de Artes Visuais II	15h	45h	0	60h
Saberes e Fazeres em	0	0	60h	60h

Música I				
Saberes e fazeres em Música II	0	0	60h	60h
Seminário de Pesquisa I	60h	0	0	60h
Seminário de Pesquisa II	60h	0	0	60h
Trabalho de Conclusão de Curso I	60h	0	0	60h
Trabalho de Conclusão de Curso II	60h	0	0	60h
Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão II	30h	0	0	30h
Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão III	30h	0	0	30h
Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	30h	0	0	30h
Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão V	30h	0	0	30h
Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VI	30h	0	0	30h
Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VII	30h	0	0	30h
Optativa 1				60h

Optativa 2				60h
Carga Horária do Núcleo	-	-	315h	1860h
*Os cálculos não são determinados diante da especificidade da disciplina optativa				

- Núcleo III: Núcleo de estudos integradores - são as atividades complementares correspondem a 210 horas e deverão ser cumpridas ao longo do curso. Consistem em momentos de vivência nos ambientes e situações no âmbito dos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de abrangência do curso, onde o educando ampliará sua formação prática como componente curricular. São consideradas atividades complementares aquelas vivenciadas ao longo do curso através de atividades complementares de pesquisa, ensino e extensão. O educando poderá creditar no máximo 50% da carga horária em uma das dimensões e no mínimo 20% em uma das dimensões restantes. As atividades serão creditadas de acordo com a Resolução vigente do Consepe.

5.6.10.1 Dimensão Pedagógica

As disciplinas que compõem a dimensão pedagógica, em atendimento ao §5 da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que prevê que sua carga horária seja no mínimo a quinta parte do total do curso são:

DIMENSÃO PEDAGÓGICA			
Componente curricular	Carga horária	Período	PCC
Filosofia da Educação	60h	1	
História da Educação e História da Educação do Campo no Brasil	60h	1	

Sociologia da Educação	60h	2	
Estética e Poética Camponesa	60h	2	
Educação Ambiental	60h	3	
Psicologia da Educação	60h	3	
Arte e Educação	60h	3	
Fundamentos da construção de conhecimentos em música	60h	3	
Instrumentos pedagógicos de Alternância	60h	3	
Práticas pedagógicas em Educação do Campo	60h	4	
Didática geral ⁴	30h	4	30h
Avaliação da Aprendizagem	60h	4	
Gestão Escolar	60h	5	
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h	8	
Legislação e Educação	60h	6	

4 A disciplina de Didática Geral compreende uma carga horária total de 60 horas, sendo que 30 horas refere-se a dimensão da Prática como Componente Curricular (PCC) e 30 horas à Dimensão Pedagógica.

Educação para relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira	60h	7	
Carga horária Total	930h (Sem PCC)		30h

5.7 Matriz Curricular

1º Semestre

	Disciplinas	CH Semestre				
		Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
	Leitura e Produção de Texto I	4	45	15		60
	Movimentos Sociais	4	45	15		60
	História de Vida	4	45	15		60
	Práxis Sonora I	4	30	15	15	60
	Filosofia da Educação	4	45	15		60
	História da Educação e História da Educação do Campo no Brasil	4	45	15		60
	História do Teatro I	4	45	15		60
	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão I	2	30	0		30
Total		30	330	105	15	450

2º Semestre

	Disciplinas	CH Semestre				
		Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
	Leitura e Produção de Texto II	4	45	15		60
	Estado, Sociedade e Questões Agrárias	4	45	15		60
	Estética e Poética Camponesa	4	45	15		60
	Práxis Sonora II ⁵	4	30	15	15	60
	Sociologia da Educação	4	45	15		60
	Cartografia social	4	45	15		60
	História do Teatro II	4	45	15		60
	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão II	2	30	0		30
	Total	30	330	105	15	450

⁵ Tem como pré-requisito a disciplina “Práxis Sonora I”.

3º Semestre

	Disciplinas	CH Semestre				
		Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
	Educação Ambiental	4	45	15		60
	Teatro-Educação I	4	15	0	45	60
	Arte e Educação	4	60	0		60
	Práxis Sonora III ⁶	4	30	15	15	60
	Psicologia da Educação	4	45	15		60
	Fundamentos da construção de conhecimentos em música.	4	60	0		60
	Instrumentos Pedagógicos de Alternância	4	45	15		60
	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão III	2	30	0		30
Total		30	330	60	60	450

⁶ Tem como pré-requisito a disciplina “Práxis Sonora II”.

4º Semestre

	Disciplinas	CH Semestre				
		Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
	Iniciação científica	4	60	0		60
	Teatro-Educação II	4	15	0	45	60
	Metodologia do Ensino de Artes	4	0	0	60	60
	Didática Geral	4	30	0	30	60
	Práxis Sonora IV ⁷	4	30	15	15	60
	Avaliação da Aprendizagem	4	45	15		60
	Práticas Pedagógicas em Educação do Campo ⁸	4	45	15		60
	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	2	30	0		30
	Total	30	255	45	150	450

7 Tem como pré-requisito a disciplina “Práxis Sonora III”.

8 Tem como pré-requisito a disciplina “Instrumentos Pedagógicos de Alternância”.

5º Semestre

	Disciplinas	CH Semestre				
		Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
	Estágio Curricular Supervisionado I ⁹	6	45	45		90
	Seminário de Pesquisa I	4	60	0		60
	Laboratório de Artes Visuais I	4	15	45		60
	Laboratório de Teatro I	4	15	45		60
	Saberes e Fazeres em Música I	4	0	0	60	60
	Gestão Escolar	4	45	15		60
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	45	15		60
	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão V	2	30	0		30
	Total	32	255	165	60	480

⁹Tem como pré-requisito a disciplina “Didática Geral”.

6º Semestre

	Disciplinas	CH Semestre				
		Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
	Estágio Curricular Supervisionado II ¹⁰	6	60	30		90
	Seminário de Pesquisa II	4	60	0		60
	Laboratório de Artes Visuais II	4	15	45		60
	Saberes e fazeres em Música II	4	0	0	60	60
	Laboratório de Teatro II	4	15	45		60
	Legislação e Educação	4	60	0		60
	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VI	2	30	0		30
	Total	28	240	120	60	420

10 Tem como pré-requisito a disciplina “Estágio Curricular Supervisionado I”.

7º Semestre

	Disciplinas	CH Semestre				
		Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
	Estágio Curricular Supervisionado III ¹¹	7	45	60		105
	Trabalho de Conclusão de Curso I ¹²	4	60	0		60
	Educação para relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira	4	45	15		60
	Gestão de processos comunitários	4	45	15		60
	Optativa	4	-	-		60
	Abordagens Metodológicas da Educação de Jovens e Adultos	4	0	0	60	60
	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VII	2	30	0		30
Total		29	-*	-*	60	435
*Os cálculos não são determinados diante da especificidade da disciplina optativa						

11 Tem como pré-requisito a disciplina “Estágio Curricular Supervisionado II”.

12 Tem como pré-requisito a disciplina “Iniciação Científica”.

8º Semestre

	Disciplinas	CH Semestre				
		Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
	Estágio Curricular Supervisionado IV ¹³	8	60	60		120
	Trabalho de Conclusão de Curso II ¹⁴	4	60	0		60
	Optativa	4	-	-		60
Total		16	-*	-*		240
*Os cálculos não são determinados diante da especificidade da disciplina optativa						

Eixos	Carga Horária
Núcleo I (Sem PCC)	1.005h (Com PCC 1110h)
Núcleo II (Sem PCC)	1545h (Com PCC 1860h)
Núcleo III	210h
Prática como Componente Curricular (PCC)	420h
Estágio Supervisionado	405h
Carga horária total	3585h

13 Tem como pré-requisito a disciplina “Estágio Curricular Supervisionado III”.

14 Tem como pré-requisito a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I”.

5.8 Adaptação Entre Estruturas Curriculares Equivalência

Educação do Campo – PPC 2016		Educação do Campo PPC Novo	
Disciplina	C. H.	Disciplina	C. H.
Língua Portuguesa	60	Leitura e produção de Texto I	60
Movimentos sociais	60	Movimentos sociais	60
História de Vida	60	História de Vida	60
Fundamentos da Notação Musical + Instrumento eletivo 1	30 + 30	Práxis Sonora I	60
Filosofia da Educação	60	Filosofia da Educação	60
História da Educação	60	História da Educação e História da Educação do Campo no Brasil	60
Seminário Integrador I	30	Seminário Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão I	30
Leitura e Produção de Texto	60	Leitura e Produção de Texto II	60
Estado, Sociedade e Questões Agrárias	60	Estado, Sociedade e Questões Agrárias	60
Fundamentos da Notação Musical + Instrumento eletivo 1	30 + 30	Práxis Sonora II	60
Sociologia da Educação	60	Sociologia da Educação	60
Cartografia Social	60	Cartografia Social	60

Seminário Integrador II	30	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão II	30
Educação Ambiental	60	Educação Ambiental	60
Teoria e Percepção Musical I + Instrumento Eletivo II	30 + 30	Práxis Sonora III	60
Psicologia da Educação	60	Psicologia da Educação	60
Didática Geral	60	Didática Geral	60
Seminário Integrador III	30	Seminário Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão III	30
Metodologia Científica	60	Iniciação científica	60
Metodologia do Ensino de Artes	60	Metodologia do Ensino de Artes	60
Fundamentos da Educação Musical	60	Fundamentos da construção de conhecimentos em música	60
Teoria e Percepção Musical I + Instrumento Eletivo II	30 + 30	Práxis Sonora IV	60
Avaliação da aprendizagem	60	Avaliação da aprendizagem	60
Seminário Integrador IV	30	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	30
Laboratório de Artes Visuais I	60	Laboratório de Artes Visuais I	60
Laboratório de teatro animação	60	Laboratório de teatro I	60
Práticas pedagógicas em Educação do Campo	60	Práticas pedagógicas em Educação do Campo	60

Estágio Curricular Supervisionado I	60	Estágio Curricular Supervisionado I	90
Seminário Integrador V	30	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão V	30
Laboratório de Artes Visuais II	60	Laboratório de Artes Visuais II	60
Construção cênica de narrativas	60	Laboratório de teatro II	60
Legislação e Organização da Educação Básica	60	Legislação e Educação	60
Estágio Curricular Supervisionado II	90	Estágio Curricular Supervisionado II	90
Seminário Integrador VI	30	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VI	30
Trabalho de Conclusão de Curso I	45	Trabalho de Conclusão de Curso I	60
Educação para relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira	60	Educação para relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira	60
Estágio Curricular Supervisionado III	120	Estágio Curricular Supervisionado III	105
Seminário Integrador VII	30	Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VII	30
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	Trabalho de Conclusão de Curso II	60
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
Estágio Curricular Supervisionado IV	135	Estágio Curricular Supervisionado IV	120

Disciplinas que não tiverem equivalência imediata serão aproveitadas como disciplinas optativas. Em caso de equivalência parcial, os/as discentes deverão fazer a complementação com docentes da disciplina.

5.9 Migração para a nova estrutura

Haverá migração parcial para a nova estrutura curricular. Os discentes dos períodos iniciais, ou seja, aqueles que cursaram até 50% do curso, deverão migrar totalmente para a nova estrutura.

Os procedimentos de migração serão orientados pela nota técnica da Prograd “Processo de Migração entre versões de Projeto Político Pedagógico” (2016), devendo ser observado dentre os seus princípios, o artigo 5 que segue:

Não ocorrerá migração para os discentes que estiverem cursando os dois últimos semestres dos cursos de graduação da matriz curricular vigente. Parágrafo único: Serão analisadas as situações de migração, pela coordenação do curso, dos alunos que estiverem vinculados aos dois últimos semestres/períodos do curso e que estejam matriculadas em componentes curriculares de semestres/períodos anteriores da estrutura curricular vigente.

Como deliberação interna fica acordado que os alunos oriundos de trancamento total serão automaticamente inseridos na matriz curricular vigente, cursando os componentes curriculares necessários para a integralização do curso. No caso de disciplinas¹⁵ com carga horária inferior em relação a nova matriz, a complementação se dará por meio de atividades organizadas conforme Capítulo IV, seção III, art. 95 do Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 95 - Na hipótese de o componente curricular cursado apresentar conteúdo programático inferior ao exigido no currículo em vigor, o Colegiado de Curso determinará o seu aproveitamento, mediante a realização de:

I - complementação de carga horária, definindo-se qual semestre e turma.

II - complementação de conteúdos por meio dos quais a complementação poderá ser realizada, nas seguintes modalidades:

a) participação em aulas específicas do componente curricular;

b) realização de estudos independentes e posterior realização de prova;

III - trabalho de pesquisa devidamente registrado. (UFT, 2004)

A estrutura curricular constante neste Projeto Pedagógico será implantada no 2º semestre de 2019.

¹⁵ Se aplica especificamente às disciplinas: Estágio Curricular Supervisionado I e Trabalho de Conclusão de Curso I.

5. 10 Ementário

5.10.1 1º Semestre

DISCIPLINA: Leitura e Produção de Texto I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Abordagens teóricas sobre leitura e escrita. Caracterização dos tipos de textos, gêneros discursivos e condições de produção. Critérios para análise da textualidade. A estrutura do parágrafo. Pontuação. Leitura, (re)escrita e revisão textual no contexto pedagógico. Os gêneros discursivos acadêmicos resenha, resumo e artigo.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Coleção biblioteca universal). DIONISIO, A. P. et al (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARBOSA, Severino Antonio M. Redação: escrever é desvendar o mundo. Campinas, SP: Papyrus, 1994. ECO, Umberto. Interpretação e superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1997. GONÇALVES, Adair Vieira; BAZARIM, Milene (orgs.). Interação, gêneros e letramento: a (re)escrita em foco. São Carlos: Claraluz, 2012. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. ZACCUR, Edwiges (org.). A magia da linguagem. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.</p>	

DISCIPLINA: Movimentos sociais	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: História dos movimentos sociais do campo. Movimentos sociais do campo e luta pela terra e território. Direitos humanos. Acampamentos e assentamentos rurais. Movimentos sociais, mulheres e agroecologia.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA MEDEIROS, Leonilde Servolo de. História dos Movimentos Sociais do Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989 SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Assentamento em debate. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD, 2005. SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012. LOPES, Adriana L. BUTTO, Andrea. Brasília: MDA, 2008. Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur edições, 2007. _____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Estudos avançados, p.15-43, 2001. SAUER, Sérgio, BALESTRO, Moisés V. (orgs.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2013.</p>	

DISCIPLINA: História de Vida	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Relação teórico-epistemológica entre história e memória. Memória, esquecimento e trauma. Memória e identidade. Tipos de memórias. Lugares de memória. A metodologia de história oral de vida e temática.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 3ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1994. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (orgs.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas/SP: Unicamp, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRANDÃO, Ana (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. JOSSO, Marie-Christine. Experiências de vida e formação. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira; adaptação à edição brasileira Maria Vianna. São Paulo: Cortez, 2004. LECHNER, Elsa. Histórias de vida: Olhares interdisciplinares. In Elsa Lechner (Org.), Introdução: O olhar biográfico. Porto: Edições Afrontamento, 2009. LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.</p>	

DISCIPLINA: Práxis Sonora I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 15h PCC: 15h
<p>EMENTA: Música e sua concepção em diferentes culturas. Representações, variações e interpretação de registros musicais. Leitura e grafia de signos/significantes musicais. Elementos constitutivos da música. Parâmetros sonoros. Sistemas de afinação. Percepção e apreciação sonora. Gêneros da música popular. Espaço colaborativo de construção sonora e de programação da disciplina. Práxis em instrumento de cordas, sopro, teclas, percussão e/ou canto.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHEDIAK, Almir. Harmonia & improvisação/ 70 músicas harmonizadas e analisadas violão-guitarra-baixo-teclado. vol. I. 7. edição. Editora Lumiar, 2009. MED, Bohumil. Teoria da música. 4ª ed. Revisada e ampliada. Brasília: Musimed, 1996. LIMA, M. R. R.; FIGUEIREDO, S. L. F. Exercícios de Teoria Musical: Uma abordagem prática. 6. Edição. São Paulo: Embrapor, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MARSOLA, Mônica; BAÊ, Tutti. Canto uma expressão- Princípios básicos de técnica vocal. Editora Irmãos Vitale: São Paulo, 2002. MASCARENHAS, Mario. Método Rápido para Tocar Teclado Vol. 1. 6. edição. Ed. Irmãos Vitale: São Paulo, 1991. PAIVA, Rodrigo Gudin; ALEXANDRE, Rafael Cleiton. Bateria & Percussão Brasileira em Grupo: Composições para prática de conjunto em aulas coletivas. Itajaí, Edição do Autor, 2010. PINTO, Henrique. Iniciação ao violão: princípios básicos e elementares para principiantes. São Paulo: Ricordi, 1978. (parte I). PROSSER, Elisabeth Seraphim. Vem comigo tocar Flauta doce! Manual para Flauta Doce Soprano. Vol. I, Editora Musimed, 1995.</p>	

DISCIPLINA: Filosofia da Educação	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Concepções de homem, de mundo e de sociedade e seus desdobramentos em ideais, projetos e práticas educativas e sobre a produção do conhecimento. Concepções Filosóficas da Educação. Reflexões sobre práxis, ética, estética e ação pedagógica.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1990. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2014. RANCIÈRE, J. O mestre ignorante. Belo horizonte, Autêntica, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARANHA, M. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 1996. FULLAT, O. Filosofia da educação. Petrópolis: Vozes, 1995. GILES, Th. Filosofia da Educação. São Paulo: EPU, 1993. PAVIANI, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação. 3.ed., Caxias do Sul: DUCS, 1986. SEVERINO, A. J. Filosofia da educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994. MÉSZÁROS, I. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.</p>	

DISCIPLINA: História da Educação e História da Educação do Campo no Brasil.	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: História da Educação Escolar no Brasil. Educação nas Políticas Públicas e na Legislação Brasileira. Educação Popular. História das Legislações Educacionais e Políticas Públicas para Educação Rural no Brasil. História, Cultura e Identidade Camponesa. História e Princípios da Educação Popular, Educação e movimentos sociais do campo, Marcos históricos do Movimento Por Uma Educação do Campo.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARROYO Gonzalez Miguel, CALDART, Rosely Salete, MOLINA Mônica Castagna. (orgs.). Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação Brasileira. 1ª edição, São Paulo: Editora Cortez, 2006. CHRISTÓFFOLI, Pedro Ivan. Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão – MDA. Brasília, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CALDART, Roseli Salete. Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Desafios e Proposta de Ação. Luziânia: Por uma Educação do Campo, MDA, 1998. FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. Por uma Educação do Campo, n. 4, Brasília, DF, 2002. PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2005. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.</p>	

DISCIPLINA: História do Teatro I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: Panorama histórico do teatro mundial e latino-americano, na perspectiva do teatro popular.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BERTHOLD, Margot. História Mundial do Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2005. FO, Dario; RAME, Franca. Manual Mínimo do ator. São Paulo: Senac, 2004. ROUBINE, Jean-Jacques. Introdução às grandes teorias do teatro. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DIÉGUEZ, Ileana. Escenários liminales: teatralidades, performances y política. Buenos Aires: Atuel, 2007. PARANHOS, Kátia (org.). História, teatro e política. São Paulo: Boitempo, 2012. PAVIS, Patrice. O teatro no cruzamento de culturas. São Paulo: Perspectiva, 2015. _____. Dicionário de teatro. São Paulo: Perspectiva, 2015. ROPA, Eugenia Casini. A dança e o agit-prop: os teatros não teatrais na cultura alemã do início do séc. XX. São Paulo: Perspectiva, 2014.</p>	

DISCIPLINA: Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão I	CARGA HORÁRIA: 30h
CRÉDITOS: 2	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Pesquisa socioeducacional: História de vida e da comunidade. Formação de núcleos de base. Espaço de autogestão. Experiência de organicidade e coletividade. Vivência política e estética. Sistematização dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas de forma interdisciplinar. Avaliação do cotidiano do curso. Levantamento de demandas relacionadas às comunidades. Desenvolvimento de ações de extensão nas comunidades integradoras com base na pesquisa em demandas sociais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 3ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1994. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2012. PELOSO, Ranulfo. Trabalho de base. São Paulo: Expressão Popular, 2012.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOGDAN, Robert C. e BIKLEN, Sari K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Coleção Ciências da educação - Vol. 12 Tradução de Maria João Alvarez. Porto: Porto Editora, 2013. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14ª ed. Cortez: São Paulo, 2011. IZQUIERDO, Ivan. Memória. 2 ed. rev. e amp. Porto Alegre: Artmed, 2011. IZQUIERDO, Ivan. A Arte de esquecer. Cérebro e Memória. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Vieira E Lent, 2004. JOHN, Daniele. Reinventar a vida: narrativa e ressignificação na análise. Editora Ideias & Letras, 2015.</p>	

5.10.2 2º Semestre

DISCIPLINA: Leitura e Produção de Texto II	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Leitura e análise de textos de gêneros (literários e não literários) e tipologias variadas. A retextualização de gêneros orais e escritos. Leitura dramática. Produção de audiovisual (vídeo) com base em uma obra literária.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2011. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. Retextualização de gêneros escritos. Rio de Janeiro: Lucerna: 2007. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. GONÇALVES, Adair Vieira; BAZARIM, Milene (orgs.). Interação, gêneros e letramento: a (re)escrita em foco. São Carlos: Claraluz, 2012. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para escrita: atividades de retextualização. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007. MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.</p>	

DISCIPLINA: Estado, Sociedade e Questões Agrárias	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Teorias do Estado na sociedade capitalista e sua produção. O papel do Estado na elaboração de políticas sociais e educacionais. O que é questão agrária. A evolução da situação de posse e uso da terra no Brasil e a formação do campesinato brasileiro. Diferentes teses clássicas sobre a questão agrária brasileira. Debate atual sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento do campo.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA IANNI, Octavio. Origens agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004. PRADO Jr, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004. CASTILHO, Alceu. Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CUNHA, L. A. Educação, Estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: Flacso do Brasil, 1991. IANNI, Octavio. A Luta pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1978. KAUTSKY, K. A questão agrária. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2007. POULANTZAS, Nico. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 2000. MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.</p>	

DISCIPLINA: Estética e Poética Camponesa	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: Conceitos de Arte, Estética e Percepção. Constituição social do imaginário artístico/estético dos povos do campo e suas diferentes manifestações.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA MEIRA, Marly Ribeiro. Filosofia da criação: reflexões sobre o sentido do sensível. Porto Alegre: Mediação, 2009. MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. ROSENFELD, Kathrin H. Estética. Filosofia Passo-a-Passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARISTÓTELES. Poética e tópicos I, II, III e IV. São Paulo: Ed. Hunter books, 2013. CALDART, R. S. et alli (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2015. GERTZ, Clifford. O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. SUASSUNA, Ariano. Iniciação à estética. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2004.</p>	

DISCIPLINA: Práxis Sonora II Pré-requisito: Práxis Sonora I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 15h PCC: 15h
<p>EMENTA: Leitura e escrita de códigos musicais. Sistemas estéticos musicais: Modalismo e ou Tonalismo. Parâmetros estéticos musicais. Introdução aos elementos da composição musical. Percepção e apreciação sonora. Elementos da composição musical. Gêneros da música popular. Espaço colaborativo de construção sonora e de programação da disciplina. Práxis em instrumento de cordas, sopro, teclas, percussão e/ou canto.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ADOLFO, Antônio. O Livro do Músico. 5.ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2011. CHEDIAK, Almir. Harmonia & improvisação/ 70 músicas harmonizadas e analisadas violão-guitarra-baixo-teclado. vol. I. 7. edição. Editora Lumiar, 2009. GRAMANI, José Eduardo. Rítmica viva: A consciência musical do ritmo. 2. edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AKOSCHKY, Judith, VIDELA, Mario. Iniciação a Flauta Doce (Soprano em do) Volume I. Ricordi Americana. Buenos Aires, 1978. JACOB, Mingo. Método Básico de Percussão - Universo Rítmico. Ed. Irmãos Vitale: São Paulo, 2003. MASCARENHAS, Mario. Método Rápido para Tocar Teclado Vol. 2. 6. ed. Ed. Irmãos Vitale: São Paulo, 1991. OITICICA, Vanda. O bê-a-bá da técnica vocal. Brasília: Musimed, 1992. PEREIRA, Marco. Ritmos brasileiros para violão. Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2007.</p>	

DISCIPLINA: Sociologia da Educação	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: relação educação e sociedade; educação e sociologia. Estudo das concepções teóricas de educação no discurso sociológico dos autores clássicos e contemporâneos Principais teorias sociológicas como suporte de análise da realidade escolar. O papel desempenhado pela Sociologia no quadro educacional da atualidade.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 2014. BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. MARX, K. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrando Brasil, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COELHO, Ildeu Moreira (org.). Escritos sobre o sentido da escola. São Paulo, SP: Mercado das Letras, 2012. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da Escola Improdutiva. São Paulo, SP: Cortez editora, Revisão atualizada, 2010. IANNI, Octávio. Sociedade e Sociologia no Brasil. SP, Alfa-Ômega, 1994. SAVIANI, Demerval. 41 ed. Escola e Democracia. SP, Cortez, 2009 TOMAZI, Nelson Dácio. Sociologia da Educação. SP, Atual, 1997.</p>	

DISCIPLINA: Cartografia social	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: A cartografia na humanidade. Formas de representação do espaço. Estudos teórico-metodológicos sobre identidades coletivas, movimentos sociais e suas formas organizativas. Mapas dos conflitos socioambientais, na perspectiva das comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, Indígenas, assentados da reforma agrária, reassentados. Populações do campo, da floresta e das águas.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARTINS, Cynthia Carvalho. Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais. Coleção pedagógica interpretando a Amazônia. São Luís: Pnca e Gesea / Uema, 2011. CARNEIRO, Fernandes Ferreira, PESSOA, Vanira Matos; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. Campo, Floresta e águas: práticas e saberes em saúde. Brasília: Editora UNB, 2017. SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. MARTINELLI, M. Cartografia Temática: Caderno de Mapas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. ANDRADE, Karyleila Andrade, FLORES, Kátia Maia; BODNAR, Roseli (orgs.). Populações tradicionais do Tocantins. Cultura e saberes de comunidades quilombolas. Palmas, TO: UFT, 2013. MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (et. al.), Cadernos de debate Nova cartografia social: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos. Manaus: UEA Edições, v.1, 2012. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.</p>	

DISCIPLINA: História do Teatro II	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: História do Teatro Brasileiro. Teatro produzido nas regiões Norte e Nordeste do país.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FARIA, João Roberto. GUINSBURG, Jacob. História do teatro brasileiro I. São Paulo: Edições SESC São Paulo e Editora Perspectiva, 2012.</p> <p>FARIA, João Roberto. GUINSBURG, Jacob. História do teatro brasileiro II. São Paulo: Edições SESC São Paulo e Editora Perspectiva, 2013.</p> <p>FARIA, João Roberto; GUINSBURG, Jacob; LIMA, Mariangela Alves de. Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>COSTA, Iná Camargo. Sinta o Drama. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>ESTEVAM, Douglas; COSTA, Iná Camargo; VILLAS BOAS, Rafael (orgs.). Agitprop: cultura política. São Paulo: Expressão Popular, 2015.</p> <p>GARCIA, Silvana. Teatro da militância. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.</p> <p>MOSTAÇO, Edécio. Teatro e política: Arena. Oficina e Opinião. São Paulo: Annablume: 2016.</p> <p>TURLE, Licko. TRINDADE, Jussara. Teatro(s) de rua do Brasil: a luta pelo espaço público. São Paulo: Perspectiva, 2016.</p>	

DISCIPLINA: Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão II	CARGA HORÁRIA: 30h
CRÉDITOS: 2	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Pesquisa socioeducacional História das organizações sociais da comunidade. Formação de núcleos de base. Espaço de autogestão. Experiência de organicidade e coletividade. Vivência política e estética. Sistematização dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas de forma interdisciplinar. Avaliação do cotidiano do curso. Levantamento de demandas relacionadas às comunidades. Desenvolvimento de ações de extensão nas comunidades integradoras com base na pesquisa em demandas sociais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOFF, Clodovis. Como trabalhar com o povo e com os excluídos. Petrópolis: Vozes, 2015. MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989. CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CALDART, Roseli Salete. Sem Terra com poesia – a arte de recriar a história. Ed. Expressão Popular, 2017. FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 2001. PONT, R. Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda. Porto alegre: Palmarinca, 2000. PAREYSON, L. Os problemas de estética. São Paulo: Martins fontes, 2001. UMBACH, Rosani Ketzer. Estética e Política na Produção Cultural: As Memórias da repressão. Ed. UFSM, 2011.</p>	

5.10.3 3º Semestre

DISCIPLINA: Educação Ambiental	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: “Crise” civilizatória e surgimento da questão ambiental; a questão ambiental internacional no pós-guerra; a consciência ambiental nos anos 60 e 70; os movimentos ambientalistas dos anos 90; a questão ambiental nos anos de 1980 e 1990; O movimento ambientalista Brasileiro; Educação Ambiental e transversalidade, conceitos em educação ambiental; Educação Ambiental no Ensino Formal; Educação Ambiental e movimentos sociais; atividades e materiais didáticos em Educação Ambiental; Educação ambiental e formação de professores.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. LOUREIRO, Carlos Frederico et al. Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire. Cortez Editora, 2014. REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 2ª Ed. Brasiliense, 2017.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba. Agropecuária, 2002. CASTRO, R. S. de; LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F.B. Sociedade e Meio Ambiente. São Paulo: Cortez, 2012. LOUREIRO, Carlos Frederico B. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. 1ª Ed. Cortez Editora, SP. 2013. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. 5. ed. SP. 2010. REIGOTA, M. Meio Ambiente e Representação Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>	

DISCIPLINA: Teatro-Educação I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 15h PRÁTICA: 0 PCC: 45h
EMENTA: Teatro em comunidades. Teatro do Oprimido e outras abordagens. Relações entre artista e comunidade.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOAL, Augusto. Teatro do oprimido: e outras poéticas políticas. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2014. TELLES, Narciso; PEREIRA, Vitor Hugo; LIGIÉRO, Zeca. (orgs.). Teatro e Dança - como experiência comunitária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. NOGUEIRA, Márcia Pompeo. Ventoforte: no teatro em comunidades. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2015.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. BOAL. Augusto. A estética do oprimido. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. COELHO, José Teixeira. O que é ação cultural. São Paulo, Brasiliense, 1989. DESGRANGES, Flávio. A pedagogia do espectador. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2015. NOGUEIRA, Márcia Pompeo (Org.). Teatro na Comunidade: Interações, Dilemas e Possibilidades. Florianópolis: UDESC, 2009.</p>	

DISCIPLINA: Fundamentos da construção de conhecimentos em música	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Perspectivas teórico-metodológicas para o ensino de música em diferentes contextos educativo-musicais. Legislação e políticas públicas para o ensino de Música. Funções sociais da música. Função político pedagógica do educador em música engajado. Fundamentos históricos, sociológicos, filosóficos e psicológicos para o ensino de música.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERNANDES, José Nunes. Educação Musical: temas selecionados. 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013. FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e Educação. 2. Edição. São Paulo: UNESP, 2008. PENNA, Maura. Música (s) e seu ensino. Porto Alegre: Sulina, 2. Edição, 2015.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVARES, Thelma Sydenstricker; AMARANTE, Paulo (Org.). Educação Musical na Diversidade: construindo um olhar de reconhecimento humano e equidade social em Educação. Ed. CRV: Curitiba, 2016. BRITO, Teca Alencar de. Koellreutter Educador - o Humano Como Objetivo da Educação Musical. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2011. GAINZA, Violeta Hemsy. Estudos de Psicopedagogia Musical. São Paulo: Summus Editorial, 2017. SOUZA, Jusamara. Música, cotidiano e educação. Porto Alegre: UFRG. 2000. SWANWICK, Keith. Ensinando Música Musicalmente. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003</p>	

DISCIPLINA: Arte e Educação	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Fundamentos teóricos e metodológicos da Arte. História da arte-educação no Brasil. As artes visuais, o teatro, a dança e a música na educação básica. A arte na legislação brasileira. A avaliação em artes. Arte e formação docente. Cultura visual e educação.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBOSA, Ana Mae. Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010. BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002. IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre; Artmed, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2002. FERRAZ, Maria H. C.; FUSARI, Maria F. R. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 1993. FERRAZ, Maria H. C.; FUSARI, Maria F. R. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2010. MARTINS, Mirian Celeste. Didática do ensino da arte. São Paulo: FTD, 1998. LARA, Rosângela de Souza. Avaliação do ensino e aprendizagem em arte: o lugar do aluno como sujeito da avaliação. São Paulo: Editora SESI, 2012.</p>	

DISCIPLINA: Práxis Sonora III Pré-requisito: Práxis Sonora II	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 15h PCC: 15h
<p>EMENTA: Leitura e escrita de códigos musicais. Sistemas estéticos musicais: Modalismo e/ou Tonalismo. Parâmetros estéticos musicais. Aprofundamento dos elementos da composição musical. Percepção e Apreciação sonora. Gêneros da música popular. Espaço colaborativo de construção sonora e de programação da disciplina. Práxis em instrumento de cordas, sopro, teclas, percussão e/ou canto.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHEDIK, Almir. Harmonia & improvisação/ 70 músicas harmonizadas e analisadas violão-guitarra-baixo-teclado. vol. II. 7. edição. Editora Lumiar, 2009. GUEST, Ian. Arranjo, método prático: incluindo linguagem harmônica da música popular; editado por Almir Chediak. São Paulo Irmãos Vitale, 2009. WISNIK, José Miguel. O som e o Sentido - uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ADOLFO, Antonio. Iniciação Ao Piano e Teclado. Ed. Lumiar: Rio de Janeiro, 2011. FRUNGILLO, Mário D. Dicionário de Percussão. Editora UNESP Imprensa Oficial, São Paulo, 2003. CORREA, Roberto. A arte de pontear viola. 2. Edição. Brasília: Musimed, 2008. GOULART, Diana; COOPER, Malu. POR TODO CANTO - Método de Técnica Vocal- Música Popular, vol.1 - Livro e 2 Cds. Ed. G4:Rio de Janeiro, 2000. MONKEMEYER, MELMUT. Método para Flauta doce Soprano. Ed: RICORDI DO BRASIL, 2004.</p>	

DISCIPLINA: Psicologia da Educação	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da Aprendizagem. 2ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1987. COUTINHO, Maria Tereza da Cunha & MOREIRA, Mércia. Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humana voltado para a educação. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1993. VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006. DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez, 1990. FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997 JOHNSON, Louis J.; MYKLEBUST, Helmer R. Distúrbios de aprendizagem. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. NYE, Robert D. Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers. 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005.</p>	

DISCIPLINA: Instrumentos Pedagógicos de Alternância	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: A Pedagogia da Alternância, seus aspectos históricos, teóricos e metodológicos. Objetivos e princípios (pilares) norteadores da formação por alternância. Tempos e espaços formativos do sistema educativo da alternância e funcionamento dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Principais Instrumentos Pedagógicos da alternância: Plano de Estudo, Colocação em comum, Caderno da Realidade, Visita de estudo, Visita à família, Projeto Profissional do Jovem, Intervenção externa, Atividade de retorno, Acompanhamento individual, Avaliação semanal, Caderno de Acompanhamento e Cursos. O monitor e as práticas pedagógicas no CEFFA.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GARCIA-MARIRRODRIGA, Roberto; PUIG-CALVÓ, Pedro. Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. 192p. GIMONET, Jean-Claude. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007. 167p. SILVA, Lourdes Helena da. As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias? Curitiba: CRV, 2012. 188p.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (orgs.). Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural. Porto Alegre: Sulina, 1999. ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da alternância. Florianópolis: Insular, 2003. 128p. NOSELLA, Paolo. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2014. 288p. PACHECO, Luci Mary Duso. Pedagogia da Alternância: práticas educativas escolares de enfrentamento da exclusão social no meio rural. Curitiba: CRV, 2016. 172p.</p>	

DISCIPLINA: Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão III	CARGA HORÁRIA: 30h
CRÉDITOS: 2	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Pesquisa socioeducacional: Produção cultural na comunidade. Formação de núcleos de base. Espaço de autogestão. Experiência de organicidade e coletividade. Vivência política e estética. Sistematização dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas de forma interdisciplinar. Avaliação do cotidiano do curso. Levantamento de demandas relacionadas às comunidades. Desenvolvimento de ações de extensão nas comunidades integradoras com base na pesquisa em demandas sociais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOSI, Alfredo (org.). Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987. FILHO, Flavi Ferreira Lisboa (et.al). Gestão e Produção Cultural – 2. Ed. Revisada e Ampliada. Curitiba: Ed. Appris, 2017. GARRIDO, Selma (et.al). Pesquisa em Educação. Alternativas Investigativas com objetos complexos. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. São Paulo: LTC, 1981. GIORA, Regina C. F. A. Interdisciplinaridade - Saberes e Fazeres. Taubaté/ SP: Cabral Editora Universitária, 2014. LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2010. PIERSON, Donald (org.). Estudos de Organização Social. São Paulo: Martins Fontes, 1970. WARSCHAUER, Cecília. Rodas em Rede: oportunidades formativas na escola e fora dela. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017.</p>	

5.10.4 4º Semestre

DISCIPLINA: Iniciação Científica	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Introdução ao pensamento científico. Origem e evolução da ciência e do método científico. Elementos da lógica interna da pesquisa acadêmica. Tipos de pesquisa e de trabalhos acadêmico-científicos. Procedimentos de estudo, coleta e geração de dados e documentação. Interpretação textual, técnicas de análise e fichamento. Normas técnico-científicas da ABNT e UFT.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAUER, Martin; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2006. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRÉ, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2012 BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante: o saber da partilha. 2. ed. Aparecida/ SP: Ideias & Letras, 2006. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007. SOUZA, Antônio Carlos de; FIALHO, Francisco Antônio Pereira; OTANI, Nilo. TCC: métodos e técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007.</p>	

DISCIPLINA: Teatro-Educação II	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 15h PRÁTICA: 0 PCC: 45h
<p>EMENTA: Jogos teatrais, Drama e Jogos dramáticos. O jogo como estrutura cênica. Conceitos, convenções e regras. O jogo e a improvisação teatral na Educação do Campo.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA DESGRANGES, Flávio. Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo. São Paulo: Ed. Hucitec, Edições Mandacaru, 2006. HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. 5. edição. São Paulo: Perspectiva, 2004. SPOLIN, Viola. Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin. Trad. Ingrid Dormien Koudela. São Paulo: Perspectiva, 2008.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOAL, Augusto. Jogos para atores e não-atores. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. CHACRA, Sandra. Natureza e sentido da improvisação teatral. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. COURTNEY, Richard. Jogo, teatro e pensamento. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. RYNGAERT, Jean-Pierre. Jogar, representar: práticas dramáticas e formação. Cosacnaify, 2009. KOUDELA, Ingrid. Jogos teatrais. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.</p>	

DISCIPLINA: Didática Geral	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 0 PCC: 30h
<p>EMENTA: Buscar compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente. Elaboração de instrumentos do trabalho docente. Observação e vivências da ação pedagógica.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GHIRALDELLI JR, P. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DPA, 2002. LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. PIMENTA, S. G.; FRANCO, M. A. S. (org.). Didática: embates contemporâneos. 1 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 48.ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2014. FREITAS, L. C (org.) Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002. GANDIN, D.; CRUZ, C. H. Planejamento em sala de aula. 12. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011. MORAES, M. C. Ecologia dos Saberes: complexidade, transdisciplinaridade e educação: novos caminhos para iluminar novas práticas educacionais. São Paulo: Antakarana/WHH, 2008. VEIGA, I. P. A. Técnicas de Ensino: Por que não? Campinas, SP: Papyrus, 1991. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998</p>	

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Artes	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 0 PRÁTICA: 0 PCC: 60h
<p>EMENTA: Metodologia aplicada ao ensino de Artes. Relações entre concepções pedagógicas e práticas artísticas nas Escolas do Campo. Desenvolvimento de projetos de extensão em Escolas do Campo.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA HERNANDEZ, Fernando. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2009. MARTINS, Mirian Celeste. Mediação cultural: olhares interdisciplinares. São Paulo: Uva Limão, 2017. PILLAR, Analice D. A Educação do olhar no ensino das artes. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FERREIRA, S., org. O Ensino das Artes: construindo caminhos. Campinas, SP: Papirus Editora, 2004. GARDNER, H. As Artes e o Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997. READ, Herbert. O sentido da arte. 6. ed. São Paulo: Ibrasa: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1987. LOWENFELD, V. Desenvolvimento da Capacidade Criadora. São Paulo: Ed. Mestre Jon, 1970. MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, G.; GUERRA, M. T. T. Teoria e Prática do Ensino de Arte: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2010.</p>	

DISCIPLINA: Práxis Sonora IV Pré-requisito: Práxis Sonora III	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 15h PCC: 15h
<p>EMENTA: Leitura e escrita de códigos musicais. Composição musical. Gêneros da música popular. Percepção e apreciação sonora. Espaço colaborativo de construção sonora e de programação da disciplina. Seminário de sistematização da práxis sonora. Práxis em instrumento de cordas, sopro, teclas, percussão e/ou canto.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHEDIAK, Almir. Harmonia & improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas violão-guitarra-baixo-teclado. vol. II. 7. edição. Editora Lumiar, Rio de Janeiro, 2009. FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. Ciranda de sons: práticas criativas em educação musical / Marisa Trench de Oliveira Fonterrada. São Paulo: Editora Unesp, 2015. SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira. 3. Edição. São Paulo: Editora 34, 2013.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ADOLFO, Antonio. Harmonia e estilos para teclado.6. edição. editora lumiar: Rio de Janeiro, 2010. CASES, Henrique. Escola moderna do cavaquinho. Rio de Janeiro: Ed. Lumiar: Rio de Janeiro, 2010. GOULART, Diana; COOPER, Malu. Por todo canto - Método de Técnica Vocal vol.2 - Canto Popular - Inclui 2 Cds com 50 Vocalises Inéditas. Ed. G4: São Paulo, 2013. MONKEMEYER, MELMUT. Método para Flauta doce contralto. São Paulo: Ed: RICORDI DO BRASIL, 2004. LIMA, Edinei; GOHN, Daniel. Caderno de Percussão - Sopro Novo - Yamaha. São Paulo: Ed. Ricordi, 2014.</p>	

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático. Conceitos e características da avaliação da aprendizagem e sua relação com a ação docente no processo de ensino. Estudo de mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 9. ed. São Paulo: Cortez: 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ESTEBAN, M. T. (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática de construção da pré-escola à universidade. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. LUCKESI, C. C. Avaliação de Aprendizagem - Componente do Ato Pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas (Trad. Patrícia Chittoni Ramos). Porto Alegre: Artmed, 2008. VASCONCELLOS, C. dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2003.</p>	

<p>DISCIPLINA: Práticas pedagógicas em Educação do Campo</p> <p>Pré-requisito: Instrumentos Pedagógicos de Alternância</p>	<p>CARGA HORÁRIA: 60h</p>
<p>CRÉDITOS: 4</p>	<p>TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h</p>
<p>EMENTA: Concepções de educação e matrizes pedagógicas construídas ao longo da história do pensamento educacional. Elementos de matrizes pedagógicas produzidas desde a concepção humanista-histórica. Estudo a partir de alguns autores do pensamento social e pedagógico. Práticas pedagógicas em escolas do campo. Os instrumentos pedagógicos no contexto da Pedagogia da Alternância. Práticas Educativas nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>CALDART, Roseli Salete, FREITAS, Luiz et al (orgs). Caminhos para transformação da escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo. Expressão popular, 2010.</p> <p>SAPELLI, M.L.S.; FREITAS, L.C. de; CALDART, R.S. Caminhos para a transformação da escola: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo – Ensaio sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ANTUNES, Maria Isabel Antunes Rocha et al (orgs.) MARTINS, Aracy Alves. Territórios educativos na educação do campo. São Paulo: Autêntica, 2012,</p> <p>CALDART, Roseli Salete, PEREIRA et al, FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Dicionário da educação do campo. São Paulo. Expressão popular, 2012.</p> <p>CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>PEREIRA. Antonio Alberto. Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2009.</p>	

DISCIPLINA: Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	CARGA HORÁRIA: 30h
CRÉDITOS: 2	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Pesquisa socioeducacional. Saberes, culturas e identidades. Formação de núcleos de base. Espaço de autogestão. Experiência de organicidade e coletividade. Vivência política e estética. Sistematização dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas de forma interdisciplinar. Avaliação do cotidiano do curso. Levantamento de demandas relacionadas às comunidades. Desenvolvimento de ações de extensão nas comunidades integradoras com base na pesquisa em demandas sociais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAUMAN, Z. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. LARAIA, Roque de Barros. Cultura - Um Conceito Antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. LARROSA, Jorge. Tremores Escritos sobre experiência. João Wanderley Geraldi, Cristina Antunes (tradução). Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014. BARON, Dan. Alfabetização Cultural: a luta íntima por uma nova humanidade. São Paulo: Alfarrabio, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AMBRÓSIO, Márcia. O uso do portfólio no ensino superior. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 MEIHY, José Carlos Sebe B., RIBEIRO, Suzana L. Salgado. Guia prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011. MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à Educação do futuro. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2011. WARSCHAUER, Cecília. A roda e o registro uma parceria entre professor, aluno e conhecimento. Paz e Terra: Rio de Janeiro/São Paulo, 2017.</p>	

5.10.5 5º Semestre

DISCIPLINA: Seminário de Pesquisa I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Elaboração da estrutura do pré-projeto de pesquisa. Construção, caracterização e instrumentos de pesquisas voltados para exploração e análise de dados. Estudo acerca de estratégias de pesquisa como mecanismo de análise de problemáticas da realidade educacional brasileira.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FARIAS, A. A; SOARES, J. F; CÉSAR, C. C. Introdução a Estatística. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Etnografia da prática escolar. 11. ed. Campinas, SP : Papirus, 2004. BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada a Ciências Sociais. 7 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. BOGDAN, R. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Ed. Porto, 2010. COSTA, S. F. Estatística aplicada a pesquisa em educação. Brasília: Plano Editora, 2004. TRIVINÕS, A. N. Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 17 reimpressão. São Paulo : Atlas, 2008.</p>	

DISCIPLINA: Laboratório de Artes Visuais I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 15h PRÁTICA: 45h
EMENTA: Suportes e técnicas alternativas em artes visuais. Linguagens artísticas contemporâneas. Hibridação de processos artísticos visuais. Exposição artística.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA KANDINSKY, Wassily. Do espiritual na arte. São Paulo: Martins Fontes, 2017. OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. Petrópolis: Vozes, 2002. WANNER, MCA. Paisagens sígnicas: uma reflexão sobre as artes visuais contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARBOSA, Ana Mae. Redesenhando o desenho: educadores, política e história. São Paulo: Cortez, 2015. COSTA, Cacilda Teixeira. Arte no Brasil 1950-2000: movimentos e meios. São Paulo: Alameda, 2004. DERDICK, Edith. Formas de pensar o desenho. São Paulo: Scipione, 1994. PILLAR, Analice Dutra. Desenho e Escrita como Sistemas de Representação. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012 WOLLHEIM, Richard. A arte e seus objetos. São Paulo: Martins Fontes, 1994.</p>	

DISCIPLINA: Laboratório de Teatro I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 15h PRÁTICA: 45h
EMENTA: Teatro de Animação. Princípios técnicos e suas características específicas. Teatro de Animação e Povos do Campo. Teatro de Animação na Escola do Campo.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AMARAL, Ana Maria. Teatro de formas animadas: máscaras, bonecos, objetos. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.</p> <p>_____. Teatro de animação. 3a. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.</p> <p>COSTA, Felisberto Sabino da. A poética do ser e não ser: procedimentos dramaturgicos do teatro de animação. São Paulo: EdUSP, 2016.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>AMARAL, Ana Maria. O ator e seus duplos. São Paulo: Senac/Edusp, 2002.</p> <p>CINTRA, Wagner Francisco Araujo. No limiar do desconhecido: reflexões acerca do objeto no teatro de Tadeusz Kantor. São Paulo: Editora Unesp, 2012.</p> <p>KAMLA, Renata. Um olhar através de máscaras: uma possibilidade pedagógica. São Paulo: Perspectiva, 2014.</p> <p>LECOQ, Jaques. O corpo poético: uma pedagogia da criação teatral. Trad. Marcelo Gomes. São Paulo: Editora Senac São Paulo, Edições SESC SP, 2010.</p> <p>VIGANO, Suzana. As regras do jogo: a ação sócio-cultural em teatro e o ideal democrático. São Paulo: Hucitec, 2006.</p>	

DISCIPLINA: Saberes e Fazeres em Música I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 0 PRÁTICA: 0 PCC: 60h
<p>EMENTA: Metodologias aplicadas ao ensino de música. Diversidade cultural. Música e educação popular. Metodologias e formas de sistematização e transmissão do conhecimento musical. Ensino coletivo de música. Etnopedagogia Musical. Práxis Sonora.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa (orgs). Pedagogias em Educação Musical. Curitiba: Intersaberes, 2012. FONTEERRADA, M. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora da Unesp, 2. edição, 2008. SOUZA, Jusamara. Música, educação e projetos sociais. Jusamara Souza e outros. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR KRIEGER, Elisabeth. Descobrendo a Música: Idéias para Sala de Aula. 3.ed. Porto Alegre, RS: Sulinas, 2012. MATEIRO, Tereza. Pedagogias Brasileiras em Educação Musical. Curitiba: Intersaberes: 2016. SODRÉ. Lilian Abreu. Música Africana na Sala de Aula: Cantando, Tocando e Dançando Nossas Raízes Negras. São Paulo: Duna Duetto, 2010. PUCCI, Magda; ALMEIDA, Berenice de. Cantos Da Floresta: Iniciação Ao Universo Musical Indígena. São Paulo: Peirópolis, 2017. RIBEIRO, Artur. Uakti - Um Estudo Sobre a Construção de Novos Instrumentos Musicais Acústicos. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2004.</p>	

DISCIPLINA: Gestão Escolar	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Pressupostos legais, estrutura e organização dos sistemas de ensino. Noções gerais de planejamento, coordenação e controle. A ação administrativa. Centralização e descentralização. Variáveis comportamentais e ambientais na organização. Fundamentos da gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas. Pressupostos científicos para implementação democrática do projeto político-pedagógico em escolas do campo. Análise da sistemática de elaboração, aprovação e financiamento de projetos educacionais pelos órgãos governamentais e por agências internacionais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2003. LUCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRADE, Dalila. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2001. FERREIRA, Naura S. Carapeto. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003. GADOTTI, Moacir. Autonomia da escola: princípios e propostas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. LIMA, Licínio C. Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2000. PARO, Vitor. Administração escolar: introdução crítica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>	

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I Pré-requisito: Didática Geral	CARGA HORÁRIA: 90h
CRÉDITOS: 6	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 45h
<p>EMENTA: Estudo dos fundamentos epistemológicos que abordam o estágio como processo de construção teórico-prático na formação do educador(a). Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente. Estímulo à aproximação com os contextos formativos das instituições de ensino do campo.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e o estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRÉ, M. (org.). O papel da pesquisa na formação e prática dos professores. 2. Ed. Campinas: Papirus, 2002. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 48.ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2014. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 12. ed. São Paulo, SP: Libertad Editora, 2004. ZOBOLI, G. B. Prática de ensino: subsídios para a atividade docente. São Paulo: Editora Ática, 2004.</p>	

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Tradução em LIBRAS/Português. Desenvolvimento da expressão visual-espacial. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004. SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. V.2. 2º Edição. São Paulo: Edusp, 2001. GESSER, A. Libras, que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua brasileira de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LODI, A. C.; LACERDA, C. B. F. (Org.). Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 1º edição. 2009. PERLIN, G.; STUMPF, M. (Org.). Um olhar sobre nós surdos. Leituras contemporâneas. Curitiba: Editora CRV, 1º edição. 2012. SKLIAR, Carlos (Org). Atualidade da educação bilíngüe para surdos: interfaces entre pedagogia e lingüística. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p>	

DISCIPLINA: Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão V	CARGA HORÁRIA: 30h
CRÉDITOS: 2	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Pesquisa socioeducacional: História e memória de espaços educativos nas comunidades rurais. Formação de núcleos de base. Espaço de autogestão. Experiência de organicidade e coletividade. Vivência política e estética. Sistematização dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas de forma interdisciplinar. Avaliação do cotidiano do curso. Levantamento de demandas relacionadas às comunidades. Desenvolvimento de ações de extensão nas comunidades integradoras com base na pesquisa em demandas sociais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>JOSSO, Marie-Christine. Experiências de vida e formação. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira; adaptação à edição brasileira Maria Vianna. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>LECHNER, Elsa. Histórias de vida: Olhares interdisciplinares. In Elsa Lechner (Org.). Introdução: O olhar biográfico. Porto: Edições Afrontamento, 2009</p> <p>SOUZA, Elizeu Clementino de(org.) Educação e ruralidades Memórias e narrativas (auto)biográficas. Salvador EDUFBA, 2012.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>AMBRÓSIO, Márcia. Avaliação, os registros e o portfólio: ressignificando os espaços educativos no ciclo das juventudes. Ed. Vozes, 2015.</p> <p>PETRAGLIA, Izabel Cristina. Edgar Morin - A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber. Ed. Vozes, 2001.</p> <p>SANCHÉZ VÁSQUES, Adolfo. Filosofia da práxis. São Paulo: EXpressão Popular: 2015.</p> <p>ZITKOSKIZ, Jaime Jose; REDIN, Euclides; STRECK, R., Danilo. Dicionário Paulo Freire. Ed. Autêntica, 2008.</p> <p>WARSCHAUER, Cecília. Entre na Roda! A formação humana nas escolas e nas organizações. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro/São Paulo, 2017.</p>	

5.10.6 6º Semestre

DISCIPLINA: Seminário de Pesquisa II	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa educacional; técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa: questionário, observação, entrevista, pesquisa bibliográfica e documental. Procedimentos de análise de dados.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FAZENDA, I. (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRÉ, M. E. D. A. de. Etnografia da prática escolar. 11 ed. Campinas: Papirus: 2004. DEMO, P. Educar pela pesquisa. Campinas: Editores Associados, 1998. GATTI, B. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Líber Livro Editora, 2007. GEERTZ, C. A interpretação das culturas. 13ª reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008. SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. Pesquisa Educacional: quantidade – qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.</p>	

DISCIPLINA: Laboratório de Artes Visuais II	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 15h PRÁTICA: 45h
<p>EMENTA: História das artes visuais. Principais técnicas e suportes de artes visuais. Principais linguagens artísticas do âmbito das artes visuais. Alfabetização visual. Montagem de Exposição. Exposição artística.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARSLAN, Luciana Mourão; MELO, Roberta Maira (orgs.). Artes visuais e educação: ensino e formação. Uberlândia, MG: EDUFU, 2017. OSTROWER, Fayga. Acasos e criação artística. Campinas: UNICAMP, 2013. PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARDOSO, Rafael. (Org.). O Design Brasileiro: antes do design. São Paulo: Cosac & Naif, 2005. DONDIS, Donis. Sintaxe da linguagem visual. São Paulo: Martins Fontes, 2003. FRANCASTEL, Pierre. Pintura e Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999. MORAIS, Frederico. O Brasil não visão do artista: a natureza e as artes plásticas. São Paulo: Prêmio Editorial, 2001. PEREIRA, Katia Helena. Como usar artes visuais na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2007.</p>	

DISCIPLINA: Laboratório de Teatro II	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 15h PRÁTICA: 45h
EMENTA: Teatro Político - Europa e Américas. Teatro Épico. Peças Didáticas.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARVALHO, Sérgio (org.). Introdução ao teatro dialético - Experimentos da Companhia do Latão. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Companhia do Latão, 2009. KOUDELA, Ingrid. Texto e jogo: uma didática brechtiana. São Paulo: Perspectiva, 2010. ROSENFELD, Anatol. O teatro épico. São Paulo: Perspectiva, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COSTA, Iná Camargo. A hora do teatro épico no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2016. KOUDELA, Ingrid Dormien. Um voo brechtiano: teoria e prática da peça didática. São Paulo: Perspectiva, 1992. _____. Brecht: um jogo de aprendizagem. 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. São Paulo: Perspectiva, 2010. ROCHA, Eliene; VILLAS BOAS, Rafael; PEREIRA, Paola et. al (orgs.). Teatro político, formação e organização social. São Paulo: Outras Expressões, 2015.</p>	

DISCIPLINA: Saberes e Fazer em Música II	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 0 PRÁTICA: 0 PCC: 60h
<p>EMENTA: A Música e seu panorama histórico. Oralidade, Memória e Historiografia em música. Pedagogia do ensino de história da música. A pesquisa participante em música. Parâmetros estéticos sonoros e musicais. Música, Cultura e Sociedade no século XX e XXI.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA AZEVEDO, Fernando. Método de violão. Rio de Janeiro: Ed. Vitale, 2013. CRUVINEL, Flávia Maria. Educação Musical e Transformação Social: uma experiência com ensino coletivo de cordas. Goiânia: ICBC, 2005. SAVIO, Isaias. Escola Moderna do Violão. Volume 1. São Paulo: Ed. Ricordi. [sd].</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARBOSA, Joel. Regência DA CAPO. Método Elementar para o ensino coletivo e/ou individual de Instrumentos de Banda. São Paulo: Editora Keyboard, 2004. COELHO, H. Técnica vocal para coros. Novo Hamburgo: Sinodal, 2005. DANTAS, Tais. Ensino Coletivo De Instrumentos Musicais: Contribuições Da Pesquisa Científica - Paralaxe 3. Salvador: Edufba, 2017. SOUZA, Jusamara. Música na escola Propostas para a implementação da Lei 11.769/08 na Rede de Ensino de Gramado. Porto Alegre: Tomo editorial, 2011. ADOLFO, Antonio. Piano e Teclado Fácil - Método Prático Para Principiantes. Rio Janeiro: Ed. Irmãos Vitale, 2016.</p>	

DISCIPLINA: Legislação e Educação	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: As políticas públicas educacionais, a legislação e suas implicações para a organização da educação básica brasileira. Estrutura e Funcionamento do Sistema de Ensino no Sistema da Educação Nacional e do Campo. Marcos normativos que referenciam uma política de educação específica para o campo. Bases legais da educação especial. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Direitos Humanos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica Castagna. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Educação do campo: marcos normativos. Brasília: SECADI, 2012. BRUEL, A. L. de O. Políticas e Legislação da Educação Básica no Brasil. Curitiba: IBPEX, 2010. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6 de 1994, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 90/2015 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF:2016. _____. Conferência Nacional de Educação. Construindo o sistema nacional de educação: o plano nacional de educação: diretrizes e estratégias de ação: documento final. Brasília, DF, 2010. _____. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília: Ministério da Educação, 2002. CURY, C. R. J. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (org.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: coleção por uma educação do campo, nº4, 2002.</p>	

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado I	CARGA HORÁRIA: 90h
CRÉDITOS: 6	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 30h
<p>EMENTA: Observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão e a sala de aula no Ensino Fundamental. A dinâmica e o dia-a-dia do estágio. A relação entre as teorias acadêmicas e as práticas planejadas. Desenvolvimento das atividades previstas no Projeto de Estágio.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA SOUZA, M. A. Práticas educativas do/no campo. Ponta Grossa -PR: Editora Edupg, 2011. MOREIRA, O. de Lima (org.). Educação do campo: reflexões teóricas e práticas pedagógicas. João Pessoa, PB: UFPB, 2014 PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARROYO M. G.; CALDART Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por Uma Educação do Campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. LIMA, Maria Socorro Lucena (et al). A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. VEIGA, I. P. A. (org.) Didática: o ensino e suas relações. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003. VEIGA, I. P. A. (org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 17. ed. São Paulo: Papirus, 2004. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>	

DISCIPLINA: Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VI	CARGA HORÁRIA: 30h
CRÉDITOS: 2	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Pesquisa socioeducacional. Diversidade no Campo: étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial. Formação de núcleos de base. Espaço de autogestão. Experiência de organicidade e coletividade. Vivência política e estética. Sistematização dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas de forma interdisciplinar. Avaliação do cotidiano do curso. Levantamento de demandas relacionadas às comunidades. Desenvolvimento de ações de extensão nas comunidades integradoras com base na pesquisa em demandas sociais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CANDAU, Vera Maria Ferrão (coord.). Somos Todos/as Iguais? - Escola, Discriminação e Educação em Direitos Humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.</p> <p>FLEURI, Reinaldo Matias (Org.) Educação Intercultural: Mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.</p> <p>MEKSENAS, P. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BOGO, Ademar. Identidade e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.</p> <p>CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Rezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2013.</p> <p>PINON, Ana; FUNARI, Pedro Paulo. A Temática Indígena na Escola - Subsídios Para Os Professores. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.</p> <p>GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Projetos de Extensão Universitária. São Paulo: Ed. Avercamp, 2008.</p> <p>PIRES, Angela Monteiro. Educação do Campo como Direito Humano. São Paulo: Cortez, 2012.</p>	

5.10. 7 7º Semestre

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I Pré-requisito: Iniciação Científica	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
EMENTA: Espaço de levantamento bibliográfico, elaboração e defesa de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAUER, M. W e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina. Fundamentos da Metodologia científica. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: Teoria e Prática. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 25. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. LUDKE, Menga. Pesquisa em Educação - Abordagens Qualitativas - Ed. EPU, 2013. PENNA, Maura. Construindo o primeiro projeto de pesquisa em Educação e Música. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015. RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.</p>	

DISCIPLINA: Educação para relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Produção historiográfica do continente africano. Formas de pensar o mundo existente a partir da África. História sobre a chegada dos africanos no Brasil desde o período escravista até os dias atuais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e (org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África - Vol. I, II, III e IV. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982. MATTOS, Regiane Augusto de. História e Cultura Afro-Brasileira. São Paulo, Contexto, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GOMES, Flávio. Mocambos e Quilombos - Uma história do campesinato negro no Brasil. SP: Cia das Letras. 2015 MEYER, D. E. Alguns são mais iguais que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: A escola cidadã no contexto da globalização. 4.ed. São Paulo: Vozes, 2000. MUNANGA, Kabengelê (Org.) Superando o racismo na escola. 3ª ed., Brasília: MEC, 2001. FONSECA, Maria N. Soares (Org.) Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra (Volume I). Portugal, Publicações Europa-América, 1972.</p>	

DISCIPLINA: Abordagens Metodológicas da Educação de Jovens e Adultos	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 0 PRÁTICA: 0 PCC: 60h
<p>EMENTA: Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização e letramento. A EJA na legislação educacional. O jovem e adulto do campo. A EJA na perspectiva da Educação para Todos. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FREIRE, Paulo. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 12 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2005. GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011. HADDAD, Sérgio. Novos caminhos em educação de jovens e adultos, EJA: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVARES, Sônia Carbonell. Educação Estética na EJA: a beleza de ensinar e aprender com jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2012. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2014. KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995. PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. Rio de Janeiro: Loyola, 1983. DI PIERRO, M. C.; VÓVIO, C. L.; ANDRADE, E. R. Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2008.</p>	

DISCIPLINA: Gestão de Processos Comunitários	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Teoria sobre processos de gestão; Metodologias de trabalhos comunitários; Organização de processos cooperativos; Gestão de conflitos; Metodologias de coordenação; Concepções de ser humano; Indivíduo, Ator, Agência; Educação Popular: teoria e método; Movimentos Sociais; Organizações sociais e políticas.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRANDÃO, C.R. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense. 2007. SIMULA, P. Transformações nas relações humanas e cooperação. Expressão Popular, 2017. FREIRE, P. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOFF, Clodovis. Como trabalhar com o povo e com os excluídos. Petrópolis: Vozes, 2015. BRANDÃO, Carlos Henrique. A educação popular na escola cidadã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. GADOTTI, Moacir. Educação comunitária e economia popular. 4 ed. Cortez Editora, 2005. PELOSO, Ranulfo. Trabalho de Base. São Paulo: Expressão Popular, 2012. OLIVEIRA, Clara Costa. A Educação como processo auto-organizativo: fundamentos teóricos para uma educação permanente e comunitária. Instituto Piaget, 1999.</p>	

DISCIPLINA: Optativa	CARGA HORÁRIA ¹⁶ : 60h
EMENTA: ver quadro de disciplinas optativas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ver quadro de disciplinas optativas.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ver quadro de disciplinas optativas.	

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado II	CARGA HORÁRIA: 105h
CRÉDITOS: 7	TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 60h
EMENTA: Reflexões sobre a prática pedagógica, prática educativa, prática docente, prática social, Educação musical e artística. Estudo sobre a multidimensionalidade da ação docente. Vivências teórico-práticas no contexto escolar.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004. FAZENDA, Ivani (org.). Práticas interdisciplinares na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013. SOUZA, M. A. de. Educação de jovens e adultos. 2. ed. Curitiba: Dialógica, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVES, N. (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. BEHRENS, M. A. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. CALDART, R. S. [et al.] (org.) Dicionário da educação do campo: Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012. FERREIRA, S., (org.) O Ensino das Artes: construindo caminhos. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2004. SOUZA, J. Aprender e ensinar música no cotidiano. Porto Alegre: Sulina, 2008.</p>	

16 Ver distribuição teórico/prática no Ementário de disciplinas Optativas.

DISCIPLINA: Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão VII	CARGA HORÁRIA: 30h
CRÉDITOS: 2	TEÓRICA: 30h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Pesquisa socioeducacional: Trabalho e Juventude. Formação de núcleos de base. Espaço de autogestão. Experiência de organicidade e coletividade. Vivência política e estética. Sistematização dos conhecimentos trabalhados nas disciplinas de forma interdisciplinar. Avaliação do cotidiano do curso. Levantamento de demandas relacionadas às comunidades. Desenvolvimento de ações de extensão nas comunidades integradoras com base na pesquisa em demandas sociais.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALBARNOZ, S. O que é trabalho. São Paulo, SP: Editora Brasiliense; 2002. CASTRO, Elisa Guaraná, et al. Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político. Seropédica, RJ: EDUR, 2009. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São PAULO: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (p.180- 216).</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. CHARLOT, Bernard. Os jovens e o saber: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001. LEÃO, Geraldo Antunes-Rocha, Maria Isabel(org.). Juventudes do Campo. Coleções Caminhos da Educação do Campo. São Paulo: Ed. Autêntica, 2015. SANTOS, Andrea de Fatima. Projetos de Vida e Juventudes. Trajetórias Contemporâneas de Jovens Quilombolas. Curitiba: Ed. Appris, 2016. SILVESTRE, Célia Maria Foster Entretempos: Experiências de Vida E Resistência entre os Kaiowá e Guarani a partir de seus Jovens. Editora Paco, 2018.</p>	

5.10.8 8º Semestre

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II Pré-requisito: Trabalho de Conclusão I	CARGA HORÁRIA: 60h
CRÉDITOS: 4	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Espaço destinado ao desenvolvimento do projeto. Prática de coleta de dados, experimentação e análise. Elaboração e Apresentação de Monografia ou Artigo ou Intervenção na comunidade, ou Produção Artística ou Memorial Acadêmico ou Projeto de Pesquisa para Pós-Graduação.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRANDÃO, Carlos Rodrigue; STRECK, Danilo Romeu. Pesquisa participante: O Saber da Partilha. 2ª ed. São Paulo: Ideias & letras, 2006. GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 6ª ed. Atlas Editora, 2008. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas/ Chistian Laville e Jean Dionne; tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAHÃO, Maria Helena. Dimensões Epistemológicas e Metodológicas da Pesquisa (Auto) Biográfica. Tomo I. Ed. EDIPUCRS, 2012. DUSILEX, D. A Arte de investigação criadora: introdução à metodologia da pesquisa. Rio de Janeiro: JERP, 2000. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica. 6. Ed. São Paulo: ATLAS, 2007. SANTOS, A. R.dos. Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. SILVA, Sidinei Pithan; GREZZANA, José Francisco. Pesquisa como Princípio Educativo: Metodologia do Ensino na Educação Superior. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012.</p>	

DISCIPLINA: Optativa	CARGA HORÁRIA¹⁷: 60h
EMENTA: Ver quadro de disciplinas optativas.	

¹⁷ Ver distribuição teórico/prática no Ementário de disciplinas Optativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Ver quadro de disciplinas optativas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Ver quadro de disciplinas optativas.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado IV Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado III	CARGA HORÁRIA: 120h
CRÉDITOS: 8	TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 60h

EMENTA: Planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas incluindo as áreas de música e artes. Organização de projetos comunitários para além do contexto escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

QUELUZ, A. G.; ALONSO, Myrtes (org.). **O trabalho docente: Teoria e Prática**. São Paulo: Pioneira, 2003.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. 6. ed. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, S., org. **O Ensino das Artes: construindo caminhos**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2004.

MARIN, Alba Junqueira (coord.). **Didática e Trabalho Docente**. 2. ed. São Paulo: Junqueira e Marin: 2005.

PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores**. Unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

5.10.9 Disciplinas Optativas

Disciplinas	CH Semestre				
	Créditos	Teórico	Prático	PCC	Carga Horária Total
História da Arte	4	45	15		60
História da Música Ocidental	4	45	15		60
História da Música Popular Brasileira	4	45	15		60
Laboratório de fotografia	4	45	15		60
Musicologia e Etnomusicologia	4	45	15		60
Representações literárias do universo camponês	4	45	15		60
Teoria Política	4	45	15		60
Geografia agrária e territorialidades contemporâneas	4	45	15		60
Práticas educativas nas ações políticas dos movimentos sociais	4	45	15		60
Arte, Cultura e Sociedade	4	45	15		60
Laboratório de Pintura	4	45	15		60
Educação e Direitos Humanos	4	60	0		60

Antropologia dos povos do campo	4	60	0		60
Educação Inclusiva	4	60	0		60
Laboratório de Desenho	4	15	45		60

● Ementário de disciplinas optativas:

DISCIPLINA: Educação Inclusiva	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva. Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Questões de currículo e gestão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil. História e políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996. PACHECO, José e outros. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DINIZ, Débora. O que é deficiência. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos. DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. _____. Síndromes: conhecer planejar e incluir. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. Atendimento educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios. São Paulo: Editora Moderna, 2011.</p>	

DISCIPLINA: Educação e Direitos Humanos	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
<p>EMENTA: Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.</p> <p>CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. Educação em direitos humanos e formação de professores/as; São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. <i>In: Revista de Educação</i>, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.</p> <p>CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educar em direitos humanos: construir democracia; Rio de Janeiro: Vozes, 2000.</p> <p>CORTINA, Adela. Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania; São Paulo: Loyola, 2005.</p> <p>PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.</p> <p>SACAVINO, Susana (org.). Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.</p>	

DISCIPLINA: Antropologia dos povos do campo	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 60h PRÁTICA: 0
EMENTA: Conceitos fundantes da Antropologia. O uso da história oral e memória; etnohistória; apreensão das diferentes experiências no tempo e elaboração do processo histórico; Antropologia e suas contribuições a educação. Aspectos da antropologia do homem/meio rural.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo, ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA, 2012.</p> <p>ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. <i>In: Faces do Trópico Umido</i>. Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, F.CASTRO, E.PINTON, Ed. Editora CEJUP UFPA- NAEA, Belém, 1997.</p> <p>GODOI, Emilia Pietrafasa. MENEZES, Marilda Aparecida. MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Vol 1. Construções identitárias e sociabilidades. Editora da UNESP, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. e (org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>VEIGA, I., & ALBALADEJO, C. Gestão da fertilidade dos solos de uma localidade na amazônia oriental. a formalização dos pontos de vista dos agricultores visando um diálogo entre agricultores e agrônomos. Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Número temático: A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental). Partes 2 e 3 - Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento, 2002.</p> <p>POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. Pp. 15 – 25. <i>In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.) Suma Etnológica Brasileira. v.1. Etnobiologia</i>. Petrópolis, Vozes/FINEP, 1987. 302p.</p> <p>VEIGA, I. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica. <i>In Anais do V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Pesquisa Agropecuária - IESA / V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - SBSP</i> (Florianópolis, 2002), IESA/SBSP. CD-ROM.</p> <p>POSEY, Darrell A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). p. 173 – 185. <i>In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.) Suma Etnológica Brasileira. v.1. Etnobiologia</i>. Petrópolis, Vozes/FINEP, 1987. 302p.</p>	

DISCIPLINA: Musicologia e Etnomusicologia	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: O campo da Musicologia e da Etnomusicologia, definições e debates; teoria, método e pesquisa em Musicologia e Etnomusicologia; interdisciplinaridade e conexões com outras áreas; leituras orientadas e discussões sobre temas fundamentais da área, incluindo a produção brasileira.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ARAÚJO, Samuel; Paes, Gaspar; Cambria, Vincenzo (orgs.). Música em debate: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro, Faperj, 2008.</p> <p>LUCAS, Maria Elizabeth. (org). Mixagens em Campo: etnomusicologia, performance e diversidade musical. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.</p> <p>SEEGER, Anthony. Por que cantam os Kisêdjê: uma antologia musical de um povo amazônico. São Paulo: Cosac Naif, 2015.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BARZ, F. Gregory; TIMOTHY, J. Cooley (Ed). Shadows in the field: new perspectives for fieldwork in ethnomusicology. 2nd. New York: Oxford University Press, 2008.</p> <p>BEARD, David; GLOAG, Kenneth. Musicology: The Key Concepts. London and New York: Routledge, 2005.</p> <p>COOK, Nicholas; EVERIST, Mark (org.). Rethinking Music. Oxford. Oxford University Press, 2001.</p> <p>MENEZES BASTOS, Rafael José de. A festa da Jaguatirica: uma partitura crítico-interpretativa. Florianópolis, Editora UFSC, 2013.</p> <p>TINHORÃO, José R. Os sons dos negros no Brasil: Cantos, danças, folguedos, origens. São Paulo: Ed. 34, 2008.</p>	

DISCIPLINA: Laboratório de Pintura	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: O conhecimento e utilização de materiais e suportes, pigmentos e instrumentos para a pintura. O desenvolvimento e o estímulo da criação a partir de análise e síntese da forma-cor. O suporte como objeto pictórico. Elaboração de projetos individuais de pesquisa em artes visuais, a partir de processos, meios e técnicas de pintura em um campo de linguagens híbrida.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRANCASTEL, Pierre. Pintura e Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999. MOTTA, Edson & GUIMARÃES, Maria Luiza. Iniciação à pintura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976. PEDROSA, Israel. Da cor a cor inexistente. São Paulo: Senac, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARROS, Lilian. A cor no processo criativo. São Paulo: Senac, 2009. GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. KANDISNSKY, Wassily. Do espiritual na arte. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. REBOUÇAS, Moema Lúcia. O discurso modernista da pintura. Lorena: FATEA, 2003. WOLFFLIN, Heinrich. A arte Clássica. São Paulo: Martins Fontes, 1995.</p>	

DISCIPLINA: Laboratório de Fotografia	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA: Surgimento e impacto da fotografia como imagem técnica. Processos fotográficos que propiciaram seu surgimento e desenvolvimento como a Câmara Escura, o Daguerreótipo, Calótipo, Ambrótipo entre outros processos. Fundamentos acerca da luz e da sombra e importância de ambas na produção da imagem fotográfica. Introdução ao laboratório Preto e Branco e ao funcionamento da câmera fotográfica. Técnicas de composição da imagem. Pensamento dos processos fotográficos e busca do desenvolvimento do olhar.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.</p> <p>DUBOIS, Philippe. O Ato fotográfico. Campinas, SP: Papyrus, 1994.</p> <p>ROUILLÉ, André. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. Tradução de Constança Egrejas. São Paulo: Editora Senac, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ADAMS, Ansel. A Cópia. São Paulo: Editora SENAC, 2001.</p> <p>BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.</p> <p>GRAHAM-DIXON, Andrew. Arte: O guia visual definitivo da arte. São Paulo: Publifolha, 2011.</p> <p>KOSSOY, Boris. Imagem da fotografia brasileira II. São Paulo: Estação Liberdade/SENAC, 2000.</p> <p>KRAUSS, Rosalind. O Fotográfico. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.</p> <p>SONTAG, Susan. Sobre a fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</p>	

DISCIPLINA: Laboratório de desenho	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 15h PRÁTICA: 45h
EMENTA: A Compreensão do Desenho como registro do gesto e como intenção na criação. A linha como estrutura da ideia. O esboço. A representação do volume através da perspectiva, luz e da sombra. A Composição artística. As texturas visuais. Os suportes e as pontas tradicionais.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA DERDICK, Edith. Disegno. Desenho. Desígnio. Editora Senac, 2005. DONDIS, Donis. Sintaxe da linguagem visual. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. KANDINSKY, Wassily. Ponto, linha e plano. Lisboa: Edições 70, 1996.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DERDICK, Edith. O desenho da figura humana. São Paulo: Scipione, 1995. DERDICK, Edith. Formas de pensar o desenho. São Paulo: Scipione, 1994. DI LEO. A interpretação do desenho infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. PILLAR, Analice Dutra. Desenho e escrita como sistema de representação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. PARRAMON, José Maria. Luz e Sombra no desenho e pintura. Madri; Barcelona: Ed. Parramon, s/d. SIMBLET, Sarah. Desenho: uma forma prática e inovadora para desenhar o mundo que nos rodeia. São Paulo: Ambiente e Costumes Editora, 2011.</p>	

DISCIPLINA: Representações literárias do universo camponês	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: Modos de constituição da identidade camponesa através do discurso literário. Análise da imagem do caipira na literatura brasileira.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BOSI, Alfredo (org.). Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os caipiras de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1983.</p> <p>SCHWARZ, Roberto (org.). Os pobres na literatura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1975.</p> <p>GALVÃO, Walnice Nogueira. As formas do falso. São Paulo: Perspectiva, 1986.</p> <p>LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato: a modernidade do contra. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1999.</p> <p>PERRONE-MOISÉS, Leyla. Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p>	

DISCIPLINA: Geografia Agrária e Territorialidades Contemporâneas	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: A Geografia Agrária como campo de estudos e pesquisas em Geografia, A Produção científica da Geografia Agrária Brasileira, Desenvolvimento Territorial e territorialidades no campo brasileiro. Milton Santos e o Retorno do Território, Bernardo Mançano e os Paradigmas do Capitalismo Agrário e das Questões Agrárias.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARROYO, Miguel G. Currículo, Território em Disputa . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete. Coleção Por Uma Educação do Campo . Brasília, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. FREIRE, Paulo. Política e Educação . São Paulo: Cortez, 2001. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Hucitec, 1992. AMIN, Samir, VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Território. In. Land Research Action Network . 2011. PAULINO, Eliane Tomiasi, ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Terra e Território . São Paulo: Expressão Popular, 2010. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	

DISCIPLINA: Teoria Política	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: Crítica ao pensamento político moderno. Teses clássicas do marxismo. Marxismo e Capitalismo tardio.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MARX, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.</p> <p>_____. Contribuição à Crítica da economia Política. São Paulo. Expressão Popular, 2008.</p> <p>NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CARNOY, M. Estado e Teoria política. São Paulo: Papyrus, 2004</p> <p>DREIFUSS, R. A. 1964 - A conquista do Estado: Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.</p> <p>MARX, Karl. Contribuição à Crítica da economia Política. São Paulo. Expressão Popular, 2008.</p> <p>MARX, K., ENGELS, Friedrich. Tradução Marcos Aurélio Nogueira, Leandro Konder. Manifesto do Partido Comunista. Bragança Paulista. Editora Universitária São Francisco, 2005.</p> <p>PONT, R. Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda. Porto alegre: Palmarinca, 2000.</p>	

<p>DISCIPLINA: Práticas educativas nas ações políticas dos movimentos sociais</p>	<p>CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h</p>
<p>EMENTA: Práticas educativas nas ações políticas dos camponeses na luta pela terra. Formação política dos movimentos sociais do campo. Construção do saber social na luta pela terra.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CRUZ, José Adelson. Movimentos Sociais e práticas educativas. Inter-Ação : revista da faculdade de educação, Goiânia: UFG, v. 29, p.175-185, jul-dez, 2004. GRZYBOWSKI, Candido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes, 1987. LOUREIRO, Walderês. O aspecto educativo da prática política. Goiânia: Centro editorial e gráfico da UFG, 1989.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 2012. PESSOA, Jadir (Org.). Saberes de nós: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Editora da UCG, 2004. _____. Aprender e ensinar no cotidiano de assentamentos rurais em Goiás. Revista da ANPED, São Paulo, n.10, jan.-abr. 1999. WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade. São Paulo: Companhia das letras, 1989.</p>	

DISCIPLINA: Arte, cultura e sociedade	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: As relações entre arte, cultura e sociedade. Arte e trabalho. A produção antropológica e social no mundo contemporâneo, A educação e o que preconiza a Lei 10639/2003. As funções sociais da arte.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CANCLINI, Nestor. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1998.</p> <p>COSTA, C. T. Arte no Brasil 1950-2000: movimentos e meios. São Paulo: Alameda, 2004.</p> <p>VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. As ideias estéticas de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BASTIDE, Roger. Arte e sociedade. Tradução de Gilda de Mello e Souza. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971.</p> <p>BRANDÃO, Roque Laraia. Cultura. São Paulo :Brasiliense, 1999.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.</p> <p>CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.</p> <p>LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.</p>	

DISCIPLINA: História da Música Ocidental	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: Introdução à musicologia histórica. Panorama sobre a música europeia ocidental. Sua correlação e produção no território brasileiro. Aspectos estéticos, características, fontes documentais, compositores, obras, movimentos.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>DAHLHAUSS, Carl. Fundamento de la historia de la musica. Espanha: Gedisa, 1997.</p> <p>LOVELOCK, William. História concisa da música. 3. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2013.</p> <p>ROSS, Alex. O resto é ruído: escutando o século XX. São Paulo: Companhia das Letras.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1986.</p> <p>CANDE, Roland. História Universal da música: Vol. 1, Vol. 2. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.</p> <p>DAHLHAUS, Carl. Nineteenth-century music. Estados Unidos: University of California Press, 1991.</p> <p>GROUT, Donald J. – PALISCA, Claude V. História da Música Ocidental. Portugal: Gradiva, 1994.</p> <p>WISNIK, José Miguel. O som e o sentido: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das letras, 1989.</p>	

DISCIPLINA: História da Música popular brasileira	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: Panorama sobre a transformação estética e sociocultural da música popular nacional e internacional. A música como produto de mercado. Gêneros, estilos, compositores, cantores e movimentos musicais brasileiros. Manifestações musicais na região norte do Brasil	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA NAPOLITANO, Marcos. Música e história: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2009. TINHORÃO, José Ramos. História social da música popular brasileira. São Paulo: Ed. 34, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LIMA, Edilson de. As modinhas do Brasil. São Paulo: Edusp, 2001. MORAES, José Geraldo Vinci de; SALIBA, Elias Thomé (orgs.). História e Música no Brasil. São Paulo: Alameda, 2010. SANDRONI, Carlos. Feitiço descente: transformações do samba no RJ. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2ª Ed, 2012. TINHORÃO, José Ramos. As origens da canção urbana. São Paulo: Ed. 34, 2011. _____. A música popular no romance brasileiro vol 1, vol 2, vol 3. São Paulo: Ed. 34, 2010.</p>	

DISCIPLINA: História da Arte	CARGA HORÁRIA: 60h TEÓRICA: 45h PRÁTICA: 15h
EMENTA: Conceito de arte. Manifestações das artes na história da Humanidade. O alvorecer da modernidade na arte e a herança da arte europeia nas Américas. Renascimento e Maneirismo. Barroco e Rococó. Neoclassicismo. Romantismo. Realismo. Impressionismo. Pós-Impressionismo e gravura japonesa. Simbolismo.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. JANSON, H. W. Iniciação à história da arte. São Paulo: Martins Fontes, 2009. ARNOLD, Dana. Introdução à história da Arte. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. BARBOSA, Ana M. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 1991. BRANDÃO, Juanito de S. Teatro grego: tragédia e comédia. Petrópolis: Vozes, 1988. BRONOWSKI, Jaco. Arte e conhecimento: ver, imaginar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 1983. COLI, Jorge. O que é arte. São Paulo: Brasiliense, 1995. CUMMINING, Robert. Para entender arte. São Paulo: Ática, 1996.</p>	

5.11 Metodologia

Após um período de lutas e debates, com início a partir dos anos de 1990, o movimento Por uma Educação do Campo, integrado por movimentos sociais do campo, educadores populares e intelectuais das diversas universidades brasileiras, conquistou junto ao MEC, a implementação de cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, desenvolve experiências de educação com matriz e concepção de educação pautada nas experiências e conhecimentos dos saberes populares em interface com os saberes científicos, na perspectiva de construir novos conhecimentos que considere a cultura, a identidade, memória e território onde vivem os homens e mulheres do campo.

Pensar a educação é pensar numa dimensão fundamental para o desenvolvimento territorial. Nesse sentido, as políticas educacionais podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que vivem no campo. Como educação do campo compreendemos a partir do que Caldart (2012, p. 257), define:

A educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate de classe entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e de formação humana.

A materialidade educativa de origem da educação do campo está nos processos de formação dos sujeitos coletivos da produção e nas lutas sociais do campo. Refere-se, portanto, à relação entre teoria e prática, ou seja, à *práxis*. Defende-se que a escola deva ter uma ênfase na cultura geral, humanista, formativa, que atenda à capacidade técnica e ao trabalho intelectual e que possibilite a formação de novos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, ou seja, que não prepare “somente” para as competências técnicas, que é a tendência atual da sociedade capitalista. (MEDEIROS, 2018).

A organização do Curso de Educação do Campo baseia-se na Alternância Pedagógica enquanto pressuposto metodológico por compreender que esta é a mais adequada para atender às demandas e necessidades do perfil de estudante do curso, voltado para os povos do campo e de comunidades tradicionais.

Silva (2018), a partir de Garcia-Marirrodriaga e Puig-Calvó (2010), aponta que são quatro os pilares da Pedagogia da Alternância: formação integral (relativo ao projeto pessoal de vida), desenvolvimento do meio/ local (social, econômico, humano, político, cultural, ambiental), a alternância (adequação da metodologia pedagógica) e associação local (participação e envolvimento de movimentos, instituições e pessoas da comunidade na organização do curso), compreendendo estes dois últimos como meios e os dois primeiros como finalidades desta proposta pedagógica. Tais pilares ou princípios propiciam uma formação condizente e coerente com a realidade cultural, social e econômica dos povos do campo e das comunidades tradicionais que cursam uma graduação em Educação do Campo.

A alternância é organizada em dois tempos educativos distintos intercalados entre universidade e comunidade. Os Tempos Universidade são momentos em que os discentes se deslocam até a Universidade para participarem das aulas e demais atividades e momentos formativos do curso que acontecem no espaço da universidade. Neste momento, em diálogo com os conteúdos curriculares do curso, interfaces vão sendo construídas com as realidades locais de proveniência dos educandos. Os Tempos Comunidade são os momentos em que os estudantes retornam para suas comunidades de origem para desenvolverem pesquisas, individuais e coletivas, atividades culturais, experiências e demais tarefas vinculadas às disciplinas e projetos sob orientação de docentes do curso. Ao retornarem para um novo Tempo Universidade, as pesquisas e trabalhos desenvolvidos no Tempo Comunidade são socializados e/ou integrados ao desenvolvimento de disciplinas em curso. Desta forma, nesta pedagogia existe uma indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao agregar vivências e conhecimentos construídos entre os dois espaços complementares de aprendizagem.

Em relação à realização da pesquisa no Tempo Comunidade, concorda-se com o que Brandão (1999) adverte sobre como deverá ser o percurso da pesquisa, considerando as conversas, as frases, entrevistas, discussões dentro ou fora do círculo, tudo está carregado dos temas da comunidade: sua história de vida, como a vida da família em casa, na produção; as alegrias, a devoção, o trabalho e o ritual das festas, a luta coletiva contra a ameaça da expulsão das terras de trabalho do camponês, as questões dos grupos populares organizados — grupos de jovens,

de mulheres, a formação política; as questões do relacionamento das pessoas com a natureza, as tradições da cultura, as relações da comunidade com o poder. Assim é que se faz necessário conectar-se ao mundo do outro, ao mundo real (MEDEIROS, 2018, mimeo).

Um elemento indispensável para a metodologia do curso é a prática a partir dos temas geradores, pois busca investigar o pensar dos homens referido à realidade, investigar sua práxis sobre a realidade. A metodologia propõe que tanto os sujeitos da pesquisa, quanto os investigadores se façam sujeitos no processo de investigação. “Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela” (FREIRE, 1987, p. 99).

Com os temas geradores cada palavra fruto do diálogo com os educadores está carregada de sinais de experiências, lutas, trabalho, esperança e também desesperança, vividos nos enredos da vida e nas contradições vivenciadas, tanto nas questões pessoais, quanto profissionais.

Nesse sentido, o círculo de cultura possibilita a experiência da exposição dos dados da realidade e reflexão sobre os mesmos. Enquanto círculo tem-se o significado de que todos/todas estão à volta de um coletivo, que busca organizar o debate, participar de uma atividade comum em que todos ensinam e aprendem. O coletivo é coordenado por um grupo que não dirige e, a todo momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do diálogo, que é o seu único método de estudo no círculo. Enquanto que o significado “De cultura”, ocorre muito mais do que o aprendizado individual, o que o círculo produz são modos solidários, coletivos, de pensar, no qual todos e todas aprenderão aquilo que constroem de uma outra maneira de fazer a cultura que os faz, por sua vez, homens, sujeitos, seres de história (BRANDÃO, 1999).

A partir dos debates sobre círculos de cultura trazidos por Brandão (1999) e Freire (1987), considera-se o círculo de cultura como a emergência do mundo vivido, objetivando-o; problematizando-o, compreendendo-o como projeto humano. Nesse sentido, busca-se adotar uma perspectiva de educação problematizadora, que potencializa e pode realizar a humanização, a afirmação dos homens como “seres para si” (FREIRE, 1987).

Sabendo-se que os círculos de cultura apresentam dimensão dialógica, o reconhecimento de uma cultura local ganha forma pelas inúmeras experiências de diálogos entre pessoas e culturas. Há um deslocamento do eixo educacional para o cultural. O ensinar e o aprender expressam valores culturais em uma espécie de tradição inovadora. Esse deslocamento permite aos educandos uma leitura da palavra em si mesma, permite a leitura do mundo e o reconhecimento de uma cultura própria. (MEDEIROS, 2018, mimeo).

Como marco referencial para esta formação tem-se os princípios da Pedagogia da Alternância, organizando os tempos universidade e comunidade. Compõe-se de abordagem metodológica, levantamento da realidade, que apresenta o diálogo entre saberes científico e popular. A partir dessa premissa, a organização do processo educativo das escolas do campo necessita buscar princípios e itinerários pedagógicos que orientem o desenvolvimento de processos formativos integrados, articulando áreas de conhecimento, saberes popular e científico, formação humana e profissional, diferentes práticas, tempos e espaços pedagógicos (MEDEIROS, 2016).

O objetivo é permitir a superação da fragmentação e descontextualização do currículo, além da afirmação de uma formação escolar crítica e criativa, evitando, todavia, o que Arroyo (2013) chama atenção:

A produção do conhecimento é pensada como um processo de distanciamento da experiência do real vivido. O real pensado seria construído por mentes privilegiadas através de métodos sofisticados, distantes do viver cotidiano, comum. Logo, o conhecer visto como um processo distante do homem e da mulher comuns, do povo comum; distante até do docente que ensina o povo comum (ARROYO, 2013, p. 117).

Nessa perspectiva, é preciso assumir como princípios pedagógicos da escola do campo os seguintes pontos: a formação escolar contextualizada, embasada pelo princípio da indissociabilidade teoria-prática, privilegiando o diálogo entre os saberes científico e popular e a (re)construção contínua do conhecimento; o estímulo aos educadores/educandos para a realização de atividades pedagógicas voltadas à problematização, pesquisa e estudo interdisciplinar sobre a realidade – local, regional, nacional e mundial –, tendo como elemento principal a produção familiar e comunitária, suas demandas, desafios e possibilidades; a incorporação da diversidade cultural como elemento

educativo e provocação da vivência de novas práticas e valores de solidariedade, cooperação e justiça; o subsídio à intervenção coletiva e sistemática sobre a realidade e a construção de propostas de ação técnico-profissional voltadas à transformação social e melhoria das condições de vida dos povos do campo (MEDEIROS, 2018).

Com base no estudo da realidade imediata e cotidiana e no estabelecimento de relações com elementos não cotidianos que impactam sobre a vida dos povos do campo, propõe-se um processo educativo que possibilite o acesso a diversos saberes e uma reflexão sobre questões de diversas ordens (políticas, históricas, naturais etc.). Articuladamente, eles podem contribuir para uma melhor compreensão e aprendizado sobre a cultura e realidade vivida pelos camponeses localmente, que ajudem a transformar e melhorar tal realidade.

Para Medeiros (2018), nesse movimento, assumir a pesquisa e o trabalho como princípios educativos significa assumir o compromisso com o desenvolvimento de um processo de escolarização que seja capaz de estimular atitudes e aprendizagens crítico-reflexivas. O objetivo é provocar entre os indivíduos a construção de saberes escolares por meio da reflexão sobre sua própria existência; e sobre o mundo em que vivem, as relações que estabelecem, a cultura em que estão inseridos e o trabalho que desenvolvem. Além disso, alimentar o pensar criativo na construção e desenvolvimento de projetos e ações que envolvam novas práticas sociais, produtivas e culturais, voltados à reinvenção da existência individual e coletiva; bem como formar o hábito da análise crítica, da autoavaliação e avaliação do processo para (re)planejar a ação, continuamente, destacando, também, as trajetórias, dos saberes e fazeres pedagógicos do trabalho docente. Assim, os temas como terra, território, cultura, memória e Identidade como elementos que compõem os paradigmas da Educação do campo e suas ênfases no percurso formativo são indispensáveis para construção de novas práticas pedagógicas com experiências a partir da cultura dos povos que vivem no campo. Sobretudo, porque os educandos e educandas são esses sujeitos que vivem no campo.

Para que se consolide essas proposições pedagógicas, com base em processos formativos relacionados com as vivências e experiências a partir da realidade do campo, busca-se desenvolver uma metodologia que considere a realidade local e nacional como ponto de partida. E, portanto, as análises da

conjuntura brasileira, seja, política, econômica, educacional, ambiental e cultural, são pilares para o debate propositivo e destaque de temas geradores para iniciar os conteúdos propostos para cada tempo universidade. Possibilitando aos educandos e educandas um olhar sobre a sociedade e sua complexidade.

Nessa perspectiva é que currículo do curso está organizado em três núcleos (detalhados no item 5.6.1 deste PPC): o comum (núcleos de estudos de formação geral), o específico (núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos) e o integrador (núcleo de estudos integradores).

Nas duas últimas etapas do curso, espera-se que o conjunto de estudos produzido a partir dos dados da pesquisa construída ao longo da trajetória acadêmica dos educandos em cada Tempo Comunidade se constitua em um diagnóstico sociocultural, ambiental e econômico que estimule durante estas etapas debates e reflexões que gerem como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) projetos de ação voltados a educação do campo na região.

Para efetivação dessa proposta são utilizados diferentes instrumentos pedagógicos, os quais buscam viabilizar uma integração entre os diferentes componentes curriculares de forma interdisciplinar. Dentre estes instrumentos, destacam-se as viagens orientadas de imersão cultural, os projetos interdisciplinares e as atividades de pesquisa e extensão.

As viagens orientadas são estratégias de imersão cultural que objetivam enriquecer a formação estética, poética, cultural, artística e política dos educandos do curso, enquanto dialogam com conteúdos curriculares previstos neste PPC. Prevê-se ao menos três viagens desta natureza para cada turma (distribuídas ao longo das oito etapas). Cada uma das rotas de viagem será planejada e proposta por um coletivo de professores (responsáveis pela viagem) e aprovada previamente em colegiado. Os planos de viagem devem prever visitas às espaços artísticos, históricos e culturais (como museus, parques, exposições, edifícios históricos, anfiteatros, salas de espetáculo, bibliotecas, centros culturais, ateliês e sede de grupos artísticos ou de tradição popular, etc.) e eventos (como mostras, festivais, shows, manifestações da cultura popular tradicional, espetáculos, feiras, etc.). As viagens devem ser confirmadas no semestre anterior ao seu acontecimento para que os estudantes tenham tempo de organizarem-se.

Os projetos interdisciplinares são propostas que dialogam com diferentes ramos do conhecimento, buscando relações e interações entre eles, provocando

intercâmbios de conhecimentos e experiências. Estes projetos podem ser elaborados e desenvolvidos com a parceria de dois ou mais docentes. Podem ser eventos, ações, atividades, publicações ou trabalhos artísticos. Podem ser de cunho acadêmico, artístico-cultural, político, social ou ambiental. Podem ter durações distintas e periodicidade variada. Os projetos interdisciplinares contribuem para uma formação humana e profissional mais integral por ultrapassarem os limites de determinadas áreas e aproximarem os processos de construção de conhecimentos da complexidade da própria vida, por isso são de grande importância na composição e organização metodológica deste curso.

As atividades de pesquisa e extensão elaboradas e desenvolvidas pelos docentes do curso também compõem o rol de instrumentos pedagógicos que buscam viabilizar uma integração entre os diferentes componentes curriculares de forma interdisciplinar. Estas atividades, que podem ser de proposição individual ou coletiva, são momentos tanto de construção de conhecimento teórico, como empírico. São ocasiões quando o que é trabalhado e desenvolvido de forma curricular ganha outras dimensões e profundidades. São espaços de imersão em determinados temas, métodos, conceitos ou técnicas que, mais do que complementam, integram a formação do discente participante, que edifica, com isso, uma formação mais sólida e consistente.

5.12 Interface pesquisa e extensão

A interface ensino, pesquisa e extensão se dará em momentos como:

5.12.1 Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho Acadêmico

Constitui-se como instrumento articulador das atividades de estudo, experimentação/experimentação e pesquisa de campo a serem realizadas pelos estudantes no Tempo Comunidade e nas atividades de campo tendo como referência os enfoques temáticos propostos pela pesquisa socioeducacional, se colocando assim como um importante instrumento pedagógico na organização e sistematização do processo de formação e autoformação a ser vivenciado pelos educandos (as).

5.12.2 A Pesquisa Socioeducacional

A pesquisa se dará no Tempo-Educativo Comunidade, tempo das práticas de pesquisa social e educacional, configurando-se como momento de investigação acadêmica sobre o cotidiano das comunidades e as práticas pedagógicas que se fazem presentes nelas. É o momento de levantamento de dados e da vivência de experiências socioeducativas junto à comunidade e à escola de modo que permitam a construção de reflexões sobre a realidade e os processos pedagógicos que se desenvolvem no campo.

A Pesquisa Socioeducacional, busca desenvolver o exercício da coleta de dados, e estimular a análise dos aspectos que condicionam a vida dos sujeitos do campo, fomentar o estudo e reflexão sobre as possibilidades da ação pedagógica [individual e coletiva, educadores e escola] no desenvolvimento de processos formativos e na produção de conhecimentos que ajudem no empoderamento político-cultural e sustentabilidade das comunidades camponesas.

Nesta perspectiva, articulada a pesquisa das realidades das comunidades, propõem-se aqui como elementos importantes da Pesquisa Socioeducacional a investigação e análise da história e memória das comunidades, a história das organizações sociais, o estudo das manifestações culturais, o cotidiano pedagógico, as compreensões e práticas dos sujeitos educativos, a diversidade, o trabalho e a juventude.

Em algumas circunstâncias tomar-se-á o exercício da docência como estratégia para imersão no cotidiano dos espaços educativos e realização de tal investigação, tendo como perspectiva a pesquisa-ação, por meio da *prática de ensino* [como atividade curricular] ou do aproveitamento do próprio exercício profissional dos participantes do curso. Assim, durante o Tempo-Educativo Comunidade buscar-se-á garantir, através da realização da Pesquisa Socioeducacional, que a prática [da pesquisa, da docência e da docência-pesquisadora] se afirme como um componente curricular na formação ofertada pelo curso.

Os temas para o desenvolvimento de pesquisa e ações de extensão nas comunidades serão desenvolvidos a partir do componente curricular Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo os seguintes direcionamentos:

- **1º semestre: História de vida e da comunidade:** Produzir fontes orais, escritas, iconográficas, sonoras sobre as trajetórias e experiências de vida

de moradores(as) da localidade, visando a construção narrativa de histórias locais através do inventário da realidade.

- **2º semestre: História das organizações sociais da comunidade:** Produzir fontes orais, escritas, iconográficas, sonoras sobre as trajetórias e experiências dos moradores(as) e lideranças locais, visando a construção narrativa de histórias locais através do inventário da realidade.
- **3º semestre: Produção cultural na comunidade:** Produzir fontes orais, escritas, iconográficas, sonoras sobre as trajetórias e experiências culturais locais (festas, celebrações, artesanato, manifestações culturais: visuais, dança, teatrais, musicais etc.; sistemas de produção agroecológica), visando a construção narrativa de histórias locais através do inventário da realidade.
- **4º semestre: Saberes, culturas e identidades:** Produzir síntese das pesquisas desenvolvidas em torno das histórias de vida, da comunidade, da produção cultural e das organizações sociais locais.
- **5º semestre: História e memória de espaços educativos nas comunidades rurais:** Produzir fontes orais, escritas, iconográficas, sonoras sobre histórias e memórias em torno de membros da comunidade envolvidos na construção dos espaços educativos através do inventário da realidade.
- **6º semestre: Diversidade no Campo:** Produzir fontes orais, escritas, iconográficas, sonoras a partir de estudos voltados para a diversidade presente nas comunidades, com ênfase no respeito aos direitos humanos e valorização das diferenças.
- **7º semestre: Trabalho e Juventude:** Realizar pesquisa ação educativa interdisciplinar no ensino médio ou espaços de educação não-formal, tendo o trabalho como princípio educativo e como contexto de formação, bem como buscar colocar como problema de pesquisa a relação entre educação, trabalho e juventude e como a educação do campo pode valorizar e fortalecer essa relação.

5.12.3 Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (GEPEC)

Formado no ano de 2015, o grupo tem por objetivo propor a realização de estudos e pesquisas sobre as políticas públicas em educação do campo na sociedade contemporânea; a formação de professores em educação do campo; levantamento histórico e geográfico das escolas do campo e suas realidades socioculturais; as relações entre as políticas por reforma agrária e a educação do campo; pesquisas sobre metodologias e práticas de ensino em educação do campo, em especial com o uso das artes visuais, do teatro e da música como instrumentos pedagógicos.

O GEPEC é constituído por cinco linhas de pesquisa:

- **Artes visuais, formação de professores e arte-educação no campo:** Esta linha de pesquisa visa estudar as linguagens presentes no âmbito das artes visuais e nos processos educativos, objetivando a produção de novos conhecimentos nas áreas de arte e educação. Contempla pesquisas sobre desenho, pintura, escultura, fotografia, cinema, história em quadrinhos, gravura, grafite e instalação, desenvolvidas a partir de práticas pedagógicas na Educação do Campo, principalmente, em diálogo com a arte/educação e formação de professores.
- **Construção cênicas de narrativas:** Pesquisar as relações teórico-práticas que se estabelecem entre as distintas linguagens artísticas e os gêneros lírico, épico e dramático, dirigidas à construção de procedimentos artísticos capazes de oferecer suporte às manifestações cênicas de narrativas.
- **Práticas pedagógicas em Educação do Campo:** Desenvolver pesquisas no âmbito da Educação do Campo, com ênfase em: metodologias e práticas pedagógicas na formação de professores em Educação do Campo; práticas de ensino em Educação do Campo em nível fundamental e médio; Práticas de Ensino em Educação do Campo na Pedagogia da Alternância.
- **Questões agrárias e Estética camponesa:** Esta linha aglutina pesquisadoras e pesquisadores cujos estudos estão relacionados com campesinato, movimentos sociais, trabalho, identidade, relações de gênero, história da educação do campo e história de vida. Abrange questões ambientais, agroecologia, educação ambiental e sustentabilidade. As

pesquisas também abarcam educação e cultura camponesa, arte no/do campo, linguagens artísticas, mística e estética e poética camponesa.

- **Educação musical, Etnomusicologia e Cultura Popular:** A linha tem como objetivo ampliar as pesquisas na área de Educação Musical no Campo promovendo valores advindos de campos filosóficos, sociológicos e antropológicos, que possam dialogar com a cultura dos povos que moram e vivem no campo, respeitando suas experiências musicais e promovendo o diálogo intercultural.

5.12.4 Núcleo de Educação do Campo, Agroecologia e Cartografia Social.

O grupo de estudos e pesquisa sobre educação do campo, agroecologia e cartografia social busca consolidar a rede de povos e comunidades tradicionais através das relações de pesquisa empreendidas na região da Amazônia (No nosso caso Bico do Papagaio), favorecendo o desenvolvimento local das comunidades ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, pescadoras, povos indígenas, entre outras. Busca o fortalecimento de pesquisas socioambientais em núcleos integrados à Universidade do Estado do Amazonas e à Universidade Nacional de Santiago Del Estero- Argentina, Instituto de desenvolvimentos econômico e social, assim como construir um rigoroso instrumento de ação, compreendendo também um banco de dados, com dados da realidade sobre os povos e comunidades tradicionais do Brasil e da Argentina (Santiago Del Stero). O banco de dados incluirá os resultados do mapeamento social das comunidades tradicionais no Brasil e Argentina, Nesse sentido, o grupo de pesquisa núcleo de agroecologia e cartografia social da UFT- Câmpus de Tocantinópolis dá-se em virtude de demandas das comunidades tradicionais existentes na região do Bico do Papagaio-Tocantins (Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhas, Quebradeiras de Coco babaçu, assentados e reassentados da reforma agrária), territórios que estão constantemente em disputas pelo avanço do agronegócio e pela expulsão dos povos dos seus territórios.

5.12.5 Grupo de Pesquisa em Artes Visuais e Educação (GPAVE)

O grupo de pesquisa tem como objetivo principal produzir e disseminar pesquisas no âmbito das artes visuais com ênfase em arte e educação, principalmente no que concerne a formação de professores em artes visuais,

história em quadrinhos, práticas pedagógicas, letramento estético e educação de jovens e adultos. Espera-se, portanto, que as pesquisas produzidas pelo GPAVE possam contribuir para a ampliação e produção de conhecimento em arte e educação no Estado do Tocantins e no Brasil.

Linhas de Pesquisa:

- **Arte e Educação**

Esta linha de pesquisa visa estudar questões relacionadas a formação do professor de artes visuais e a importância da arte na educação escolar e superior, a partir de práticas pedagógicas relacionadas a leitura verbal e não-verbal (visual), escrita e produção artística. No âmbito das artes visuais, contempla pesquisas sobre desenho, pintura, escultura, fotografia, cinema, história em quadrinhos, gravura, grafite, instalação e arte conceitual.

- **Ensino e Aprendizagem:**

Abrange processos de ensino e aprendizagem em contextos educativos, a partir da perspectiva teórica histórico-cultural (Vygotsky, Leontiev, Luria, Davydov, Galperin, Repkin, Elkonin, Zankov).

5.12.6 Grupo de Estudos e Pesquisa da Cena

O Grupo rem por objetivos: investigar a “cena”, em caráter de multimodalidade, para a compreensão de diferentes linguagens artísticas (Artes Cênicas: teatro, circo, ópera, dança, etc.; Artes Visuais: cinema, vídeo, performance, happening, etc.); catalogar procedimentos artísticos respectivos à “cena”, encontrados em diferentes culturas; e fomentar diálogos interculturais, tendo como foco a “cena” e seus desdobramentos.

As principais ações a serem desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa e Estudos da Cena são os ciclos de Leituras Dramáticas, as coletas de narrativas, para posterior tratamento dramatúrgico (vídeo/rádio/teatro), as experimentações para a composição de cenas, a análise de cenas, os ciclos de debates, simpósios, seminários, colóquios etc. Como Projetos de Pesquisa, o Grupo de Pesquisa e Estudos da Cena debruçar-se-á sobre Retórica, Teatralidade e Cena; Produção popular de peças radiofônicas; Produção popular de material audiovisual.

5.12.7 Fóruns Temáticos de Estágio Supervisionado

Momentos de discussão das vivências do estágio supervisionado, caracterizando-se como espaço político-formativo de interlocução, articulação e socialização que poderão acontecer em duas etapas:

- **Fórum I:** Diagnóstico, debates e reflexões sobre as características do estágio supervisionado, campo de atuação do educador(a) do campo, relação com as instituições conveniadas dentre outras questões emergentes desse campo, no qual reunirá representantes discentes e docentes da Universidade, profissionais da educação básica e membros das Diretorias de Ensino.
- **Fórum II:** Seminário para debate científico das produções elaboradas a partir das vivências no estágio, neste serão reunidos trabalhos acadêmicos que versam sobre as diversas características do estágio supervisionado, dificuldades, importância, relação com a formação do educador(a) do campo.

5.13 Interface com programas de fortalecimento do ensino:

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos (Artes e Música) articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação omnilateral do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em sua historicidade, em contraposição a uma compreensão unilateral da formação humana, voltada para a adaptabilidade, funcionalidade, pragmatismo, adestramento, treinamento e policognição.

Nesta perspectiva, dentre os Programas de Ensino a UFT tem como missão institucional “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal” (PDI 2016-2020, p.19). Sendo esta a síntese de seu projeto formativo, a UFT assume o compromisso e responsabilidade social de tornar-se, dentro deste prazo, uma instituição inclusiva, com práticas que se voltam para a concretização da equidade social (de gênero e

étnica) assim como cursos que pedagogicamente articulem o ensino, pesquisa e extensão, baseados pela interdisciplinaridade, com intuito do desenvolvimento sustentável da Amazônia (PDI 2016-2020, p.55).

Para cumprir com tais ações, principalmente na formação de cidadãos-profissionais, a IES precisa propor, avaliar e alinhar um conjunto de políticas que possam garantir a qualidade pedagógica almejada e ofertada para o desenvolvimento sociocultural dos agentes sociais envolvidos ao longo deste processo.

O Programa Institucional de Monitoria (PIM), de acordo com a Resolução Normativa – Prograd N° 01/2005, terá importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

O Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi) segue as mesmas prerrogativas do PIM e destina-se ao acompanhamento sistêmico para viabilizar a inclusão, permanência e sucesso acadêmico de alunos de etnias indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

O Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi) criado também pela Prograd, tem como objetivo auxiliar os estudantes ingressantes que estejam matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e àqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares. Segundo a Prograd, o Padi pretende ampliar as condições de permanência dos estudantes ingressantes, possibilitando a melhoria de sua formação e a redução dos índices de evasão, reprovação e baixo desempenho.

5.14 Interface com as atividades complementares

Os alunos serão incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos pela UFT e por diferentes instituições formativas, movimentos sociais, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica

do Câmpus onde o curso funciona, conforme prescreve a Resolução do Consepe vigente que trata do regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFT.

5.15 Estágio curricular obrigatório e não obrigatório

Os estágios obrigatórios serão realizados durante o Tempo-Espaço Comunidade, preferencialmente, em escolas e comunidades do campo, articulados às atividades de pesquisa e estudo. O estágio constitui-se na vivência e exercício profissional da docência na área de conhecimento optada pelos estudantes, sob orientação e acompanhamento de professores e articulada ao planejamento das instituições de ensino do campo de estágio.

Os estágios curriculares são realizados a partir de convênios celebrados com as secretarias de educação dos municípios de alcance do Câmpus. Geralmente, os acadêmicos realizam estágios em suas cidades de origem com vistas a contribuir com a melhoria da qualidade da educação da região. Os estágios compreendem desde os anos finais do ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, gestão escolar além dos espaços não-escolares. Como campo de estágio obrigatório temos convênios celebrados com várias instituições situadas tanto em Tocantinópolis, local da sede do Curso, como em municípios circunvizinhos.

No que se refere ao estágio curricular não obrigatório, embora, possa se constituir como atividade de formação complementar nos cursos de licenciatura, não há previsão de oferta dessa modalidade no contexto do Curso de Educação do Campo com habilitação em Artes e Música.

5.16 Prática profissional

O desenvolvimento da atuação profissional do educador(a) licenciado em Educação do Campo nas áreas de Artes e Música se dará a partir dos conteúdos ministrados pelas disciplinas que contemplam esse eixo. Tais componentes curriculares deverão articular teoria e prática no exercício das funções docente e desenvolver projetos de extensão que estimulem a vivência profissional a partir de cursos, seminários, oficinas e/ou projetos durante o Tempo-Comunidade com intuito de promover a relação das práticas pedagógicas inerentes às linguagens artísticas desenvolvidas pelo curso em espaços educativos.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		
Componente curricular	Carga horária total	Carga horária de PCC
Teatro-Educação I	60h	45h
Teatro-Educação II	60h	45h
Saberes e fazeres em Música I	60h	60h
Saberes e fazeres em Música II	60h	60h
Metodologia do Ensino de Artes	60h	60h
Abordagens metodológicas da Educação de Jovens e Adultos	60h	60h
Didática Geral	60h	30h
Práxis Sonora I	30h	15h
Práxis Sonora II	30h	15h
Práxis Sonora III	30h	15h
Práxis Sonora IV	30h	15h
Carga horária total	540h	420h

5.17 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC¹⁸ é um exercício intelectual de desenvolvimento de pesquisa científica ou ação extensionista e/ou artística. É um momento no qual os educandos devem conhecer e compreender métodos, estratégias e ferramentas de pesquisa e extensão, realizar leituras e entrar em contato com teorias, práticas e fundamentações acerca do tema estudado e desenvolver análises e reflexões conforme sua tese e objetivos.

O TCC é um espaço de desenvolvimento de aptidões e inteligências pouco trabalhadas em suas trajetórias pessoais fora da academia. Este exercício intelectual também funciona como processo de apropriação dos meios de

18 Enquanto componente da matriz curricular, cabe ressaltar que a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso II” é vinculada à coordenação do curso e, neste caso, somente é atribuída carga horária para o estudante.

produção de conhecimento científico por parte dos povos do campo e de comunidades tradicionais, empoderando-os da possibilidade de registrarem, descreverem, refletirem e analisarem por si próprios suas histórias, experiências, valores, sabedorias, culturas e visões de mundo.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC poderá ser desenvolvido em três modalidades:

- **Monografia e/ou Artigo:** Trabalho escrito resultante de um projeto de pesquisa científica desenvolvido sob orientação de um/uma docente, sendo facultativa a inclusão de um/uma co-orientador/a.
- **Projeto de Intervenção na Comunidade:** Relatório sobre os resultados finais ou parciais de um projeto de extensão e/ou pesquisa desenvolvido em uma ou mais comunidades de atuação dos/das discentes sob orientação de um/uma docente, sendo facultativa a inclusão de um co-orientador/a.
- **Produção Artística:** Apresentação de trabalhos nas linguagens das artes cênicas, das artes musicais e das artes visuais sob orientação de um/uma docente, sendo facultativa a inclusão de um/uma co-orientador/a.
- **Memorial Acadêmico:** Apresentação de uma síntese dos trabalhos desenvolvidos na Alternância Pedagógica por meio dos seminários integradores e dos tempos comunidades contidos nos Cadernos da Realidade (registro das ações desenvolvidas nas disciplinas durante o curso de acordo com os princípios da Educação do Campo definidos na Política Nacional de Educação do Campo: Decreto Lei 7.352/2010), sob orientação de um/uma docente, sendo facultativa a inclusão de um/uma co-orientador(a).
- **Projeto de Pesquisa para Pós-Graduação:** Um projeto de pesquisa no âmbito da pós-graduação é uma proposta de exercício acadêmico que resultará, invariavelmente, na comunicação do conhecimento produzido. Desse modo, espera-se que um projeto de Pós-Graduação proponha a realização de uma pesquisa que traga contribuições às áreas de interesse aos quais está vinculada.

O pré-projeto deverá ser elaborado na disciplina TCC I e necessariamente conterá uma prévia dos itens obrigatórios do projeto de pesquisa para pós-graduação. O projeto de pesquisa para pós-graduação deverá ser elaborado na disciplina TCC II, sob orientação de um/uma docente, sendo facultativa a inclusão de um/uma co-orientador(a).

Os critérios de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como o número de discentes por cada modalidade serão definidos pelo colegiado em regimento específico para este fim.

5.18 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação escolar é muito utilizada nos meios educacionais brasileiros para designar processos sistematizados de registros e apreciação de resultados obtidos em relação a situações finais educativas estabelecidas antes do processo formativo. Na Avaliação escolar podem ser avaliados: o professor, o aluno, a gestão, a instituição. Quando falamos de Avaliação da aprendizagem, inclui-se nesse pacote, os dois principais sujeitos do processo de ensino-aprendizagem: o professor e o aluno.

No Curso de Educação do Campo, a avaliação é considerada em sua dimensão pedagógica, como um elemento constitutivo do processo de planejamento e replanejamento da formação proposta, desenvolvida de forma contínua, visando contribuir para a potencialização do processo ensino aprendizagem. Assume-se ainda a avaliação como instrumento que contribui para a materialização da gestão democrática do processo pedagógico, possibilitando aos participantes do curso o diálogo sobre o processo formativo e o encaminhamento e dinamização de propostas que revitalizam continuamente a formação oferecida, garantindo, quando necessário, sua adequação às demandas que emergentes durante o período de curso e a superação das dificuldades que possam comprometer o êxito do mesmo. Assim, primando pela afirmação de princípios éticos e de indissociabilidade teórico - prática, a avaliação é compreendida no curso como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo, participativo, que deve possibilitar aos sujeitos participantes o redimensionamento das ações desenvolvidas, apontando a

necessidade de avançar ou retomar determinados objetivos propostos, aprendizagens significativas, constituindo-se num exercício permanente de diálogo sobre o processo. Abaixo seguem propostas de estratégias e instrumentos de avaliação do curso, da ação docente e da aprendizagem discente. Entretanto, ressalte-se que caberá ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música em qualquer tempo, de acordo com as demandas que possam emergir, propor procedimentos e processos diversificados, internos e externos, para a avaliação das ações docentes, considerando a compatibilidade com os preceitos legais estabelecidos para tal processo avaliativo, tendo sempre em conta a qualidade do curso e potencialidade das intervenções nas ações pedagógicas do campo. Apesar da existência de uma proposta pedagógica inicial, o currículo de um curso é expresso realmente a partir da construção cotidiana vivenciada no desenvolvimento da formação e, assim, o currículo, dentro de um determinado contexto, acaba sendo resultado de como os sujeitos compreendem e exercitam a formação no curso proposto, tanto docentes como discentes. Daí a importância da avaliação coletiva e reflexão contínua sobre o processo em desenvolvimento, para que, tomando a proposta inicial como referência, o currículo possa ser pensado e repensado no sentido do constante planejamento do percurso formativo de modo a garantir a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e sucesso do curso. Nesse sentido, são propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- Plenárias de Avaliação, encaminhadas nos Seminários Integrados de Ensino, Pesquisa e extensão em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o processo educativo - considerando os resultados da avaliação discente e da avaliação docente- e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;
- Reuniões Pedagógicas registradas em Ata, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, considerando a avaliação geral e organizando as propostas para o processo de planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário.

5.18.1 Avaliação Discente

O diagnóstico da aprendizagem dos discentes construídas durante o curso deverá ser feito de forma articulada as atividades curriculares - buscando-se superar a fragmentação do processo – e por meio da análise da produção resultante da participação dos mesmos em ações de ensino, pesquisa, extensão e lutas de suas comunidades. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- Diário de Classe: registro das atividades planejadas e executadas e da frequência e participação dos discentes;
- Produção individual e coletiva: material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo do memorial (registro da trajetória pessoal contemplando aspectos da história de vida e formação escolar, experiência profissional etc.);
- Produção artística: Mística, Música e suas manifestações, Artes Visuais e suas manifestações (fotografia, pintura, desenho, escultura, artesanato, História em quadrinhos, escultura, colagem, gravura, imagens feitas em computador, vídeos), Teatro e suas manifestações;
- Produção de artigos; sínteses; relatórios; projetos; relatos de experiências, fichamentos, resenhas etc.;
- Portfólio: compreende a compilação dos trabalhos realizados pelos estudantes durante a unidade temática de aprendizagem em cada disciplina. Seria uma forma de dossiê ou e-book com fotos, textos, CD, e comentários críticos e reflexivos sobre as aulas. Podendo ainda constar anotações sobre o porquê escolheu certo material para compor o portfólio.
- Fichas de autoavaliação dos educandos: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada discente a partir de uma autorreflexão do mesmo sobre seu aprendizado e participação no curso, podendo subsidiar a avaliação do educador sobre o grupo, sobre o processo e ação docente;

- Ficha de parecer individual: expressa análise e registro do aproveitamento individual dos discentes realizada pelos educadores;
- Plenárias de Autoavaliação, em que os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo da turma. A frequência mínima será de 75% das aulas ministradas. Os conceitos seguirão o padrão adotado pela Universidade Federal do Tocantins.

5.18.2 Avaliação Docente

A avaliação da ação docente é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente e como estratégia que visa estimular os educadores em um exercício de reflexão metacognitiva e de práxis pedagógica, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Propõem-se como estratégias de avaliação docente:

- A avaliação da turma sobre o desempenho docente;
- A autoavaliação docente;
- A avaliação dos pares.

São propostos aqui como meios-instrumentos de avaliação docente:

- Fichas de autoavaliação docente: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada docente a partir de uma autorreflexão do mesmo sobre seu desempenho e participação nas atividades curriculares do curso, podendo subsidiar a avaliação geral sobre o processo;
- Ficha de avaliação da turma sobre o desempenho docente: que poderá expressar e registrar a análise individual dos discentes sobre o desempenho de cada docente nas atividades curriculares do curso;
- Plenárias de Avaliação, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o desempenho individual e coletivo dos educadores;

- Reuniões pedagógicas, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, se autoavaliar e avaliar o desempenho de seus pares e dos discentes.

5.19 Avaliação do projeto do curso

A avaliação do projeto acontecerá de forma contínua e sistemática tanto pelo colegiado do curso como pelos alunos e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujos resultados tenham sido considerados negativos. Assim, ao término de cada semestre será feita a avaliação pelo aluno, através do Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão I, II, III, IV, V, VI e VII que preveem a avaliação do cotidiano do curso. Em se tratando dos professores, nas reuniões pedagógicas.

O coordenador do Curso será responsável por tratar os dados colhidos das avaliações dos alunos e dos professores, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino. É relevante destacar a ação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) na perspectiva da avaliação sistemática e progressiva do curso.

Assim, a avaliação exige a análise do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música interligados ao currículo proposto e desenvolvido.

5.20 Autoavaliação e Avaliação externa

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso usará, também, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências, para compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O Curso terá avaliações, censos e cadastros internos e externos à própria UFT, fazendo parte do acompanhamento do desenvolvimento do Curso. Como parte integrante da avaliação institucional os docentes/disciplinas serão avaliados pelos acadêmicos a cada semestre no ato da matrícula.

Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação institucional sob a coordenação da CPA - Comissão Própria de Avaliação da UFT.

Como indicativo de autoavaliação do Projeto Político Pedagógico serão realizadas pelo NDE reuniões semestrais com foco na análise das mudanças e reorganizações necessárias.

6. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O curso dispõe de 15 professores com carga horária de 40h semanais e Dedicção Exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão; 03 (três) Técnicos Administrativos para o desenvolvimento de atividades acadêmico-administrativas. Estes códigos de vagas foram garantidos quando da aprovação do projeto junto ao MEC por meio do Procampo.

6.1. Regime de trabalho

Os docentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Linguagens e Códigos – Artes e Música, da UFT, Câmpus de Tocantinópolis (15 efetivos) estão enquadrados sob o seguinte regime de trabalho: Dedicção exclusiva 40 (quarenta) horas semanais de trabalho. Os professores substitutos cumprem regime de 40 horas semanais.

6.1.1 Atividades do corpo docente

As funções docentes abrangem atividades de ensino, pesquisa, extensão, além da participação na administração acadêmica e projetos institucionais da Universidade. Além disso, a cada reunião e evento, os professores propõem e/ou são inseridos em atividades de extensão e acadêmicas diversas, sob demanda do curso ou da instituição.

a) Participação em órgãos colegiados

Os docentes do curso de Educação do Campo são também membros do colegiado do curso, órgão deliberativo que, juntamente com a coordenação do curso, atua em nível executivo. As reuniões ordinárias do Colegiado são realizadas periodicamente, com possibilidade de realização de reunião extraordinária. Das decisões do Colegiado do Curso de Educação do Campo cabe recurso ao Conselho Diretor do Câmpus de Tocantinópolis e, deste, aos Conselhos Superiores conforme Resolução vigente.

b) Atividades de ensino

- Aula teórica: Entende-se como aula teórica o ensino de conteúdos teóricos e a possível aplicação de metodologias práticas de ensino (PCC) relacionados ao programa de cada disciplina, conforme distribuição na matriz curricular. Cada hora/aula ministrada será computado o tempo uma hora na carga horária do docente. Incluem-se ainda as atividades de planejamento e avaliação das disciplinas.
- Aula prática: Entende-se como aula prática as atividades realizadas nos laboratórios do curso, pesquisas e viagens de campo, bem como outras ações de experientiação e vivências de caráter de empírico.
- Orientações Acadêmicas: Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso. Entende-se por orientador de Trabalho de Conclusão de Curso o professor que estiver vinculado a alunos matriculados na disciplina TCC 2 para sua supervisão e desenvolvimento de estudos a partir de uma determinada linha de pesquisa aprovada pelo Curso. Este terá como objetivo conduzir o processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), conforme as diretrizes especificadas no regimento de TCC, apresentadas neste projeto.
- Co-orientação: Entende-se por co-orientador o professor que exerce atividade auxiliar de orientação juntamente com o orientador de TCC, a partir de projetos de iniciação científica (com ou sem bolsa), projetos ou atividades de natureza similar.

c) Atividades Administrativas

Coordenador de Curso: Entende-se por coordenador de curso o professor responsável pelo andamento do curso, exercendo as atividades descritas no Regimento Acadêmico da UFT (20 horas semanais), o mesmo exerce cumulativamente o cargo de Presidente do Colegiado.

- Coordenador de Laboratórios: Entende-se por coordenador de laboratório o professor responsável pela organização e as avaliações, quanto à qualidade e quantidade, do funcionamento dos laboratórios. (4 horas semanais).
- Coordenador de Estágio: Entende-se por coordenador de Estágio o professor responsável pela orientação e organização do fluxo de demandas relacionadas ao cumprimento do estágio curricular supervisionado junto ao Curso de Educação do Campo. Cabe a este coordenar avaliar juntamente com os professores de Estágio as demandas, diretrizes e eventos relacionados às diretrizes institucionais internas e externas vigentes ao Estágio. (4 horas semanais)
- Coordenador de TCC: Entende-se por coordenador de TCC o professor responsável pelas orientações relacionadas ao fluxo institucional estabelecido para a elaboração dos trabalhos de conclusão de curso desde o projeto até a entrega da versão final. Cabe a este a oferta da disciplina TCC 1. (4 horas semanais)
- Coordenador de Comunidade: entende-se por coordenador de Comunidade o professor responsável por orientar, mediar e viabilizar, junto aos discentes e comunidade externa, a elaboração de uma ação de ensino-pesquisa-extensão a ser desenvolvidas pelo Núcleo Integrador de sua responsabilidade durante o Tempo Comunidade.

d) Atividades de Pesquisas

- Coordenação de projetos de pesquisa: Entende-se por coordenador de projetos de pesquisa o professor coordenador de grupos e núcleos de pesquisa, responsável pela captação de recursos, andamento do projeto, viabilização das condições necessárias para o desenvolvimento do mesmo na instituição e junto às agências de fomento, e encaminhamento de relatórios acerca do projeto (4 horas semanais).

- Executor do projeto de pesquisa: Entende-se por executor do projeto de pesquisa o professor que participa de projetos de pesquisa que tenham o aceite do Colegiado de Curso e que desenvolve uma atividade específica dentro do projeto (carga horária em aberto, de acordo com a especificidade do projeto). Quando da participação a convite em projeto institucionalizado, o professor deverá informar e oficializar ao colegiado a fim de referendar a carga horária.

e) Atividades de Extensão

- Coordenação de projetos de extensão: Entende-se por coordenador de projetos de extensão o professor responsável pelo andamento do projeto, organização das datas, viabilização das condições necessárias para o desenvolvimento do mesmo dentro da instituição e junto a parcerias e agências de fomento (4 horas semanais).
- Executor do projeto de extensão: Entende-se por executor do projeto de extensão o professor que participa de projetos de extensão que tenham o aceite da Congregação do Curso e que desenvolve uma atividade específica dentro do projeto (carga horária em aberto, de acordo com a especificidade do projeto)

6.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi um conceito criado pela Portaria N° 147, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. Neste instrumento legal, o NDE é caracterizado por ser “responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso (PPC), sua implementação e desenvolvimento, composto por professores: a) com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu; b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e c) com experiência docente”.

O NDE constitui-se num grupo permanente de professores, com atribuições de formulação e acompanhamento do curso. Para isso, é necessário que o núcleo seja atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, e que esteja formalmente indicado pela instituição. Deve ser constituído por pelo menos 5 (cinco) professores

pertencentes ao corpo docente do curso, com liderança acadêmica e presença efetiva no seu desenvolvimento, percebidas na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição. Dessa forma, o NDE é um indicador do desenvolvimento e busca da qualidade em um curso de graduação comprometido com o bom padrão acadêmico.

O NDE do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Linguagens e Códigos - Artes e Música de Tocantinópolis foi constituído no dia 31 de julho de 2015 durante a 21ª reunião de colegiado, sendo este constituído pelos seguintes professores: Ubiratan Francisco de Oliveira (à época coordenador de curso), Marcus Facchin Bonilla (à época coordenador substituto), Maciel Cover, Kaé Stoll Colvero, Cássia Ferreira Miranda e Rosa Ana Gubert.

O presente documento foi reformulado a partir do debate gerido pela pauta nacional para formação de educadores do campo, pelo coletivo de professores que compuseram este Núcleo ao longo dos anos de 2016 e 2017. A atual composição do NDE se dá pelos professores: José Jarbas Pinheiro Ruas Junior (março de 2016), Sidinei Esteves Oliveira de Jesus (agosto de 2017), Rejane Cleide Medeiros de Almeida (novembro de 2017), Juliane Gomes de Sousa (fevereiro de 2018), Luana Mara Pereira (fevereiro de 2018) e Rosa Adelina Sampaio Oliveira (agosto de 2018). E ainda pelos membros complementares: Hemerson Ferreira dos Santos Júnior (Técnico) e Claudimara Rodrigues Gomes (Discente). A versão atual contou com a colaboração da professora Mara Pereira da Silva até agosto de 2018.

O NDE foi presidido pelo professor José Jarbas Pinheiro Ruas Junior de novembro de 2016 à julho de 2018, e, atualmente é presidido pela professora Juliane Gomes de Sousa.

6.3 Produção de material didático ou científico do corpo docente

São consideradas como produção de material didático ou científico: apostilas, livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos, resumos publicados em anais de eventos, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções técnicas relevantes, marcas, patentes, produções artísticas e culturais.

Três entre as últimas e/ou mais importantes produções dos docentes do curso de Educação do Campo, por professor, são:

● **Prof. Doutor Anderson Fabrício Andrade Brasil** (BRASIL, A. F.A)

[BRASIL, A. F. A.](#) **Batucando aqui vou trabalhando ali:** os usos da aprendizagem musical. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

[BRASIL, A. F. A.](#) Música e transformação social: ensino e aprendizado a partir da perspectiva do outro. In: SILVA, C. da; MIRANDA, C. F.; AIRES, H. Q. P.; OLIVEIRA; U. F. de. (Org.). **Educação do Campo, artes e formação docente.** Palmas: EDUFT, p. 219-238, 2016.

[BRASIL, A. F. A.](#) Estágio supervisionado e o ensino de música: reflexões sobre a prática docente. In: ALMEIDA, A. C. e R. (Org.). **Educação Musical e Práticas instrumentais.** 1. ed. Juazeiro do Norte: UFCA, v. 01, p. 5-187, 2016.

● **Profª. Dra. Cássia Ferreira Miranda** (MIRANDA, C. F.)

SILVA, C.; MIRANDA, C. F.; COVER, M.; BONILLA, M. F.; OLIVEIRA, U. F. Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Artes e Música: Trajetória e Desafios na Região do Bico do Papagaio, Brasil. **REV. TRIANGULO**, v. 10, p. 73-95, 2017.

COVER, M.; MIRANDA, C. F. Universalização de saberes: abordagens interdisciplinares na licenciatura em educação do campo. **Revista Congreso Universidad**, v. 5, p. 33, 2016.

[MIRANDA, C. F.](#); FRANZONI, T. M. Diálogo de saberes: a linguagem teatral e a formação estética e poética dos povos do campo. In: CARVALHO, C. A. S. C.; MARTINS, A. A. (Org.). **Práticas Artísticas do Campo.** Belo Horizonte-MG: Autêntica, v. 1, p. 199-218, 2016.

● **Prof. Doutor Cícero da Silva** (SILVA, C.)

[SILVA, C.](#); CARDOSO, F. I. D. Rural Education and teaching material: an analysis of History textbooks. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, p. 76-103, 2018.

[SILVA, C.](#); [GONÇALVES, A. V.](#) A etnografia e suas contribuições para o desenvolvimento de uma pesquisa no contexto de ensino da Pedagogia da Alternância. **TRABALHOS EM LINGUÍSTICA APLICADA**, v. 57, p. 551-578, 2018.

[SILVA, C.](#); MIRANDA, C. F.; AIRES, H. Q. P.; [OLIVEIRA, U. F.](#) (Org.). **Educação do campo, artes e formação docente.** Palmas-TO: EDUFT, 2016.

● **Prof. Doutor Gustavo Cunha de Araújo** (ARAÚJO, G. C.)

[ARAÚJO, G. C.](#) Arte, escola e museu: análise de uma experiência em arte/educação no Museu Universitário de Arte - MUnA. **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. 1-19, 2018.

[ARAÚJO, G. C.](#); [OLIVEIRA, A. A.](#) O ensino de arte na educação de jovens e adultos: uma análise a partir da experiência em Cuiabá (MT). **Educação e Pesquisa** - Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 41, p. 679-693, 2015.

[ARAÚJO, G. C.](#) **O ensino de arte na educação de jovens e adultos: concepções e práticas pedagógicas**. 1. ed. Saarbrücken/Deutschland/Niemcy: Novas Edições Acadêmicas / OmniScriptum GmbH & Co, 2015. v. 1.

● **Prof. Mestre José Jarbas Pinheiro Ruas Junior** (RUAS JUNIOR, J. J. P.)

[RUAS JUNIOR, J. J. P.](#); BONILLA, M. F.; BRASIL, A. F. A. **90 anos de Tom Jobim**. 2017. Interpretação.

[RUAS JUNIOR, J. J. P.](#) Portugal e Brasil: entre violas e práticas socioculturais no contexto transatlântico. **Revista da Tulha**, v. 2, p. 200-226, 2016.

_____. Os cinco prelúdios para violão: entre a recepção de Andrés Segóvia e Abel Carlevaro e a representação da imprensa. In: I Simpósio Nacional Villa-Lobos: obra, tempo e reflexos. v. 1. Rio de Janeiro: **Anais I Simpósio Nacional Villa-Lobos**, p. 41-53, 2015.

● **Prof.^a Mestra Juliane Gomes de Sousa** (SOUSA, J. G.)

VIEIRA, F. P. ; OLIVEIRA, M. A. G. ; SANTOS, A. F. G. ; [SOUSA, J. G.](#); SANTOS, L. M. ; SILVA, L. R. . Sustentabilidade na educação ambiental a partir do vivido: possibilidades em uma reserva extrativista. **Revista brasileira de educação ambiental** (online), v. 12, p. 185-199, 2017.

[SOUSA, J. G.](#); PINHO, M. J. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como fundamentos na ação pedagógica: aproximações teórico-conceituais. **Revista signos - centro universitário UNIVATES**, v. 38, p. 93-110, 2017.

PINHO, E. M. C.; MORAIS, M. J. S. ; [SOUSA, J. G.](#) ; PINHO, M. J. Práticas criativas como potencialidades na educação: experiências que (re)criam o contexto escolar. In: ZWIEREWICZ M.; VELASCO, J. M. G.; WILLEMANN E.; ALVES, A. A. (Org.). **O protagonismo de quem se transforma para transformar: Experiências inovadoras da Educação Básica e do Ensino Superior**. La Paz - Bolívia: IMPRENTA JIVAS, v. 1, p. 47-50, 2016.

● **Prof. Doutor Leon de Paula** (PAULA, L.)

BONILLA, M. F.; PAULA, L.; SILVA, C. O audiovisual como ferramenta pedagógica e produção artística no contexto de uma licenciatura em educação do campo. **REVISTA NUPEART**, v. 15, p. 17-30, 2016.

[PAULA, L.](#) **ECOS DOS SERMÕES** - A PAIXÃO Segundo Todos Os Homens, de Wilson Rio Apta, em Florianópolis. 1. ed. Florianópolis: EDITORA DA UDESC, v. 1.168p, 2012.

COURSEUIL, A. R.; SERRAVALLE, D.; PAULA, L.; MIRANDA, M. B.; COELHO, MIRANDA, M. N. Sobre Bent (ou, da resistência como resposta à intolerância). In: COELHO, M. C. M. N; CORSEUIL, A. R.; MIRANDA, M. B.; PAULA, L.; SÁ, D. S. (Org.). **Ensaio sobre Literatura, Teatro e Cinema: Projeto Cinema, Chá e Cultura**. 1ed. Florianópolis: Fundação Cultural BADESC; Cultura Inglesa, v. 1, p. 7-114, 2013.

● **Prof.^a Mestra Luana Mara Pereira** (PEREIRA, L. M.)

[PEREIRA, L. M.](#); LONGEN, L. **A Casa da Coisa**. Teatral. 2013.

[PEREIRA, L. M.](#) . Teatro de Sombras na Contemporaneidade: percursos e reflexões. **DAPesquisa**, v. 8, p. 138-147, 2011.

[PEREIRA, L. M.](#); ANDRADE, M. de; BELTRAME, V.A. Escolha das Máscaras Reflexões sobre o espetáculo O Amargo Santo da Purificação, da Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz. **DAPesquisa**, v. 7, p. 66-79, 2010.

● **Prof.^a Mestra Mara Pereira da Silva** (SILVA, M. P.)

[SILVA, M. P.](#) Experiências musicais no espaço escolar: narrativas de jovens indígenas. **Revista da FAEEBA**. Educação e Contemporaneidade, v. 26, p. 139-150, 2017.

[SILVA, M. P.](#) **Arte e Educação**. São Paulo: Laureate International Universities. 84p, 2017.

[SILVA, M. P.](#) **Corpo, movimento e arte na educação de crianças**. 1. ed. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, v. 1. 100p, 2018.

● **Prof. Dr. Marcus Facchin Bonilla** (BONILLA, M. F.)

SILVA, C.; PAULA, L.; [BONILLA, M. F.](#) O audiovisual como ferramenta pedagógica e produção artística no contexto de uma licenciatura em Educação do Campo. **Revista NUPEART**, v. 15, p. 16-32, 2016.

[BONILLA, M. F.](#) Disseram que o samba voltou americanizado. **DAPesquisa**, v. 08, p. 502-515, 2011.

PAULA, L. ; [BONILLA, M. F.](#) ; SILVA, C. Campo em vídeo: experiências artístico-educativas na produção de audiovisuais no norte do Tocantins. In: SILVA, C.; MIRANDA, C. F.; AIRES, H. Q. P.; OLIVEIRA, U. F. (Org.). **Educação do Campo, artes e formação docente**. Palmas: EDUFT, p. 169-194, 2016.

● **Prof. Dr. Maciel Cover** (COVER, M.)

MENEZES, M. A.; COVER, M. MOVIMENTOS “ESPONTÂNEOS”: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais. **Caderno CRH** (Online), v. 29, p. 133-148, 2016.

MENEZES, M. A. ; [COVER, M.](#) ; SILVA, M. S. Migrant Workers in Sugarcane Mills: A Study of Social Networks and Recruitment Intermediaries. In **Brasil. Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. I, p. 161-180, 2012.

[COVER, M.](#) **O tranco da roça e a vida no barraco**: um estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 186p, 2011.

● **Prof.^a Doutora Rejane Cleide Medeiros de Almeida**
(MEDEIROS, Rejane)

[MEDEIROS, Rejane](#); OLIVEIRA, E. B.; MELO, G. G. S. Reflexões sobre Agroecologia em escolas do campo no município de Goiás. **Cadernos Agroecológicos**, v. 12, p. 1-12, 2017.

[MEDEIROS, Rejane](#); LUCENA, M. E.; SILVA, M. A. N. Babaçulândia e Filadélfia (TO): Territórios impactados pela barragem do Estreito e a PNSIPCFA. In: CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA, A. C. A. (Org.). **Campo, Floresta e águas**: práticas e saberes em saúde. 1. ed. Brasília: UNB, v. 1, p. 21-461, 2017.

MEDEIROS, Rejane. Diálogos, de saberes: trajetória do GEPE Cultura política da UFT. **Revista Conexão UEPG**, v. 11, p. 127-247, 2015.

● **Prof.^a Mestra Rosa Adelina Sampaio Oliveira** (OLIVEIRA, R. A. S.)

[OLIVEIRA, R. A. S.](#) A Saga de um Moinho em busca de um Poço Longe. **Entrelaçando**: Revista Eletrônica de Culturas e Educação, v. 2, p. 2, 2011.

[OLIVEIRA, R. A. S.](#) Encontro: Reflexões sobre olhares, ações e sensações no trabalho com Teatro no Assentamento Poço Longe/BA. In: VI Reunião Científica da Abrace, Porto Alegre/RS. **Anais da VI Reunião Científica da Abrace**, 2011.

[OLIVEIRA, R. A. S.](#) Commedia dell'Arte: Silhuetas e Reflexões sobre uma poética. In: **VI Congresso de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas**, São Paulo. Memória Abrace Digital, 2010.

● **Prof. Mestre Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus** (JESUS, S. E. O.)

[JESUS, S. E. O.](#); SALES, M. A territorialização dos camponeses no Projeto de Assentamento Amigos da Terra e a atividade econômica da apicultura: uma alternativa para a conservação do cerrado local. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 1, p. 48-59, 2013.

[JESUS, S. E. O.](#); GUBERT, R. A. A reforma agrária e a educação no campo, potencialidades para a promoção do desenvolvimento territorial: um estudo sobre a região norte do estado do Tocantins. In: SILVA, C.; MIRANDA, C. F.; AIRES, H. Q. P.; OLIVEIRA, U. F. (Org.). **Educação do Campo, Artes e Formação Docente**. Palmas: EDUFT, p. 123-144, 2016.

[JESUS, S. E. O.](#); SOUZA, F. M. Ocupação e Formação Territorial do Projeto de Assentamento Amigos da Terra. In: Actores, e estrategias y poder em el mundo rural. América del Sur, 1 850-2010, 2013, Buenos Aires. **X Jornadas Nacionales y II Internacionales de Investigación y Debate** - II. Quilmes, 2013.

● **Prof. Mestre Ubiratan Francisco de Oliveira** (OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de)

SILVA, C. da; MIRANDA, C. F.; COVER, M.; BONILLA, M. F.; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de. Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Artes e Música: Trajetória e Desafios na Região do Bico do Papagaio, Brasil. **REV. TRIANGULO**, v. 10, p. 73-95, 2017.

FREITAS, E. C.; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de. Educação do Campo Questões Agrárias. **REVISTA SAPIÊNCIA: SOCIEDADE, SABERES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS**, v. 5, p. 135-155, 2016.

[OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de](#); [BARREIRA, Celene Cunha M. Antunes](#). . CIDADES CONTEMPORÂNEAS: 'LÓCUS' DO CAPITALISMO PÓSMODERNO. **Caminhos de Geografia** (UFU), v. 12, p. 75-83, 2011.

6.4 Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Nome do docente	Formação Graduação Ano	Bacharel e/ou Licenciatura	Titulação e ano	Área do conhecimento
Anderson Fabrício Andrade Brasil	2008	Licenciatura em Música	Doutor 2018	Música

Cássia Ferreira Miranda	2010	Licenciatura Plena em História	Doutora 2019	Teatro
Cícero da Silva	2001	Licenciatura Letras: Línguas portuguesa, inglesa e respectivas literaturas	Doutor 2018	Letras/Linguística
Gustavo Cunha de Araújo	2010	Licenciatura em Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas	Doutor 2018	Educação
Juliane Gomes de Sousa	2015	Licenciatura em Pedagogia	Mestra 2017	Educação
José Jarbas Pinheiro Ruas Junior	2010	Bacharelado Música	Mestre 2013	Musicologia
Leon de Paula	2000	Licenciatura Educação Artística/ Artes Cênicas	Doutor 2015	Teatro
Luana Mara Pereira	2012	Licenciatura em Educação Artística	Mestra 2013	Artes Cênicas
Maciel Cover	2005	Pedagogia	Doutor 2015	Ciências Sociais
Marcus Facchin Bonilla	1993	Bacharelado Música	Doutor 2019	Música
Mara Pereira da Silva	2009	Licenciatura Música	Mestre 2015	Música
Rejane Cleide Medeiros de Almeida	1991 2002	História Pedagogia	Doutora 2017	Sociologia
Rosa Adelina Sampaio Oliveira	2009	Licenciatura em Teatro	Mestra 2012	Artes Cênicas
Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus	2011	Licenciatura plena em Geografia	Mestre 2014	Geografia
Ubiratan Francisco de Oliveira	2008	Licenciatura Geografia	Mestre 2011	Geografia

6.5 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso

O Técnico em Assuntos Educacionais (Tae) tem por função avaliar e propor atividades educativas, de ensino, pesquisa e extensão, garantindo que o processo educacional aconteça de forma plena. Dadas as especificidades da educação do campo, o Tae deve acompanhar a construção e consolidação do Curso e avaliar as estratégias pedagógicas utilizadas, confrontando-as com objetivos e metas propostos.

Estudantes que compõem o público preferencial do Curso, indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros, devem ser acompanhados e

continuamente avaliado o processo educativo envolvido em sua formação. O Tae deve apresentar ao Colegiado informações, obtidas por meio de avaliações e pesquisas, relativas às características dos estudantes, acerca do processo educativo, das motivações das evasões e do desempenho. Mas os próprios fundamentos da educação do campo devem ser objeto de análise desse profissional. Sobremaneira, a crítica do Curso deve constituir-se como atribuição permanente.

Diante de questões práticas suscitadas por avaliação, o Tae deve propor e realizar projetos de extensão e pesquisa, elaborar material didático e, oportunamente, utilizar-se, em sua abordagem, da transversalidade didática para integrar o processo educativo às condições culturais e sociais de aprendizagem, assessorando professores e estudantes.

O Técnico em Assuntos Educacionais do Curso de Educação do Campo deve ainda conhecer a Alternância como prática pedagógica e observar a sua execução, oferecendo retornos (feedback) aos professores e demais envolvidos para a reavaliação do processo de ensino-aprendizagem.

O Técnico Auxiliar de Administração tem por função realizar tarefas de caráter ordinário que digam respeito aos trâmites administrativos formais do Curso e prestar apoio administrativo ao Colegiado. Deve atender aos discentes e demais integrantes da comunidade universitária, solicitantes dos serviços oferecidos; orientar procedimentos regimentais; redigir documentos oficiais e prestar assessoria administrativa no decorrer do processo regular de funcionamento da Universidade.

Os ciclos de Alternância impõem a esse profissional flexibilidade quanto ao tempo de atendimento e presteza na realização de tarefas ocasionais, produzidas por demandas de congressos científicos, acampamentos campesinos etc.

7.INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATORIAIS

7.1 Laboratórios e instalações

- **Laboratório de Informática (LABIN)**

Com espaço físico de 48m², atualmente dispõe de 20 máquinas em funcionamento em rede atendendo alunos nos três turnos. O Laboratório de Informática funciona em três turnos, atendendo aos alunos dos quatro cursos oferecidos pelo Câmpus Universitário de Tocantinópolis. Todos os setores do Câmpus possuem rede, com internet em funcionamento.

Para o desenvolvimento das atividades do curso, são necessários três laboratórios: um destinado a **música**, outro para **artes visuais** e outro para **teatro**. Tais laboratórios se caracterizam como espaços voltados para o desenvolvimento das linguagens artísticas destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão, fomentadores da investigação em Artes produzidas dentro do contexto social e cultural do Estado do Tocantins, assim como no Brasil e América Latina.

Os laboratórios são também espaços para as práticas artísticas, execução de instrumentos musicais, produção artística, realização de oficinas, minicursos e de elaboração de atividades didáticas. Esses espaços também podem ser utilizados para reuniões de Grupos de Pesquisa assim como para a gravação, exibição e debate de filmes, documentários e de encenações. Terão a possibilidade de usufruir dos laboratórios alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da Educação do Campo da UFT, assim como instituições educacionais e comunidade vinculadas a projetos de pesquisa e extensão propostos em colegiado.

A atualização tecnológica deve ser feita anualmente, de acordo com a dotação orçamentária da instituição, na qual são comprados equipamentos de interesse da área para dar suporte às aulas, as pesquisas e extensão executada pelo corpo docente. Os materiais de consumo são comprados de acordo com a demanda dos componentes curriculares em execução no curso.

A manutenção dos equipamentos deve ser realizada de forma preventiva, por meio da Coordenação dos Laboratórios, sendo realizada de acordo com o tipo de equipamento. A manutenção corretiva ocorre sempre que forem detectados problemas nos equipamentos, após a verificação e relato do responsável técnico do laboratório ou do coordenador do curso.

- **Sala da Ciranda Infantil**

A sala da Ciranda Infantil é uma sala especial adaptada para receber as crianças de 0 à 5 anos filhos(as) de estudantes regularmente matriculados(as) no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e

Música da UFT Câmpus Tocantinópolis, que ficam nesta sala sob os cuidados dos(as) Cirandeiros(as), que são cuidadores(as) de crianças, durante o tempo em que tais estudantes encontram-se em aula.

A sala (com um banheiro) abarca uma área de 38,27m² e contém:

- 01 Aparelho de ar condicionado LG 24.000 BTUS - Pat. 58140;
- 01 Mesa de reunião oval - Pat. 47020;
- 01 Armário para escritório duas portas - Pat. 59128;
- 01 Aparelho DVD player sony DVP SR 700P - Pat. 71119;
- 02 Cadeiras fixas;
- 01 Bebedouro de mesa tipo garrafão master frio, série n° 51716/BE286035;
- 01 Mesa de madeira 1m X 1m;
- 01 TV LG LCD 47".

O banheiro é adaptado para receber estas crianças, contando com uma cuba com um chuveirinho para banho de bebês e uma bancada de apoio (trocador).

• Alojamento

O curso de Educação do Campo possui alojamento para assegurar a permanência de parte de seus discentes nos Tempos Universidade, sendo composto por:

- a) Quarto Masculino
- b) Quarto Feminino
- c) Quarto para os Indígenas, com cozinha integrada.
- d) Cozinha com fogão industrial e geladeira
- e) 1 banheiro masculino e 1 banheiro feminino.
- f) Espaço para banho.

7.2 Área de lazer e circulação

O Câmpus possui uma área dedicada à circulação, socialização e ao lazer. São pátios, áreas livres e jardins, cantina, assim distribuídos:

- a) Área total utilizada: 8.403,77m²
- b) Área construída: 2.490,20m²
- c) Área livre de lazer e circulação: 5.943,57m².

7.3 Instalações administrativas

7.3.1. Setor administrativo

O Setor Administrativo conta com 13 salas sendo:

- Direção de Câmpus: 02 Salas climatizadas (sendo uma para o diretor e outra para a secretaria da direção)
- Central de Estágio: 01 Sala climatizada
- Coordenação Administrativa: 01 Sala climatizada
- Recursos Humanos: 01 Sala climatizada
- Transporte/Diárias: 01 Sala climatizada
- Almoxarifado: 01 Sala climatizada
- Recepção: 01 Sala climatizada
- Secretaria Acadêmica: 02 Salas climatizadas
- Comunicação: 01 Sala climatizada
- Reprografia: 01 Sala climatizada

7.3.2. Auditório

O Auditório Vigilante Adão Ribeiro, do Câmpus Universitário de Tocantinópolis, possui iluminação branca, forro PVC e refrigeração. Possui (02 ares condicionados de 36.000 BTUS e 01 de 24.000 BTUS). Sua capacidade é para 100 lugares com cadeiras de braço e almofadadas.

7.4. Bloco de salas de aula

Atualmente são 09 (nove) salas de aula, todas equipadas com aparelhos de ar condicionado (mod.sprinter de 24 mil btus), com carteiras anatômicas.

7.4.1. Instalações sanitárias

- Bloco de Sala de Aula: 04 Banheiros sendo 02 adaptados para PNE;
- Bloco Administrativo: 02 Banheiros sem adaptação;
- Bloco de Salas B: 02 Banheiros sem adaptação;
- Bloco de salas A: 02 Banheiros sendo os dois adaptados para PNE;

- Bloco de Educação do Campo: 02 Banheiros sendo todos adaptados para PNE;
- Bloco Biblioteca: 02 Banheiros sendo todos adaptados para PNE;
- Bloco LABIN: 02 Banheiros sendo todos adaptados para PNE;
- Bloco PARFOR: 04 Banheiros sendo todos adaptados para PNE.

7.4.2. Áreas de convivência

O Câmpus Universitário de Tocantinópolis possui pátio coberto e algumas áreas livres para circulação entre os blocos. E conta, ainda, com uma cantina cuja área total mede 68 m² comportando cozinha, balcão de atendimento, lavabo e área coberta.

7.5. Transporte

O Câmpus possui 05 veículos sendo:

- 01 Ônibus com capacidade para 28 lugares com ar-condicionado e poltronas reclináveis, na cor branca, ano 2006. Como o micro-ônibus não dispõe de bagageiro, para viagens longas a capacidade fica reduzida em 25 lugares. Além disso, é importante destacar que este transporte tem apresentado inúmeros problemas mecânicos que dificultam o atendimento da comunidade universitária.
- 01 Micro-ônibus com 12 lugares com ar condicionado e poltronas reclináveis, na cor amarela, ano 2011.
- 01 Camionete Triton, cabine dupla com ar condicionado, na cor branca, ano 2013.
- 01 Camionete L200 GL, cabine dupla com ar condicionado, na cor branca, ano 2010.
- 01 Voyage 1,6, com ar condicionado, na cor branca, ano 2011.

7.6 Alimentação

O Câmpus dispõe de uma cantina cuja área total mede 68 m² contando com cozinha, balcão de atendimento, lavabo e área coberta, que atende parte desta demanda.

7.7 Estacionamento

Há aproximadamente 30 vagas para carros e 40 para motos. O estacionamento não possui cobertura.

7.8 Comunicação

Atualmente o setor de comunicação funciona junto a secretaria da direção do Câmpus. O Câmpus possui o boletim interno que registra os fatos e acontecimentos locais.

As principais formas de comunicação utilizada são os murais, espalhados nas entradas das salas de aula, nos corredores e no setor administrativo e a internet através das listas de e-mail.

7.9 Copiadoras

Institucional:

01 Sala com ramal telefônico, internet e ar condicionado, com quota anual para professores de cada colegiado, sendo estas distribuídas por setores conforme necessidade de utilização.

Externa:

01 Sala com internet e ar condicionado que atende aos discentes e comunidade em geral.

7.10 Gabinetes de trabalho para professores

Atualmente o curso conta com 4 gabinetes para acomodar 15 professores. O curso dispõe de uma sala para coordenação. Todos os gabinetes equipados com ar condicionado, mesa, cadeira, armário, ramal telefônico, computador e rede wireless

7.10.1. Sala de professores e sala de reuniões

O Câmpus conta com 01 (uma) sala de reuniões equipada com ar condicionado, iluminação e rede wireless.

7.11 Biblioteca

A Biblioteca Prof. Me. Cleides Antonio Amorim (Biblioteca UFT-Tocantinópolis) dispõe atualmente de uma área total construída de 504 m², toda área com equipamento de climatização em várias especificações, está dividida para atender áreas de leitura, acondicionamento do acervo, serviços técnicos, com discriminação das seguintes áreas: coordenação (área: 9,89m²), Mini Auditório / sala de vídeo/ sala de reunião. (Área: 41,77m²), Sala de estudo em grupo (área: 25,50m²), Sala de pesquisa (área: 16,01m²), Estudo Individual (área: 15,64m²), Área de pesquisa (área: 107,61m²), Acondicionamento do acervo (área: 121,12m²), Processamento técnico (área: 22,12m²), Atendimento e Recepção (área: 13,14m²), Circulação (área: 11,19m²), Acesso geral (área: 25,46m²), Circulação interna (área: 25,55m²), Reprografia (área: 8,46m²), Banheiros - (área: 25,06m²) 02 banheiros adaptados para portadores de deficiência física e motora. A Biblioteca conta com um quadro de apoio administrativo: uma bibliotecária, 3 técnicos administrativos, uma recepcionista e 5 bolsistas.

A Biblioteca funciona como órgão suplementar, previsto no Regimento Geral da UFT, que tem por finalidade atender às necessidades informacionais da Universidade no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Depois da implantação do SISBIB/UFT (sistema de biblioteca) os serviços passaram a ter mais qualidade no que se refere ao sistema de empréstimo, devolução, renovação e reserva presencial e online. Atualmente estamos com o acervo bibliográfico cem por cento inseridos no SIE - módulo biblioteca.

Professores e alunos também podem enviar listas com sugestões de livros para aquisição.

Não existe uma política de aquisições de periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada pela Prograd/ UFT, pois a orientação é a utilização do Portal de Periódicos da Capes. Temos um número significativo de fascículos de periódicos correntes, relativos a intercâmbio com outras Instituições.

A Biblioteca também vem desenvolvendo de forma muito significativa, orientação dos trabalhos de TCC dos alunos e elaborando ficha catalográficas.

7.11.1 Periódicos Especializados

Periódicos disponíveis na plataforma Capes (online);

Revista Brasileira de Educação do Campo (online)

Criada no ano de 2016, a Revista Brasileira de Educação do Campo - RBEC, de periodicidade quadrimestral, possui **Qualis B1 em Ensino pela Capes**. O periódico publica artigos originais resultantes de pesquisas teóricas e/ou empíricas, revisões de literatura de pesquisa educacional, Dossiês Temáticos, Ensaios, Entrevistas e Resenhas de temas vinculados à Educação do Campo sob diferentes campos da pesquisa, como: História da Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Povos Indígenas e Educação; Formação Docente; Jovens e Adultos do Campo; Didática e Práticas Pedagógicas em Artes e Música; Arte na Educação do Campo; Interculturalidade na Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Questão Agrária e Campesinato.

A Revista tem como missão ser um veículo de comunicação científica de qualidade que fomente importantes debates no campo educacional, principalmente na área da Educação do Campo, de pesquisadores brasileiros e estrangeiros mestres e doutores, além de estudantes acompanhados de seus respectivos orientadores (titulação mínima de mestre ou doutor), para o avanço científico da área e para a produção de conhecimento.

A Revista Brasileira de Educação do Campo é uma publicação do Departamento de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Liguagens e Códigos - Artes e Música, da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Tocantinópolis. Publica textos em português, espanhol e inglês.

A revista recebe os manuscritos em fluxo contínuo. É um periódico científico de acesso aberto e gratuito, sem taxas de submissão e de publicação dos textos submetidos à Revista.

Na seção de **Artigos**, serão publicados artigos originais, realizados ou em andamento, sob diferentes temas referentes à Educação do Campo, além de revisões de literatura de pesquisa educacional. Na seção **Ensaios**, serão publicados textos ensaístas de temas relacionados à Educação do Campo. Na seção **Resenhas**, serão publicadas resenhas de livros publicados nos últimos três anos, de temas pertinentes à Educação do Campo, e Educação em geral. Na seção **Dossiês Temáticos**, serão publicados grupos de artigos temáticos relacionados a um dos campos da pesquisa da Revista Brasileira de Educação do Campo. Na seção **Entrevistas**, serão publicadas entrevistas de professores/pesquisadores com relevante experiência e contribuição no campo da pesquisa em Educação do

Campo e, Educação, em Geral. Além disso, o periódico reserva o direito de publicar edições especiais em seus números.

O título abreviado da revista é **Rev. Bras. Educ. Camp.**, que deve ser usado em bibliografias que citarem esta revista.

7.12 Recursos audiovisuais

O curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música conta com os recursos audiovisuais, data shows, computadores e caixa de som do Câmpus. Ademais, o Câmpus de Tocantinópolis conta com um auditório para exibição de vídeos, aparelhos de projeção de slides que podem ser utilizados pelo Curso de acordo com a necessidade.

7.13 Acessibilidade para pessoas com deficiência (Decreto nº 5.296/2004)

O Câmpus de Tocantinópolis atende parcialmente às exigências da Portaria do Governo Federal de nº 1.679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura às pessoas com deficiência condições melhores e mais dignas de locomoção e permanência em locais de trabalhos.

7.14 Sala de direção do Câmpus e coordenação de curso

A Direção do Câmpus funciona no novo prédio da UFT/Câmpus de Tocantinópolis, Unidade Babaçu. A Direção dispõe de duas salas, sendo uma da secretaria da Direção e a outra destinada ao gabinete da direção do Câmpus. Todas estas salas têm ar condicionado, acesso à internet e telefone.

A coordenação de curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música funciona em um bloco próximo ao das salas de aula, em uma sala com ar condicionado, acesso à internet e telefone.

8. REFERÊNCIAS

ARROYO, Gonzalez Miguel. **Currículo, Território em disputa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

_____; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Editora Vozes, 2004.

_____; FERNANDES, Bernardo Mançano. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. **Por uma Educação do Campo**, n. 4, Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, Diretrizes de uma Caminhada, p.89-101, 1999.

- ARDOINO, Jacques. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (org.) **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. S. Paulo: UFSCAR, 1998.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999
- BENJAMIN, César; CALDART, Roseli S. Um projeto popular para o Brasil. **Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo**, 2000.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CNE/CP nº 09/2001 que trata sobre a formação do professor**. Brasília, DF, 2001. Acesso realizado em 29/03/2010 em www.mec.gov.br.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de Seleção nº 02/2012 - SESU/ SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012**. Chamada pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior – IFES e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia IFET, para criação de cursos de licenciatura em educação do campo, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=download&gid=13300&Itemid=>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. Projovem Campo – Saberes da Terra. **Curso de especialização e aperfeiçoamento em educação do campo, agricultura familiar e envolvimento social no Tocantins**. Brasília: MEC/ Secad, 2009
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- _____. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária –MEC / MDA (Abril, 2005)**.
- _____. MEC/CNE/CEB. Ministério da Educação. Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária. **Decreto Nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.
- _____. **Cadernos Secad 2 (Secad/MEC)**. Brasília, DF, 2007.
- _____. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília: 2010.
- BURNHAM, T. F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Paulo: Edufscar, 1998, p. 35-55.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória. In: Jacques Therrien e Maria Nobre Damasceno (coords.). **Educação e Escola no campo**. Campinas, Papirus, 1993.
- CALDART, Roseli Salete. **Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Desafios e Proposta de Ação**. Luziânia: Por uma Educação do Campo, 1998.
- _____. Elementos para Construção de um Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. **Por uma Educação do Campo**, n. 5, p. 13-49, 2004.
- _____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p.35-64, mar./jun.2009.

_____. Educação do campo. In: _____ et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CARTA FEECT. **Carta do Fórum Estadual de Educação do Campo do Tocantins**, 2012 (mimeo).

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil**: estado da arte e perspectivas. Educação e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 73-89, 2004.

DOLL Jr., William E. **Currículo**: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. **Por uma Educação do Campo**, n. 4, p. 89-101, 2002.

FREITAS, H. C. A. Rumos da Educação do campo. **Em aberto**. Brasília. v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Arte Médicas, 1997.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2015 - **Porcentagem de residentes nas zonas urbana e rural (2015)**. Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/populacao-rural-e-urbana.html>.

Acesso: 06.04.2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias/censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>>. Acessado em 08/04/2018.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: INEP/MEC, 2005.

JESUS, Sonia Meire S. A. de. **Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo**. IN: MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sonia Meire S. A. de (org). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. V. 5. Brasília: Articulação Por uma Educação do Campo, 2004.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir; MOLINA, Mônica Castagna. A educação básica e o movimento social do campo—por uma educação básica do campo. **Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo**, v. 1, 1999.

_____; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. **Articulação Nacional por uma Educação do Campo**, 2002.

MACEDO, R. S. Chrysallís. **Currículo e complexidade**: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo. Salvador: Edufba, 2002.

MACHADO, C. L. B.; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. (Org.). **Teoria e prática da educação do campo**: análises de experiências. Brasília; MDA, 2008.

MARTINS, J. B. **Abordagem multirreferencial**: contribuições epistemológicas e metodológicas para os estudos dos fenômenos educativos. São Paulo, S. Carlos: UFSCAR, 2000.

- MAZOYER, M. apud INCRA/FAO (s/ data). **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: guia metodológico**. Mimeo.
- MEDEIROS, Rejane. Movimentos sociais do campo e práxis política: trajetória de luta por uma educação do campo no Tocantins. In: SILVA, Cicero (Org.). **Educação do Campo, Artes e Formação docente**. Palmas: EDUFT, 2016.
- _____. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma experiência metodológica na perspectiva da alternância**, 2018. Mimeo.
- MUNARIN, Antônio. Trajetória do Movimento Nacional de Educação do Campo no Brasil. In **Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria:/RS, vol. 33, nº 1. Ed. UFSM, 2008.
- _____. **Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo**. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. (Org. Mônica Castagna Molina). Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, – Brasília: 2006.
- MOLINA, Mônica Castagna(Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, – Brasília: 2006.
- _____; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, v. 8, 2004.
- NEVES, D. P. (2007) **Comunidade: sucesso do termo, tormentos metodológicos e contribuições para o estudo do campesinato**. In. Cadernos de Programação e Resumos do 2º Encontro da rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro, RJ. 11 a 14 de setembro de 2007.
- PUIG-CALVÓ, Pedro. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos Ceffas no mundo**. Belo Horizonte: O lutador, 2010.
- SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SILVA, Cícero da. **Pedagogia da Alternância: práticas de letramentos em uma Escola Família Agrícola brasileira**. Tese (doutorado). Orientação Adair Vieira Gonsalves, coorientação Luiza Helena Oliveira da Silva. Curso de pós-graduação em Letras Ensino de Língua e Literatura. Universidade Federal do Tocantins, *campus* Araguaína, 2018.
- SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**. Caderno de Textos Pedagógicos: semeando sonhos, cultivando direitos. Brasília, CONTAG, 2005.
- UFT. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins**. Palmas, 2004.
- UFT. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2016-2020**. Palmas, 2016.

9. ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

9.1 Regimento do Curso

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música – Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Licenciatura Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música – Câmpus Tocantinópolis é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música – Câmpus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo:

- a) Colegiado de Curso

II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

- a) Coordenação de Estágio do Curso;
- b) Central de Estágio;

IV - Órgão de Apoio Administrativo:

- a) Secretaria Acadêmica;
- b) Secretaria de Curso.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

a) os representantes discentes são indicados pelo Centro Acadêmico do Curso por meio da ata de posse do Centro Acadêmico e do ofício do presidente do Centro Acadêmico indicando os representantes.

b) em caso de substituição dos representantes discentes estes devem estar de acordo com o Estatuto do Centro Acadêmico e deve ser comunicado ao coordenador do curso por meio da ata e/ou certidão emitida pelo presidente do Centro Acadêmico;

IV - Os professores substitutos caso queiram participar das reuniões do colegiado de Curso podem, porém, não tendo direito a voto.

a) no caso de reuniões que tratem sobre temas e conteúdos para concurso de professores efetivos, os substitutos não podem participar para não terem privilégios de informações em relação aos demais candidatos.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;

III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;

V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;

X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para

a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões.

- a) para efeito de quorum serão considerados apenas os professores em pleno exercício;
- b) o professor legalmente licenciado ou afastado não terá direito a voto.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, mediante justificativa substanciada e aprovada pelo conselho diretor.

§ 4º – Os pontos para serem inseridos na pauta devem ser enviados até o prazo limite de 24 horas antes da reunião.

- a) Para pedidos de remoção, redistribuição, afastamento, licença sem vencimentos, entre outros dessa natureza, devem ser apresentados via ofício e com a normativa pertinente;
- b) Os pedidos de ponto de pauta precisam ser documentados.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas/justificadas oficialmente em até 48 horas.

§ 1º O membro do colegiado que não justificar sua ausência na reunião receberá falta em seu ponto e conseqüentemente o desconto em sua folha de pagamento.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 9 – A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, eleger o Coordenador substituto.

§ 2º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade;

§ 3º - No caso de vacância do cargo de Coordenador, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo Consuni;

§ 4º - No impedimento do Coordenador e do Coordenador substituto, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá aos membros do Colegiado indicar o coordenador interino.

Art. 10 - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

- II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;
- III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;
- IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;
- V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;
- VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;
- VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DO CORPO DOCENTE

Art. 11 - O corpo docente, constituído pelo pessoal que exerce atividade de ensino, pesquisa e extensão, distribui-se pelas seguintes classes de carreira do magistério:

- I - professor titular;
- II - professor adjunto;
- III - professor assistente
- IV – professor auxiliar.

§ 1º - Com caráter probatório, para iniciação em atividades docentes, será admitido o graduado de curso de nível superior com a designação de auxiliar de ensino.

§ 2º - O docente que exercer atividades de ensino ou pesquisa na Universidade, em decorrência de acordo, convênio ou programa de intercâmbio com entidade congênera, será classificado como professor visitante.

§ 3º - Para atender a necessidades eventuais da programação acadêmica, poderão ser contratados professores substitutos, de acordo com a conveniência da Universidade, consideradas as respectivas qualificações.

Art. 12 - As licenças para afastamento docente estão previstas nos art. 123 e 124 do Regimento Geral da Universidade.

§ 1º – As comunicações de afastamento docente para participação em congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural ou técnica deve ser comunicada ao Presidente do Colegiado com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência

CAPÍTULO VIII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 13 – A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

- I – encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;
- II – auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
- III – instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;

- IV – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- V – elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- VI – secretariar as reuniões do Colegiado;
- VII – redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- VIII – manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX – manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X – auxiliar as atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado;
- XI – desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;
- XII – manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;
- XIII – auxiliar as atividades acadêmicas dos professores especialmente do Tempo Comunidade;
- XIV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO IX DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo do Curso

Art. 14 – O regime didático do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música – Câmpus de Tocantinópolis reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Art. 15 – O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 16 – A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 17 – Constituirão o currículo pleno do curso:

- I – atividades acadêmicas fixadas pela legislação pertinente;
- II – atividades complementares obrigatórias, de acordo com o respectivo projeto pedagógico e regimentadas;
- III – atividades acadêmicas, de livre escolha do discente entre aquelas oferecidas pela Universidade e outras instituições de ensino superior;
- IV – atividades acadêmicas de caráter geral e humanístico, necessárias à melhor formação da cidadania.

Parágrafo único – O Colegiado de Curso deverá estabelecer, previamente, as atividades acadêmicas válidas para o cômputo de carga horária, submetendo-as à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na

Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 18 - A proposta de mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 19 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção III **Da Oferta de Disciplinas**

Art. 20 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral, aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico especial da Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música, observando o Regime de Alternância.

Parágrafo único – a oferta de disciplinas ocorrerá de acordo com o regime de Alternância, considerando-se o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade,

Art. 21 - As atividades acadêmicas obedecerão ao regime de Alternância, composto pelo Tempo Universidade e o Tempo Comunidade.

Parágrafo único – no Tempo Universidade serão desenvolvidas atividades acadêmicas nos espaços da universidade e no Tempo Comunidade serão desenvolvidas atividades acadêmicas orientadas, junto às comunidades.

Art. 22 - As atividades acadêmicas serão desenvolvidas nas modalidades a seguir:
I - presencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto entre docentes e discentes em ambiente específico, principalmente no Tempo Universidade;

II – semipresencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto, bem como aquela com uso de mídias específicas e pode acontecer no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade;

III - tutorial – entendida como atividade desenvolvida a distância, com uso de mídias específicas, especialmente no Tempo Comunidade.

Parágrafo único – As atividades acadêmicas desenvolvidas nas modalidades semipresencial e tutorial serão objeto de aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 23 – Até o fim de cada período letivo, a Coordenação de Curso, consultado o Colegiado, encaminhará ao Setor de Controle Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação, a consolidação da oferta de componentes curriculares à disposição dos acadêmicos de Graduação para o período seguinte, com os respectivos horários, o espaço físico e os professores responsáveis.

Art. 24 - No planejamento do curso, a Universidade buscará assegurar a todo acadêmico

regularmente matriculado a obtenção de vaga nos componentes curriculares e demais atividades complementares necessárias à integralização do currículo pleno

do respectivo curso, observados os critérios adequados para sua distribuição, os pré-requisitos e a carga horária máxima.

Art. 25 – A Coordenação de Curso, em conjunto com o Conselho Diretor do Câmpus, deverá proceder, periodicamente, aos diagnósticos necessários para propor à Pró-Reitoria de Graduação a adequação da oferta e demanda de vagas, visando detectar as causas de inadequação e sugerindo as medidas para os respectivos ajustes.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas da Coordenação do Curso ou de outros órgãos da administração superior.

Art. 27 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

9.2 Regulamento do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Linguagens e Códigos – Artes e Música Universidade Federal do Tocantins - Câmpus de Tocantinópolis

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Nossa Senhora de Fátima, n° 1588 | 77900-000 | Tocantinópolis/TO
(63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educacaocampotoc@uft.edu.br



1. Breve Histórico sobre o Estágio Supervisionado no Brasil

Segundo o que consta no Parecer n. 35/2003 do CNE/CEB sobre a história do estágio supervisionado no Brasil, o conceito se consolidou no país na década de 1940, a partir das Leis Orgânicas do Ensino Profissional. Os estágios eram voltados para preparar o estudante para atuar em indústrias, no comércio ou no campo. Os alunos tinham nesses lugares uma oportunidade de colocar em prática o que aprendiam teoricamente nas escolas técnicas.

Cabe destacar que os estágios supervisionados no Brasil surgiram concomitantemente ao desenvolvimento industrial no país, principalmente a partir dos anos de 1930. Isso fez com que a educação brasileira fosse reformulada, pois, não bastaria apenas ter cursos secundários e superiores para formar as “elites”, mas, também, eram necessários cursos profissionalizantes para atender às demandas do processo de industrialização, que necessitava de mão de obra qualificada.

Contudo, foi a partir da LDB n. 5692/71 que os estágios supervisionados se tornaram relevantes na educação, pois, com o Parecer CFE n. 45/72, passaram

a ser obrigatórios para as habilitações profissionais técnicas dos setores primário e secundário da economia, da saúde entre outros.

Essa orientação profissionalizante consagrada pela Lei Federal nº 5.692/71 provocou a definição de uma legislação específica para o estágio profissional supervisionado. A Lei Federal nº 6.497/77 regulamentou os estágios profissionais supervisionados na educação superior, no ensino de segundo grau (técnico) e no ensino supletivo profissionalizante. A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 87.497/82. (PARECER CNE/CEB, n. 35/2003).

Entretanto, a atual LDB n. 9394/96 em seu artigo 82, ampliou os objetivos e abrangência do estágio supervisionado, esclarecendo que o estágio não se refere apenas a uma prática profissional, mas a uma oportunidade de o estudante integrar-se no mundo do trabalho, trocando e socializando experiências, aprendendo novas habilidades, desenvolvendo responsabilidades, atitudes éticas e construindo conhecimentos. O próprio currículo do ensino médio, destacado nessa Lei, em seu artigo 36, ressalta a importância de se compreender o significado das ciências, das letras e das artes. É nesse sentido que o conceito de estágio supervisionado se amplia, ao aliar as dimensões do social, do profissional e do cultural.

O Parecer CNE/CEB n. 35/2003 chama a atenção para o fato de que o estágio supervisionado não é e não deve ser considerado “primeiro emprego”, mas, sim, uma atividade curricular, um ato educativo, que busca proporcionar ao estudante, em processo de formação, conhecer a realidade do mundo do trabalho e identificar-se com a sua escolha profissional.

O estágio supervisionado também é ressaltado pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas no Brasil, Resolução n. 2 de 1º de julho de 2015. Em seu capítulo V o documento prescreve que deverá ser dedicado ao estágio supervisionado 400 horas na área de formação e atuação na educação básica, para cursos com no mínimo 3.200 horas de trabalho efetivo. Vale lembrar que o estágio curricular supervisionado é obrigatório nas licenciaturas e que os docentes que atuam de forma regular na educação básica poderão solicitar redução de no máximo 100 horas da carga horária do estágio.

Uma importante Lei Federal, a de n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes, alterando a LDB n. 9394/96. Assim descreve sobre o estágio:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

De acordo com essa Lei, o estágio supervisionado pode ser obrigatório ou não, conforme diretrizes curriculares do curso de graduação que o aluno está cursando e do projeto pedagógico do curso. Além de proporcionar ao estudante um aprendizado das atividades profissionais e um olhar crítico sobre o mundo do trabalho, leva o discente a descobrir e a compreender os diferentes desafios encontrados na profissão. Contudo, assim como as anteriores, esta Lei esclarece que o estágio supervisionado não gera vínculo empregatício.

É importante ressaltar que o estágio pode ser realizado nas seguintes entidades (AIRES; COSTA, et. al., 2016):

- a) Pessoas jurídicas de direito privado;
- b) Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, dos municípios, estados e federação;
- c) Profissionais liberais de nível superior que tenham registros em seus conselhos de fiscalização profissional.

2. O que é Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é uma disciplina teórico-prática do processo de ensino e aprendizagem e constitui-se como componente curricular obrigatório para todos os graduandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música, configurando-se como vivências profissionais necessárias à formação acadêmica destinadas a propiciar ao graduando a aprendizagem de aspectos que contribuam para sua formação

profissional. O Estágio também é entendido como eixo articulador da produção do conhecimento em todo o processo de desenvolvimento do currículo do curso.

O estágio de docência compreende um conjunto de atividades para a atuação do professor e constitui-se em espaço de integração entre universidade, escola e comunidade, por meio do intercâmbio de saberes e da articulação de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o Estágio Curricular constitui um momento de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao exercício profissional e tem como função integrar teoria e prática. Trata-se de uma experiência com dimensões formadora e sociopolítica, que proporciona ao estudante a participação em situações reais de trabalho, que consolida a sua profissionalização e explora as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética e corresponsável pelo desenvolvimento humano e pela melhoria da qualidade de vida.

A concepção de estágio nesta proposta do Curso de Educação do Campo tem como ponto de partida a base legal apontada pela Lei de estágios, 11788/2008 e as resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002. Como preconiza a Resolução CNE/CP 01/2002, Art. 13, 3º parágrafo, o Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido a partir do quinto período do Curso com carga horária de 405 (quatrocentos e cinco horas).

Será constituída pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música uma Comissão de Estágio formada por no mínimo 03 docentes titulares que atuam com Estágio Supervisionado.

3. Objetivos do Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado faz parte da organização curricular obrigatória do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música de forma a:

I- Possibilitar ao estagiário aprendizado de competências e habilidades próprias para o trabalho docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio,

a partir da contextualização curricular na sua área de conhecimento, e na gestão escolar;

II- Integrar o estagiário ao processo de ensino, pesquisa e aprendizagem no contexto da educação do/no campo;

III - Proporcionar ao estagiário contato com a organização e o funcionamento das instituições educacionais do campo e outras da comunidade;

IV - Criar condições para a observação da ação do profissional da educação e da dinâmica de funcionamento das instituições e dos processos educativos, considerando também suas relações com a família e outras instituições sociais;

V- Compreender a prática docente da Educação do Campo e as práticas de outros profissionais da educação, possibilitando a construção de conhecimentos a respeito das questões que envolvem a relação pedagógica;

VI - Proporcionar ao(a) estagiário(a) a oportunidade de reflexão e a problematização acerca do processo educacional nas diferentes situações que envolvem o processo de ensino-aprendizagem;

VII- Proporcionar aos estagiários a oportunidade de utilizar competências e habilidades desenvolvidas durante o curso;

VIII- Promover o confronto entre o conhecimento teórico e a prática adotada em diferentes contextos;

IX- Proporcionar ao estagiário conhecimentos da prática docente no início de suas atividades profissionais, dando-lhe oportunidade de executar atividades relacionadas à sua área de interesse e de domínio adquirido;

X- Estimular o desenvolvimento do conhecimento científico, por meio do aperfeiçoamento profissional que articula teoria e prática.

O Estágio Curricular Supervisionado faz parte da formação integradora do currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música e, constitui-se em disciplina obrigatória para todos os estudantes matriculados. As etapas do Estágio Curricular Obrigatório e suas respectivas cargas horárias estão descritas a seguir:

Estágio Curricular Supervisionado I – Consiste na observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula no Ensino Fundamental. Caracteriza-se como fase preparatória para elaboração do planejamento a ser apresentado como elemento norteador das ações do processo ensino/aprendizagem a serem desenvolvidas nas próximas etapas. O estagiário deverá apresentar um relatório das atividades/observações agregando reflexões acerca do trabalho docente e encaminhamentos de proposições. O professor orientador do estágio deverá organizar encontros, nos quais se discutirá a prática vivenciada pelos alunos dentro das 90 horas previstas para esta etapa. Essa carga horária será disposta da seguinte maneira:

Teórica: 45h

- a) Elaboração e apresentação do plano de aula. (6h)
- b) Apresentação/dúvidas das Diretrizes Curriculares do Estágio Supervisionado. (5h)
- c) Prévia da elaboração do Projeto de Estágio. (14h)
- d) Círculo de produção de conhecimentos: estudo dirigido com fundamentação teórica. (20h)

Prática: 45h

- a) Observação de Regência Escolar - Ensino Fundamental II. (Mínimo - 4h/a)
- b) Observação na Gestão da Escola. (Mínimo - 4h)
- c) Leitura do Projeto Político Pedagógico da Escola. (6h)
- d) Relatório Parcial, contendo a descrição completa dessa etapa de estágio. (31h)

Estágio Curricular Supervisionado II – Prática de regência na disciplina de Artes nos anos finais do Ensino Fundamental e participação na gestão da escola. No caso de impossibilidade de realização na referida disciplina o professor

orientador, juntamente com o estudante, definirá outra turma/disciplina. São propostas ações para a prática e aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de construção do planejamento a partir de propostas de ações para a prática que será vivenciada na unidade escolar durante esse período. O professor orientador de estágio assumirá papel preponderante nesta fase, atuando como observador, orientador e facilitador do processo de crescimento do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos “*in loco*” e nos encontros mensais no Tempo Universidade, nos quais, além de se discutir a prática vivenciada pelos alunos, serão propostas revisões dessa prática (*feedback*) e ações de reencaminhamentos contemplando o ciclo ação-reflexão-ação dentro das 90 horas previstas para esta etapa. Essa carga horária será disposta da seguinte maneira:

Teórica: 60h

- a) Elaboração e apresentação do plano de aula para os anos finais do Ensino Fundamental. (22h)
- b) Círculo de produção de conhecimentos: estudo dirigido com fundamentação teórica. (38h)

Prática: 30h

- a) Observação na gestão da Escola (mínimo - 2h)
- b) Participação na gestão da Escola (mínimo - 4h)
- c) Observação de Regência Escolar - Ensino Fundamental II (Mínimo - 2h/a)
- d) Exercício de Regência Escolar - Ensino Fundamental II (Mínimo - 4h/a)
- e) Reunião com o professor orientador do estágio – Tempo Universidade e Tempo Comunidade. (10h)
- f) Relatório Parcial, contendo a descrição completa desta etapa de estágio. (8h)

Estágio Curricular Supervisionado III – Prática de sala de aula no ensino médio. São propostas ações para a prática e aprofundamento do processo de construção do conhecimento. São propostas ações para a prática e aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de construção do planejamento a partir de propostas de ações para a prática que será

vivenciada na unidade escolar durante esse período. O professor orientador de estágio assumirá papel preponderante nesta fase, atuando como observador, orientador e facilitador do processo de crescimento do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos “*in loco*” e nos encontros mensais no Tempo Universidade, nos quais, além de se discutir a prática vivenciada pelos alunos, serão propostas revisões dessa prática (*feedback*) e ações de reencaminhamentos contemplando o ciclo ação-reflexão-ação dentro das 105 horas previstas para esta etapa. Essa carga horária será disposta da seguinte maneira:

Teórica: 45h

- a) Elaboração e apresentação do plano de aula para o ensino médio ou EJA (Educação de Jovens e Adultos). (12h)
- b) Círculo de produção de conhecimentos: estudo dirigido com fundamentação teórica. (33h)

Prática: 60h

- c) Exercício de regência em sala de aula – ensino médio ou EJA (mínimo - 4h/a)
- d) Observação em sala de aula do ensino médio na modalidade regular ou EJA. (Mínimo - 4h/a)
- e) Reunião com o professor orientador do estágio – Tempo Universidade e Tempo Comunidade. (22h)
- f) Relatório parcial, contendo a descrição completa dessa etapa de estágio. (30h)

Estágio Curricular Supervisionado IV– Nesta etapa será elaborado e desenvolvido um projeto com a participação da comunidade, que culminará no término do estágio. Caberá ao professor(a) do estágio avaliar a possibilidade de realização da atividade de forma individual ou coletiva, porém, o relatório contendo a descrição e reflexões deverá ser individual.

A carga horária de 120 horas previstas para esse momento será disposta da seguinte maneira:

Teórica: 60h

- a) Elaboração de um projeto a ser desenvolvido na escola/comunidade. (40h)
- b) Círculo de produção de conhecimentos: estudo dirigido com fundamentação teórica. (20h)

Prática: 60h

- c) Diagnóstico da temática a ser trabalhada com a comunidade. (14h)
- d) Execução de um projeto na escola/comunidade. (16h)
- e) Reunião com o professor orientador do estágio – Tempo Universidade e Tempo Comunidade. (15h)
- f) Relatório Final, contendo a descrição completa do estágio. (15h)

4. Diretrizes do Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado deverá seguir as seguintes diretrizes:

I – O planejamento e execução do Estágio Curricular Supervisionado deverá respeitar as diretrizes deste documento, a organização e as normas das instituições onde se efetivará o Estágio;

II – A orientação e execução do Estágio deverão ser compatíveis com as características atribuídas a cada etapa do Estágio, com acompanhamento e avaliação coletivos nos encontros previstos pelo orientador;

III – O Projeto de Estágio deverá ser individual e previamente aprovado pelo professor orientador do Estágio;

IV – O produto final do estágio deverá ser apresentado, sob a forma de relatório, de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

V – O Estágio Curricular Supervisionado será realizado em instituições públicas municipais e estaduais, preferencialmente em escolas localizadas no campo;

VI – O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em escolas com sede em área urbana, desde que a turma atenda pelos menos 1/3 de alunos que residem no campo;

VII – Os Estágios Curriculares Supervisionados na Docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio apenas serão admitidos em instituições

educativas escolares públicas que ofereçam serviços educacionais para essas etapas da Educação Básica;

VIII – O Estágio Curricular Supervisionado será realizado mediante a aprovação do plano de atividades do(a) estagiário(a);

IX – As atividades do Estágio Curricular Supervisionado serão realizadas em dois momentos distintos e complementares:

a) Momento de Orientação de Estágio, que compreende encontros presenciais nos Tempos Universidade com os professores responsáveis pela orientação do estágio;

b) Momento das atividades nas instituições de ensino do Estágio, que compreende a efetivação do estágio nas unidades escolares com acompanhamento sistemático.

X – O aluno deverá exercer seu estágio na disciplina de Artes nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

XI – A Orientação do Estágio Curricular I, II, III e IV será realizada preferencialmente pelos professores que trabalham com a disciplina de Estágio;

XII – A supervisão de estágio será desenvolvida pelo professor orientador e pelo supervisor externo, pessoa indicada pela a unidade escolar para acompanhamento do estagiário;

XIII – O professor orientador do estágio será responsável por até 15(quinze) estagiários para o trabalho de orientação e avaliação dos estágios;

XIV – O relatório do estágio deverá ser individual, porém, as demais atividades (observação, participação na gestão, regência, projeto de intervenção) poderão, excepcionalmente - mediante autorização do professor orientador e supervisor externo –, ser realizadas em duplas de alunos.

5. Atribuições da Comissão de Estágio

A referida Comissão será composta pelo Coordenador (a) de Estágio e professores(as) que trabalham com a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado. E terá por atribuições:

I – Coordenar o planejamento e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com a Coordenação de Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música e os professores-orientadores de Estágio Curricular Supervisionado;

II – Organizar e manter atualizado um sistema de documentação e cadastramento de estágio, registrando as instituições envolvidas e o número de estagiários(as) de cada período de estágio;

III – Realizar, conforme a necessidade, reuniões com os professores de estágio e com os coordenadores das instituições concedentes, para discussão de questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio, análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

IV- Solicitar aos professores orientadores de estágio um relatório periódico acerca das condições de realização das atividades do estágio, abordando vivências, dificuldades, campo de atuação dos estagiários, particularidades locais dentre outras informações relevantes;

V – Receber as solicitações de dispensa de carga horária solicitada pelos(as) estagiários(as) que estão em exercício docente regular na educação básica, que poderá ser de até 50% da carga horária referente a prática, e encaminhar parecer à Comissão de Estágio para análise e deliberação;

VI - Articular fóruns em parceria com as Secretarias de Educação para debate acerca do estágio e do perfil do educador(a) do campo;

5.1 Atribuições do professor orientador de Estágio Curricular Supervisionado, conforme a Resolução Consepe Nº 20/2012, art. 27.

I – Planejar, orientar, acompanhar e avaliar o(a) estagiário(a) no desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao estágio;

II – Orientar técnica e pedagogicamente o(a) estagiário(a) na elaboração do Projeto de Estágio;

III- Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso e Plano de Atividade do Estágio;

IV – Verificar junto a Central de Estágio a celebração do Termo de Compromisso e Plano de Atividade do Estágio;

V – Fazer cumprir a programação das atividades pertinentes ao estágio;

VI – Orientar a execução do estágio por meio de encontros por observação contínua, direta e indireta, das atividades programadas no campo de estágio durante todo o processo, intervindo sempre que necessário para o bom desenvolvimento das atividades;

VII – Indicar as fontes de pesquisa e de consulta necessárias para a implantação das atividades previstas no Plano de Estágio;

VIII – Participar das reuniões periódicas com os professores do estágio para avaliação das atividades;

IX – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento e principalmente da Lei n. 11.788/2008.

5.2 Atribuições do aluno(a) Estagiário(a), conforme a Resolução Consepe N° 20/2012, art. 29.

I – Procurar a Central de Estágio do Câmpus antes de iniciar o estágio em uma instituição, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;

II – Providenciar, antes do início do estágio, todos os documentos necessários para o desenvolvimento do estágio;

III – Entregar toda a documentação para regulamentação e execução do Estágio dentro dos prazos previstos no cronograma da Universidade e do Curso de Educação do Campo;

IV – Atender às normas internas da unidade concedente, principalmente às relativas ao Estágio, que declara, expressamente, conhecer, exercendo suas atividades com zelo, pontualidade e assiduidade;

V – Responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;

VI – Preservar a boa imagem da UFT e do Curso Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música junto à organização cedente, a fim de dar oportunidade a outros alunos de realizarem o estágio na mesma entidade;

VII – Cuidar para que as atividades de estágio não prejudiquem as suas atividades acadêmicas;

- VIII – Elaborar o Projeto de Estágio a ser desenvolvido sob orientação do professor;
- IX – Cumprir o tempo previsto para o desenvolvimento das atividades de Estágio, obedecendo sempre os horários definidos pela Instituição Campo de Estágio em comum acordo com o supervisor e o professor orientador;
- X – Realizar as atividades previstas no Projeto de Estágio, bem como manter um registro atualizado de todas elas;
- XI – Comunicar e justificar com antecedência, ao supervisor do Campo de Estágio e ao professor orientador, sua eventual ausência em atividade prevista no Plano de Estágio;
- XII – Repor as atividades previstas no Plano de Estágio, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo responsável do campo de estágio e pelo professor;
- XIII – Participar das atividades determinadas pelo professor orientador de Estágio;
- XIV – Entregar ao professor, em data previamente fixada, o relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao estágio;
- XV – Manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude ética pertinente ao desempenho profissional;
- XVI – Estar ciente de que caso fique comprovado qualquer irregularidade ou fraude, será cancelado seu estágio.

5.3 Atribuições do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Linguagens e Códigos – Artes e Música

- I – Convocar, quando necessário ou a pedido dos membros do Colegiado, a Comissão de Estágio Supervisionado para, em reunião do Colegiado de Curso, analisar questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;
- II – Deliberar sobre recursos pertinentes ao Estágio Curricular Supervisionado encaminhado por estudantes, professores orientadores e supervisores de Estágio;
- III – Analisar e deliberar sobre casos omissos neste documento.

6. Procedimentos e Critérios de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado

- I – Frequência nos encontros de orientação no Tempo Universidade com os professores do Estágio;
- II – Participação nas atividades previstas no Plano de Atividades do Estágio;
- III – Planejamento e execução das atividades na unidade concedente;
- IV – Entrega e apresentação do relatório final do estágio;
- V. Avaliação do aluno no Tempo Comunidade.

7. Normas para a Elaboração do Relatório

O Relatório Final do Estagiário das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música deverá atender às normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) e contemplar a seguinte disposição:

- I - Capa;
- II - Folha de Rosto;
- III - Introdução;
- IV - Objetivos do Estágio;
- V- Encaminhamentos Metodológicos
- VI - Planejamento das atividades;
- VII - Descrição das atividades desenvolvidas;
- VIII - Considerações Finais;
- IX - Referências;
- X - Anexos: todos os documentos comprobatórios do estágio.

8. Disposições Gerais do Estágio Curricular Supervisionado

- I – Caso o professor orientador do estágio necessite se afastar, deverá apresentar por escrito à Comissão de Estágio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música o motivo do seu afastamento;
- II – No caso do afastamento do aluno estagiário, este deverá apresentar o pedido com antecedência ao professor orientador do estágio, bem como à instituição onde está realizando o Estágio Curricular Supervisionado;
- III – Para retomar o estágio, o aluno deverá reingressar em uma turma equivalente ao período interrompido no semestre seguinte;

IV – Cabe ao Colegiado de Curso analisar e deliberar situações que não foram resolvidas pela Comissão de Estágio.

REFERÊNCIAS

AIRES, B. F.; COSTA, S. Q. *et.al.* (Orgs.). **Manual de estágios**. Palmas: Fundação Universidade Federal do Tocantins, 2016.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. Brasília: MEC, 2008.

_____. Senado Federal. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

PARECER CNE/CEB, n. 35/2003. **Dispões sobre as normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2003.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior**. Brasília: MEC/CNE, 2015.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Consepe) n. 20/2012. **Dispõe sobre as normas para os estágios curriculares não obrigatórios realizados por estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins**. Palmas: UFT, 2012.

9.3 Diretrizes do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação Linguagens e Códigos - Artes e Música da UFT/ Câmpus Tocantinópolis

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO



Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 1588 | 77900-000 | Tocantinópolis/TO
(63) 3471-6020 | www.uft.edu.br | educacaocampotoc@uft.edu.br



1. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá seguir os seguintes critérios e normas:

I – De acordo com o que consta no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) atual, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser feito necessariamente de forma individual, não sendo admitido trabalhos em dupla ou grupo de alunos.

II – A disciplina intitulada Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1) é voltada para a elaboração do Projeto de Pesquisa, enquanto a Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC 2) se refere ao desenvolvimento da Monografia, que deverá ser desenvolvida a partir do Projeto de Pesquisa (TCC 1).

III – Visando o atendimento aos princípios éticos para a pesquisa científica, o(a) discente autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não deve fazer o uso da prática de plágio, autoplágio, comércio (contratação de terceiros para a

elaboração da Monografia) e abandono de TCC. Caso sejam identificadas tais práticas no Projeto de Pesquisa ou na Monografia, caberá ao orientador e, em última instância, o Colegiado do Curso de Educação do Campo, tomar as devidas providências, podendo resultar na reprovação do estudante/orientando na respectiva disciplina de TCC.

IV – O Projeto de Pesquisa (TCC 1) deverá ter, no mínimo, 10 páginas, excluindo-se: Capa, Contracapa, Folha de Rosto, Sumário e Referências.

V – A Monografia (TCC 2), resultante do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa (TCC 1) deverá ter, no mínimo, 25 páginas, excluindo-se: Capa, Contracapa, Folha de Rosto, Folha de Aprovação, Epígrafe, Dedicatória, Lista de Ilustrações, Lista de Tabelas, Lista de Abreviaturas, Resumo, Abstract, Sumário, Referências, Anexos e Apêndices.

VI – O Projeto de Pesquisa e a Monografia (TCCs 1 e 2) deverão ser redigidos (digitados) de acordo com as normas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) em folha A4 e em conformidade com o Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, conforme Resolução vigente.

VII – O estudante/orientando deverá se reunir com o seu orientador para que haja o devido acompanhamento e orientação referentes ao desenvolvimento do TCC (1 e 2), podendo a reunião acontecer de forma presencial ou à distância. Ficará a cargo do docente a escolha do local e hora da orientação a ser realizada, sendo informados ao orientando com antecedência. A não presença do estudante nos encontros agendados com o professor/orientador será registrada no diário de frequência como falta.

VIII – Os prazos para entregas de fichamentos, resumos, coletas de dados entre outros documentos referentes às leituras e análises realizadas para o desenvolvimento do TCC, deverão ser fielmente cumpridos pelo estudante, evitando atrasos e, conseqüentemente, prejuízos para a finalização e entrega do TCC.

IX – Caso haja a necessidade de troca de orientador, cabe em primeira instância ao coordenador de TCC e em segunda ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos – Artes e Música analisar, encaminhar e deliberar sobre tal situação, evitando que o discente fique sem orientador durante o desenvolvimento do TCC.

X – O Projeto de Pesquisa elaborado na disciplina de TCC 1 deverá ser submetido a uma banca avaliadora, constituída pelo professor orientador e mais um ou dois membros convidados que o orientador julgar serem aptos e capacitados para tal função. Os membros devem ter conhecimento e experiência no assunto abordado pela pesquisa e ter uma titulação à altura da oferecida pelo curso (no caso, por se tratar de um curso de graduação, os membros devem, no mínimo, ser graduados). Cabe ao orientador a escolha do(s) membro(s), o agendamento da banca e o encaminhamento da nota gerada após a arguição do Projeto de Pesquisa para o professor da disciplina de TCC 1 - na inexistência de um orientador, tais funções ficam a cargo do próprio professor da disciplina.

XI – A Monografia elaborada durante a disciplina de TCC 2 a partir do Projeto de Pesquisa elaborado e defendido na disciplina de TCC 1, também deverá ser submetida a uma banca avaliadora. A banca de TCC 2 será constituída pelo Presidente da Banca (orientador), 2 membros avaliadores (sejam eles internos ou externos à UFT) e 1 suplente. A escolha dos membros convidados para a banca examinadora (2 titulares e 1 suplente) ficam a cargo do orientador, desde que este os julgue aptos e capacitados para tal função. Os membros convidados devem ter conhecimento e experiência no assunto abordado pela pesquisa e ter uma titulação à altura da oferecida pelo curso (no caso, por se tratar de um curso de graduação, os membros devem, no mínimo, ser graduados). Existe abertura para que a banca seja composta por mais de 2 membros, caso assim seja eventualmente decidido pelo orientador, porém a atribuição de nota manter-se-á restrita a apenas 2 dos membros convidados.

XII – Os membros participantes das bancas de defesas do TCC 1 e TCC 2 deverão ser informados com, no mínimo, 15 dias de antecedência da defesa agendada.

Caso haja necessidade de substituição de algum dos membros, ela deverá ser informada com antecedência mínima de uma semana ao professor presidente da banca (orientador) que, em caráter emergencial, poderá convidar o (a) suplente em igual período.

XIII – O Projeto de Pesquisa e a Monografia, já revisados pelo orientando e pelo orientador, deverão ser entregues às bancas de defesa do TCC 1 e TCC 2, respectivamente, com antecedência mínima de 15 dias da defesa (salvo a situação de substituição emergencial de membro titular por suplente, quando a versão final revisada deverá ser entregue com antecedência mínima de uma semana da defesa).

XVI – A defesa do TCC 1 e do TCC 2 realizar-se-á em arguição pública, no âmbito da UFT.

XV – O tempo de defesa (apresentação) do TCC 1 pelo estudante será de no máximo 10 minutos, sendo 20 minutos destinados à arguição de cada membro da banca participante.

XVI – O tempo de defesa (apresentação) do TCC 2 pelo estudante será de no máximo 20 minutos, sendo 25 minutos destinados à arguição de cada membro da banca participante.

XVII – A nota final (Nf) da disciplina de TCC 1 será calculada a partir da média aritmética entre a nota atribuída pelo professor da disciplina de TCC 1, referente ao processo desenvolvido em sala de aula no decorrer da disciplina, (N1) e a nota atribuída pela banca de TCC 1 (N2), obedecendo à seguinte equação: $Nf = (N1 + N2) / 2$. A nota final deverá ser elaborada em reunião sigilosa dos membros da banca após a defesa do estudante. Em seguida, o orientador declarará publicamente o resultado final.

XVIII – A nota final de TCC 2 (N₁₀) será a soma entre as notas atribuída pelos 2 membros avaliadores da banca (N₄) e a nota atribuída pelo orientador (N₂), que irá avaliar o desempenho do aluno no decorrer de do processo de elaboração da Monografia, conforme os Procedimentos e Critérios de Avaliação do Trabalho de

Conclusão de Curso - TCC da presente Diretriz, obedecendo à seguinte equação: $N_{10} = N_4 + N_4 + N_2$. A nota final deverá ser elaborada em reunião sigilosa dos membros da banca após a defesa do estudante. Em seguida, o orientador declarará publicamente o resultado final.

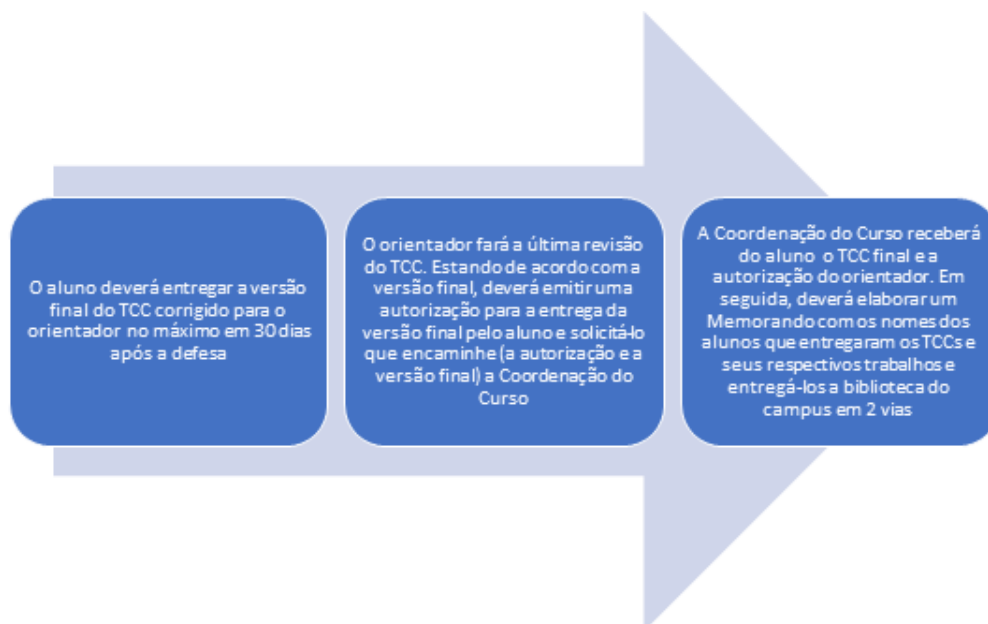
XIX – Haverá apenas duas alternativas de posicionamento avaliativo frente ao TCC 2: aprovação ou reprovação; não sendo considerada a possibilidade da modalidade de aprovação com ressalva.

XX – Se um dos membros (avaliadores) não estiver presente no dia da defesa e, impossibilitando de ter um suplente que o substitua, o parecer poderá ser feito a distância pelo avaliador, ser impresso e lido pelo orientador no dia da defesa. Porém, o membro ausente terá que nomear algum representante para assinar a Ata de Defesa e a Folha de Aprovação. Contudo, na Declaração, irá constar o nome do membro titular (avaliador), e não do nomeado por ele.

XXI – Se o orientador não puder estar presente no dia da defesa, deverá nomear algum representante na cidade a qual ocorrerá à defesa para assinar a Ata de Defesa e a Folha de Aprovação, independente se o orientador estiver na defesa via conferência online (internet) ou não. Contudo, na Declaração, irá constar o nome do orientador e não do nomeado (representante) por ele.

XXII – O Colegiado do Curso de Educação do Campo analisará e deliberará situações que não forem resolvidas pelo orientador ou pelo Coordenador de TCC a respeito do Trabalho de Conclusão de Curso.

XXIII – O prazo para a entrega da versão final, encadernada em brochura (não espiralada) conforme padrão da UFT, será de no máximo 30 dias após a defesa de TCC 2. Contudo, o orientando apenas estará autorizado a entregar a versão final encadernada, já corrigida e revisada por ele e conferida pelo orientador, após este expedir uma autorização de aceite da versão final, alegando que está de acordo com a versão final da monografia e que esta já pode ser entregue à universidade, conforme o Fluxograma abaixo:



XXIV – Caso o professor/orientador necessite se afastar do curso (licença para qualificação ou por motivo de saúde), seja exonerado da instituição ou deixe de fazer parte do colegiado do curso por algum outro motivo, seu orientando deverá ser redistribuído a outro professor do curso, de acordo com os critérios de direcionamento das Diretrizes do TCC e do PPC do curso.

XXV – O professor/orientador deverá orientar o aluno dentro de sua linha de pesquisa, de acordo com o PPC do curso.

XXVI – O aluno que não tiver orientador durante o TCC 1 e TCC 2 será direcionado pelo coordenador de TCC e, em última instância, pelo Colegiado a um professor/orientador do curso, seguindo progressivamente os seguintes critérios de direcionamento: a) conforme a linha de pesquisa presente no PPC do curso que o aluno apresentar maior interesse em desenvolver sua pesquisa; caso o aluno não opte especificamente por nenhuma das linhas ou já não haja professores relacionados à linha escolhida com vagas disponíveis para orientação, segue-se para o próximo critério: b) conforme a área do curso que o aluno apresente maior interesse em desenvolver a pesquisa: pedagógica ou específica; caso o aluno não opte especificamente por nenhuma das áreas, segue-se para o último critério: c) o

aluno será redistribuído para o professor do curso que tiver menos orientandos (independentemente da área, se pedagógica ou específica).

XXVII – Para fins de distribuição do número de estudantes por professor do colegiado, fica sugerido um quantitativo médio de 04 (quatro) orientandos por orientador.

XXVIII – Considerar no Cronograma do Projeto de Pesquisa (TCC 1) do estudante/orientando o Tempo Comunidade.

XXIX – Para emissão dos pareceres dos TCCs avaliados, os avaliadores deverão atender aos Procedimentos e Critérios de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, de acordo com as Diretrizes do TCC e PPC do curso.

XXX – Casos especiais e omissos que envolvam os TCCs 1 e 2 no curso que não estejam contemplados nas Diretrizes de TCC e no PPC do curso de Educação do Campo serão resolvidos em reuniões extraordinárias de Colegiado.

2. Atribuições do Professor/Orientador no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

I – Orientar o estudante/orientando no desenvolvimento de todas as etapas e atividades relacionadas ao Cronograma previsto no Projeto de Pesquisa (TCC 1) e, posteriormente, no desenvolvimento da monografia (TCC 2), bem como em qualquer dúvida relacionada a escrita e formatação do trabalho acadêmico.

II – Encaminhar ao Coordenador de TCC qualquer problema ou situação que possa surgir durante o Trabalho de Conclusão de Curso que impeça ou prejudique o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e da Monografia pelo estudante.

III – Cabe ao professor/orientador cumprir regularmente e com ética as orientações do TCC de seu orientando.

IV – Orientar e indicar as fontes confiáveis de consulta e pesquisa ao orientando (periódicos, livros, documentos oficiais, leis entre outras fontes, inclusive, os livros organizados pelo Colegiado do Curso e o periódico também do curso de Educação do Campo: Revista Brasileira de Educação do Campo), necessárias para o desenvolvimento das etapas previstas no Cronograma do TCC.

V – Comunicar e justificar com antecedência ao estudante/orientando sua eventual ausência em encontros de orientação, ficando responsável por agendar uma nova data para a realização da orientação, sem prejuízo ao andamento do TCC realizado pelo estudante.

VI – Revisar o Projeto de Pesquisa e a Monografia de seu orientando antes de entregar sua versão final aos membros participantes das bancas de defesa do TCC 1 e TCC 2, com antecedência mínima de 15 dias.

VII – Considerar o Tempo Comunidade na orientação para a elaboração do Cronograma do Projeto de Pesquisa (TCC 1) do estudante/orientando.

VII – O orientador deverá incentivar seu orientando a participar de grupos de pesquisas, bem como em eventos científicos, de preferência com apresentação de trabalho, que possam contribuir para o desenvolvimento de seu TCC e amadurecimento acadêmico do estudante.

VIII – Cumprir prazos referentes à entrega de correções do TCC ao orientando, respeitando o cronograma com ele acordado.

XIX – Presidir a banca examinadora do TCC do estudante sob sua orientação e informá-lo sobre os membros participantes da banca de defesa.

X – O orientador deverá manter uma relação ética e responsável com seu orientando, durante todas as atividades e etapas de desenvolvimento do TCC.

XI – O professor que tiver de férias ou afastado (licença) da UFT, apenas poderá participar da banca enquanto membro avaliador.

XII – Para marcar a banca, o professor/orientador deverá encaminhar para o Coordenador do Curso os seguintes dados do aluno: nome completo do aluno, data da banca, horário, título do TCC e nomes dos membros examinadores da banca. Após receber o pedido da banca e após deferir esse pedido, o Coordenador encaminhará o pedido para a Secretaria Acadêmica para agendamento do espaço físico e confecção da Ata de Defesa pública.

XIII – Conferir atentamente a versão final da Monografia, devidamente corrigida e revisada pelo orientando após a defesa, e expedir uma autorização de aceite da versão final, alegando que está de acordo com a versão final da monografia e que esta já pode ser entregue à universidade pelo discente.

3. Atribuições do Estudante/Orientando no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

I – Apresentar frequência nas orientações com o seu professor/orientador.

II – Elaborar e cumprir as atividades e etapas previstas no Cronograma do Projeto de Pesquisa (TCC 1), sob orientação do professor/orientador. Caso haja mudanças no Cronograma, avisar com antecedência o orientador para eventuais modificações.

III – Elaborar e redigir (digitar) o TCC 1 e o TCC 2 de acordo com as normas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), principalmente referentes a Projeto de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso, e em conformidade com o Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, conforme Resolução vigente.

IV – Cumprir o tempo previsto para o desenvolvimento do TCC 1 e do TCC 2 de acordo com o calendário acadêmico do curso, seguindo o Cronograma estipulado no Projeto de Pesquisa, bem como cumprir os prazos de entregas de materiais (textos, resumos, fichamentos, relatórios, dados da pesquisa entre outras

informações, referentes ao desenvolvimento do TCC) em comum acordo com o orientador.

V – Comunicar e justificar com antecedência ao professor/orientador sua eventual ausência em atividade prevista no Cronograma do Projeto de Pesquisa, bem como nas orientações que não puder estar presente.

VI – Repor as atividades previstas no Cronograma do Projeto de Pesquisa, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo orientador.

VII – Em comum acordo com o orientador, participar das atividades acadêmico/científicas, quando solicitadas por este, a saber: eventos científicos (de preferência, com apresentação de trabalhos), grupos de pesquisa, pesquisa de campo entre outras, não devendo o orientando apresentar o conteúdo da pesquisa (TCC 1 e TCC 2) em nenhum evento durante o período de orientação sem o conhecimento e consentimento do orientador.

VIII – Manter, em todas as atividades e etapas desenvolvidas durante o TCC, uma atitude ética pertinente ao bom desempenho acadêmico.

XIX – Estar ciente que, caso fique comprovado qualquer irregularidade ou fraude no TCC, como, por exemplo, plágio, manipulação de dados ou contratação de terceiros para a elaboração do TCC, o aluno será reprovado no período em curso, devendo fazer novamente a disciplina quando essa ser ofertada em outro momento no curso de Educação do Campo.

X – Encaminhar a versão final do TCC (Monografia) já revisada e encadernada em brochura conforme padrão exigido pela UFT (capa dura, na cor azul) juntamente com a autorização de aceite da versão final expedida pelo orientador alegando que está de acordo com a versão final da monografia e que esta já pode ser entregue à universidade pelo discente à Secretaria Acadêmica do Câmpus para a solicitação do Diploma. É responsabilidade do orientando (e não do orientador) de encaminhar a versão final.

XI – Desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade, procurando manter o orientador informado a respeito do cumprimento das atividades e etapas do TCC.

XII – Manter uma relação ética e responsável com seu professor/orientador, durante todas as atividades e etapas de desenvolvimento do TCC.

XIII – Confeccionar a Ficha Catalográfica, que deverá constar na monografia (TCC 2) para entrega da versão final.

4. Atribuições do Colegiado do Curso de Educação do Campo, Câmpus Tocantinópolis, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

I – Convocar, quando necessário ou a pedido dos membros do Colegiado do Curso de Educação do Campo, o Coordenador do TCC para, em reunião de Colegiado, analisar questões referentes à organização, funcionamento, avaliação e orientação de TCC, bem como a análise de critérios e instrumentos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

II – Analisar e deliberar sobre casos omissos neste documento.

5. Procedimentos e Critérios de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

I – Critérios de avaliação do Projeto de Pesquisa (TCC 1) pelo orientador e pelo(s) membro(s) examinador(es) da banca:

a) Frequência do estudante/orientando durante os encontros (orientações) com o professor/orientador.

b) Elaboração e execução das atividades e etapas previstas no Cronograma do Projeto de Pesquisa e em comum acordo com o orientador.

c) Entrega de atividades avaliativas referentes ao desenvolvimento do TCC (resumo, fichamentos, coleta de dados entre outros) ao professor/orientador, dentro do prazo estipulado pelo professor/orientador, em comum acordo com o professor/orientador.

d) Entrega do Projeto de Pesquisa (TCC 1) dentro da data prevista.

- e) Apresentação (defesa) do Projeto de Pesquisa (TCC 1) em arguição pública.
- f) Levar em consideração na avaliação do estudante o Tempo Comunidade.

II – Critérios de avaliação do trabalho escrito (TCC 2) pelos membros examinadores da banca:

- a) Diálogo entre objeto e trajetória de vida do pesquisador (1,0)
- b) Relevância e originalidade da proposta (0,5 pontos)
- c) Aplicabilidade e adequação do método aos objetivos (0,5 pontos)
- d) Adequação da fundamentação teórica (0,5 ponto)
- e) Redação, correção de linguagem e adequação às normas da ABNT (0,5 ponto)
- f) Coesão e coerência na argumentação (0,5 ponto)
- g) Apresentação (objetividade e poder de síntese durante a arguição) (0,5 ponto)

III – Critérios de avaliação do trabalho escrito (TCC 2) pelo professor orientador:

- a) Adequação às normas ABNT e do regimento de TCC (0,5)
- b) Envolvimento e empenho no desenvolvimento da pesquisa (0,5)
- c) Cumprimento de prazos para o processo metodológico da pesquisa (0,5)
- d) Domínio do tema e capacidade de síntese (0,5)

9.4 Currículo Lattes dos professores

Para acesso ao currículo lattes dos docentes do curso de Educação do Campo, são disponibilizados os seguintes endereços eletrônicos:

- Prof. Doutor Anderson Fabrício Andrade Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1770439148935766>
- Profa. Dra. Cássia Ferreira Miranda
<http://lattes.cnpq.br/5068830609282977>
- Prof. Doutor Cícero da Silva
<http://lattes.cnpq.br/5585665868293431>
- Prof. Doutor Gustavo Cunha de Araújo
<http://lattes.cnpq.br/3011641878605040>

- Prof. Mestre José Jarbas Pinheiro Ruas Junior
<http://lattes.cnpq.br/7940410678686273>
- Prof^ª Mestra Juliane Gomes de Sousa
<http://lattes.cnpq.br/1282304746705083>
- Prof. Doutor Leon de Paula
<http://lattes.cnpq.br/2237916938799397>
- Prof^ª Mestra Luana Mara Pereira
<http://lattes.cnpq.br/4400725819013730>
- Prof^ª Mestra Mara Pereira da Silva
<http://lattes.cnpq.br/1451689057646187>
- Prof. Dr. Marcus Facchin Bonilla
<http://lattes.cnpq.br/2714284008542070>
- Prof. Doutor Maciel Cover
<http://lattes.cnpq.br/9524897911810266>
- Prof^ª. Doutora Rejane Cleide Medeiros de Almeida
<http://lattes.cnpq.br/6357708608591766>
- Prof^ª Mestra Rosa Adelina Sampaio Oliveira
<http://lattes.cnpq.br/3521841299142502>
- Prof. Mestre Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus
<http://lattes.cnpq.br/3179954829992698>
- Prof. Mestre Ubiratan Francisco de Oliveira
<http://lattes.cnpq.br/1787664600494455>